Revista Brasileira de Estudos Estratégicos

Número Zero
2008

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS (REST)
Edição Especial de Lançamento Jul/Dez 2008 - **ISSN 1984 5642**
Revista do Núcleo de Estudos Estratégicos – Universidade Federal Fluminense

COMITÊ EDITORIAL
Editor-Chefe: Eurico de Lima Figueiredo
Editor-Executivo: Luiz Pedone
Equipe Editorial: Bruno Pessoa Vilela, Fabrício Jesus Teixeira Neves, Luis Rogério Goldoni
Secretária: Sra. Graça Reis

CONSELHO CONSULTIVO
Editor-Executivo: Luiz Pedone
Gen Aureliano Pinto de Moura (IGHMBl)
Alte Fernando Diegues (EGN)
Prof. Antônio Celso Alves Pereira (UERJ)
Prof. Celso Castro (FGV)
Prof. Clóvis Brigagão (CEAs/IH-UCAM)
Prof. Eliézer Rizzo Oliveira (MAL)
Prof. Francisco Carlos Teixeira (UFRJ)
Prof. Héctor Saint-Pierre (UNESP – Franca)
Prof. João Carlos Martins (UFSCar)
Profa. Lígia Maria Osório (UNICAMP)
Profa. Letícia Pinheiro (PUC/RJ)
Prof. Manoel Domingos (NEST/UFF)
Cel Av. Márcio Rocha (UNIFA)
Prof. Marcos Costa Lima (UFPE)
Profa. Maria Regina Soares de Lima (IUPERJ)
Prof. Otávio Velho (SBPC)
Prof. Paulo Calmon (UNB)
Prof. Paulo Baía (NEST/UFF)
Prof. Roberto Amaral (CEBELA)
Profa. Suzeley Kalil Mathias (UNESP – Franca)
Prof. Samuel Soares (UNESP – Franca)
Prof. Theotonio dos Santos (NEST/UFF)
Prof. Thomas Heye (NEST/UFF)
Prof. Vagner Camilo Alves (NEST/UFF)
Prof. Waldimir Pirró e Longo (NEST/UFF)

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS - UFF.
Edição Especial de Lançamento, Jul/Dez 2008. Rio de Janeiro.
ISSN 1984-5642
1. Ciência Política. 2. Estudos Estratégicos. 3. Relações Internacionais. I- Núcleo de Estudos Estratégicos - UFF. II- Figueiredo, Eurico de Lima, Ed. III- Pedone, Luiz, Ed.

Endereço: Universidade Federal Fluminense (UFF) - Alameda Professor Barros Terra, s/nº - Campus do Valonguinho (prédio do antigo CEG, 2º andar) - Centro, Niterói/RJ. CEP 24.020-150. Endereço eletrônico: revista.inest@yahoo.com.br, revista.inest@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor da UFF: Prof. Roberto de Souza Salles
Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos: Prof Sidney Luiz de Matos Mello
Pró-Reitor de Extensão: Sílio Werdes Machado
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação : Prof Humberto Fernandes Machado
Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Emmanuel Paiva de Andrade
Diretor da EDUFF: Prof. Mauro Romero Leal Passos
Coordenador do NEST: Prof Eurico de Lima Figueiredo
Coordenador do NEST: Prof. Marco Antônio Cavalcanti Rocha

CONSELHO ACADÊMICO DO NEST

Prof. Antônio Celso Alves Pereira
Prof. Eurico de Lima Figueiredo
Prof. Luís Manuel Rebelo Fernandes
Gen Ex Luiz Gonzaga Schroeder Lessa
Alte Esq Mauro César Rodrigues Pereira (Presidente do Conselho Acadêmico)
Maj Brig do Ar Rui Moreira Lima
Prof. Otávio- Guilherme Alves Velho (Vice-Presidente do Conselho Acadêmico)
Prof. Jesó Raymundo Romeo
Prof. renato de Andrade Lessa
Prof. Theotônio dos Santos

CONSELHO DIRETOR DO NEST

Alte Alberto Antônio Marinho Nigro
Gen Aureliano Printo de Moura
Prof. Eduardo Brick
Prof. Eurico de Lima Figueiredo (Diretor Geral)
Alte Fernando Diwwegues
Prof. Nelson Mariano
Prof. Marco Antônio Cavalcanti Rocha (Vice-Diretor)
Prof. Manoel Domingos Neto
Prof. Paulo Rogério Baía (Coordenador-Acadêmico)
Prof. Ronaldo Leão
Prof. Thomas Heye
Prog. Vagner Camilo Alves

Apresentação

Ensaio e convite. Essas duas palavras balizam os termos desta apresentação.

Ensaio, primeiro, porque este número zero corporifica uma série de experiências pelas quais vem passando o Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, o NEST / UFF. A Revista Brasileira de Estudos Estratégicos, REST, ora oferecida à consideração pública, resulta do amadurecimento do nosso grupo de estudos e pesquisas nos últimos quatro anos. Nesta primeira prova, não estamos publicando trabalhos originais. Aproveitamos a literatura recentemente publicada pelos professores e pesquisadores vinculados ao NEST. A publicação servirá, assim, não só como teste de nossa capacidade instalada, como nos permitirá visualizar, graficamente, a qualidade de nossa publicação. Ao lançarmos o primeiro número - à luz das sugestões e comentários que nos serão permitidos colher - poderemos corrigir os eventuais desvios de rota. Ouvir sempre, para melhorar sempre será um dos princípios da REST.

Convite, em seguida, à comunidade que trabalha no campo dos estudos estratégicos, no Brasil e no exterior, para que nos enviem seus artigos, notas de pesquisas, resenhas e demais trabalhos de cunho cientifico. A REST montou conselhos –editorial e consultivo - que é composto por personalidades que garantem a excelência dos trabalhos que serão publicados. O Conselho Editorial, composto por nossos colaboradores internos, colabora na formulação e implementação da política editorial. Designa os relatores do Conselho Consultivo e leva em consideração suas avaliações. O Conselho Consultivo, formado pela comunidade externa, avalia, na área de competência de seus membros, as matérias encaminhadas para publicação e remete seus pareceres ao Conselho Editorial. A responsabilidade final pela publicação das matérias será da competência do Editor-Chefe.

Rápida inspeção nos nomes que aceitaram fazer parte do Conselho Consultivo da REST mostra bem o grau de consideração que fizemos por merecer entre os que militam em nossa área de competência. Já levamos a cada um desses colegas nossos agradecimentos particulares. Aproveitamos, agora, a oportunidade para expressar nossa gratidão publicamente.

Nosso empreendimento só mostrará valor caso obtenha do público-leitor a necessária aprovação. Faremos o possível para isso merecer.

Política Editorial

A Revista Brasileira de Estudos Estratégicos (REST) visa o desenvolvimento do pensamento estratégico brasileiro, principalmente no campo dos estudos da defesa e da segurança, da transferência de ciência e tecnologia via indústria militar, das relações internacionais, das políticas públicas, das interfaces entre forças armadas e sociedade, entre outras. Especial atenção será conferida aos trabalhos relativos ao avanço de metodologias e conceitos inovadores na área. A revista também publicará dossiês, documentos e resenhas de livros, bem como textos extraídos de teses, dissertações e monografias em geral.

- A decisão quanto à publicação dos artigos submetidos se baseará em pareceres de três árbitros pertencentes ao Conselho Consultivo a serem definidos pelo Conselho Editorial.

- A demora no atendimento de solicitações de alterações eventualmente sugeridas pelos árbitros implicará na rejeição dos artigos.

- Serão aceitos artigos em português, espanhol, inglês e francês.

- A revista seguirá as normas de publicação da ABNT para publicações acadêmicas.

O Conselho Editorial colabora com os Editores na formulação e implementação da política editorial. Designa os pareceristas do Conselho Consultivo e avalia seus relatórios de avaliação. Os componentes do Conselho podem também ser designados como referees. O Conselho Editorial é presidido pelo Editor-Executivo, competindo ao Editor-Chefe a decisão final em relação ao aproveitamento das matérias.

O Conselho Consultivo avalia, na área de competência de seus membros, as matérias encaminhadas para publicação e envia seus pareceres ao Conselho Editorial.

Estrutura Editorial da Revista

Estrutura da Revista: Publicação trilingüe (português, espanhol e inglês) com a seguinte estrutura:

Artigos de Pesquisa e Análise: Três por número, resultantes do desenvolvimento de pesquisas e análises efetuadas no NEST e em instituições de estudos e pesquisas na área.

Debate sobre temas de conjuntura em Estudos Estratégicos, crises, conflitos, etc. Duas ou mais posições sobre mesmo tema.

Dossiês Sobre países, temas, áreas de conflito, etc.

Documentação: Documentos de interesse para os estudiosos da área.

Teses e Dissertações: Resumos (abstracts), capítulos, outras publicações.

Resenhas: Comentários críticos sob encomenda a respeito de livros individuais e coletâneas por reconhecidos estudiosos da área.

Normas para publicação

Os artigos devem ser encaminhados em anexo as mensagens dirigidas ao endereço eletrônico da revista. Eles devem ser antecedidos por um resumo em português e um abstract em inglês com não mais de 15 linhas. Deverão constar, ainda fola de rosto, até seis palavras-chaves que indiquem o conteúdo do trabalho, em português e em inglês (key-words)

O corpo editorial procederá ao cadastramento do artigo no banco de dados da revista e tomará as providências necessárias ao início do processo de avaliação. O autor receberá resposta à sua mensagem, informando-lhe sobre o cadastramento de seu artigo e eventuais informações adicionais que se façam necessárias.

Os artigos devem obedecer à seguinte formatação:

1. Os trabalhos e a bibliografia devem ser apresentados em Times New Roman, corpo 12 e as notas em corpo 10. A primeira página deve receber apenas o título do trabalho, dados sobre autores, resumos e palavras-chave. É admitida uma nota de rodapé com dados sobre os autores .

2. Após o título, abrir 2 espaços simples e incluir o nome de cada autor, sem títulos nem cargos, à direita; na linha seguinte, o de sua instituição, também à direita. Em seguida, dois espaços simples e o resumo no idioma do artigo. O resumo, em Português e Inglês, não deve ultrapassar 150 palavras em cada idioma. Cada resumo deve ser seguido por três palavras-chave.

3.O trabalho deve começar por uma introdução. Não são permitidas notas de rodapé, à exceção da primeira página. Palavras estrangeiras em textos em português deverão estar em itálico. Notas de agradecimento e de crédito a financiadoras não poderão ser superiores a 5 linhas e deverão ser incluídas após o texto principal, antes das referências bibliográficas.

4. Objetos gráficos devem ser incorporados ao texto pelo editor utilizado.

5. As citações no texto devem conter apenas sobrenomes dos autores e o ano de publicação.

6. As referências bibliográficas devem ser ordenadas em ordem alfabética do último sobrenome do primeiro autor. Os seguintes modelos devem ser seguidos para artigos publicados em periódicos (1) e livros (2), respectivamente.

(1) Altinkemer, K. & Yu, Z. (1992). Topological design of wide area communication networks. Annals of Operations Research, 36, 365-382.

(2) Bertsekas, D & Gallager, R. Data Networks. Prentice Hall, Inc., Englewood Cliffs, New Jersey, 1997.

Revista Brasileira de Estudos Estratégicos

Número Zero ** 2008 ** ISSN 1984 5642

Sumário

Apontamentos sobre a dívida externa na América Latina
Carlos Eduardo Martins **2**

Globalização, neoliberalismo e a estratégia do poder: os jogos não estão feitos
Eurico de Lima Figueiredo **8**

"Defesa e Segurança" como área do conhecimento científico
Manuel Domingos **23**

A Defesa Nacional, o Estado e a sociedade
Mauro Cesar Rodrigues Pereira **37**

Ilusão desfeita: a "aliança especial" Brasil- Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial
Vágner Camilo Alves **44**

Alguns impactos sociais do desenvolvimento científico e tecnológico
Waldimir Pirró e Longo **68**

APONTAMENTOS SOBRE A DÍVIDA EXTERNA NA AMÉRICA LATINA

Carlos Eduardo Martins*

A história das dívidas na América Latina está profundamente articulada à evolução da dívida externa. Esta é uma das expressões mais características da dependência, pois o protagonismo do capital estrangeiro nos processos de acumulação da região, destinando-lhes os fundamentos tecnológicos, as fontes de crédito, de comercialização ou de investimento, implica na descapitalização dessa região no médio e longo prazo, constituindo a contra-partida da taxa de lucro positiva que o capital internacional aufere dessas transações. Parte dessa descapitalização é financiada com novas entradas de capital, gerando-se a acumulação da dívida.

Mas a dívida externa não tem apenas uma dimensão cumulativa. Há outra, cíclica. Os fluxos de capital aos países periféricos se expandem em períodos sucessivos onde ora predominam as entradas, ora as saídas. Quando prevalecem os ingressos, as dívidas se acumulam com taxas de juros relativamente baixas, em função da abundância de capital. Quando predominam os egressos, as taxas de juros se elevam em função da escassez de capital para financiar as dívidas acumuladas, mas a rápida expansão do estoque da dívida entra em contradição com a capacidade de pagamento dos devedores e opõe o valor de mercado ao valor de face de seus papéis, pressionando para a desvalorização do conjunto da dívida. O exercício de uma liderança contra-hegemônica nos países dependentes é fundamental para se alcançar um grau de desvalorização e redução da dívida que a aproxime ao seu valor de mercado, seja através de negociação, de moratória e suspensão do pagamento, ou por combinação de ambos os processos. Inversamente, a debilidade das lideranças nacionais e regionais e o seu alinhamento aos interesses do grande capital internacional minimizam a desvalorização e a transferem o ônus da insustentabilidade da dívida aos países da região, mediante a desnacionalização e o aprofundamento da superexploração do trabalho.

A história das dívidas começou na América Latina nos anos 1820, durante os processos de independência da região. Neste período, desenvolveu-se o livre-comércio e, particularmente, as importações de têxteis e artefatos militares. Estas importações foram financiadas inicialmente com a abertura das jazidas de prata aos investimentos estrangeiros, sobretudo, os britânicos.

* Doutor em Sociologia pela USP (2003). Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da UFRJ.

Para estimulá-los, os governos desoneraram a exploração minera e concentraram os impostos na aduana. Mas o aumento dos gastos militares, associados aos processos de independência, implicou em déficits públicos que foram sustentados por prestamistas locais e por empréstimos internacionais. Entre 1820-25 expandiram-se estes empréstimos estrangeiros para a região, que foram os primeiros a serem concedidos a nações fora da Europa e à republicas. Colômbia, México e o Brasil imperial lideraram a emissão de títulos em Londres. Entretanto, a depressão européia, que se iniciou em 1826, restringiu drasticamente o comércio britânico para a América Latina e as entradas de capital sob a forma de investimentos ou empréstimos. A insolvência se generalizou na região. A queda da cotação dos títulos da dívida externa levou o México a buscar comprá-los pelo valor de mercado, petição negada pelos banqueiros. O resultado foi uma moratória dos países latino-americanos que durou de 15-30 anos. A única exceção foi o Brasil que manteve o volume de seu comércio exterior e continuou a se beneficiar de empréstimos externos. A renegociação dos pagamentos da dívida se fez no contexto do surgimento de um novo período de expansão da economia mundial que se desenvolveu entre 1850-70.

Esta nova fase da economia mundial desenvolveu três tipos de empréstimos para a América Latina: entre 1850-59, quando dirigiram-se ao financiamento e conversão das dívidas antigas, suspendendo-se a moratória, com certo grau de desvalorização da dívida que variou em cada país; entre 1860-69, quando destinaram-se principalmente a finalidades militares relacionadas à Guerra do Paraguai, beneficiando Brasil e Argentina; e entre 1870- 75, orientados para obras públicas, particularmente a construção de ferrovias estatais. A crise da economia mundial que se iniciou em 1873, gerou outro período de egressos dos fluxos de capitais estrangeiros. A contração do mercado internacional restringiu as receitas dos governos, produziu déficits públicos e teve como resposta a suspensão dos serviços da dívida externa. Até 1876, oito países latino-americanos suspenderam o pagamento, sendo o colapso peruano o de maior impacto. Brasil, Argentina e Chile foram as exceções e seguiram pagando os juros e os serviços da dívida externa. A moratória durou em geral até meados dos anos 1880 e implicou a desnacionalização das ferrovias como forma de superá-la. Desenvolveu-se na sequência um efêmero boom de empréstimos voltado para Argentina e Uruguai e direcionado para o financiamento de portos, ferrovias e obras públicas. Este se instituiu entre 1886-90 e a sua quebra implicou a desnacionalização de setores estratégicos destas economias e significativas perdas aos credores – que evitaram a desvalorização de parte da dívida –, mesmo com a disposição da Argentina em seguir o receituário das finanças internacionais.

Entre 1904-14 se desenvolveu outro auge creditício. Esteve destinado basicamente ao financiamento de ferrovias, obras públicas e mineração. A ruptura da fase expansiva com a guerra de 1914-18, não implicou, pela primeira vez na história da região, a suspensão dos pagamentos da dívida externa, com exceção dos casos de Brasil – que suspendeu o pagamento das amortizações - e México – envolto em processo revolucionário. A guerra estimulou a produção exportadora, elevou os superávits comerciais que somados ao aumento da dívida interna ou, eventualmente, à desvalorização do câmbio e à expansão do crédito proporcionaram as divisas necessárias para que a região sustentasse o pagamento dos serviços e juros externos. Entretanto, a crise da economia mundial em 1920-21 atingiu a região, deteriorando seus termos de troca. Esta foi controlada pela vinculação crescente da América Latina aos banqueiros de Nova York. Iniciou-se então um novo auge creditício voltado inicialmente para o refinaciamento de dívidas e posteriormente para a construção de infra-estrutura urbana (escolas, hospitais, sistemas de gás e eletricidade) e estradas, além das ferrovias e portos. A crise de 1929 desatou a mais profunda moratória da história da região. Essa moratória permitiu que a região atravessasse os anos 1930-40, impulsionando o seu desenvolvimento e a industrialização por substituição de importações. Durou na maior parte dos casos até fins da década de 1940 e implicou uma renegociação que estabeleceu profundas desvalorizações no estoque da dívida. O caso mais extremo foi o do México revolucionário que reduziu os juros e o montante da dívida em 90%. E as exceções são: Argentina, que perdeu o protagonismo no crescimento econômico da região, Haiti, Honduras, Nicarágua e Venezuela.

Foi apenas a partir de 1952, no contexto da retomada da expansão da economia mundial, que a América Latina voltou a receber novos empréstimos. Em 1956-61 se desenvolveu na região um novo período de ingressos de capital. Ele foi liderado pelo investimento direto estrangeiro e resultou na construção de um novo padrão hegemônico de firma: as corporações multinacionais, com sua rede de sede e filiais. Os ingressos de capital se dirigiram principalmente para Venezuela – em razão do petróleo –, e para México, Brasil e, mais limitadamente, Argentina – em função da industrialização. Os anos 1962-1967 foram de egressos destes fluxos de capital. Elevou-se o endividamento externo para financiar parte destas saídas e instauraram-se ditaduras militares no Brasil, em 1964, e na Argentina, em 1966, para garantir a reestruturação de suas economias no interesses das finanças internacionais e dos seus aliados internos. Os empréstimos foram basicamente oficiais, bilaterais e multilaterais, e vinculados, sobretudo, os últimos, à condicionalidades de política econômica. Em 1968 iniciou-se novo período de ingressos de capitais estrangeiros que coincidiu com o estabelecimento de uma crise de larga duração nos países centrais,

que estala em 1967-73. Esta foi uma crise de sobreacumulação, de largo prazo, que deprimiu as taxas de lucro nos Estados Unidos e na Europa Ocidental e se agravou com reciclagem dos petrodólares em suas finanças. Para aliviá-la, dirigiram-se recursos para apoiar os projetos desenvolvimentistas na América Latina, principalmente de Brasil e México, ou para importações de bens suntuários, de equipamentos militares e fuga de capitais. O endividamento externo em relação ao PIB na região saltou de 17% em 1973 para 31% em 1981 e a soma dos ingressos de capital via empréstimos superou quase cinco vezes as entradas sob a forma de investimento direto, entre 1971-81. Estes empréstimos mudaram então o seu perfil: passaram a ser privados, contratados sem condicionalidades e a taxas de juros então negativas, mas flutuantes. A drástica elevação da taxa de juros nos Estados Unidos que se iniciou em 1979 e se aprofundou na década de 1980 inverteu, a partir de 1982, os movimentos de entradas de capitais, acentuando fortemente os egressos e expondo a região aos déficits comerciais contraídos na década de 1970.

A moratória mexicana, em 1982, desatou um ciclo de suspensão e atrasos no pagamento da dívida externa. Os países da região ameaçaram negociar conjuntamente a dívida. Esta iniciativa tomou forma no consenso de Cartagena, que reuniu, em 1984, onze países da região, responsáveis por 80% das dívidas. Este não avançou e cedeu espaço à ofensiva dos credores. As moratórias de Brasil, em 1987, e Argentina, 1988-89, foram breves interregnos. Predominou largamente a renegociação conservadora e os atrasos de pagamentos que multiplicavam o endividamento, cujo patamar alcançou 57% do PIB latino-americano em 1987. A renegociação envolveu quatro fases: a) A primeira, que se desenvolveu entre a moratória mexicana e o Plano Baker, em 1985, onde os credores assumiram, com apoio dos governos de seus países, do FMI, e do Clube de Paris, a coordenação das negociações e impuseram aos devedores a negociação individual, o ajuste estrutural recessivo e a garantia estatal das dívidas privadas. Nos países latino-americanos a escassez de dólares iniciou a brutal expansão da dívida interna como fonte de financiamento dos juros e serviços da dívida externa; b) A segunda, que correspondeu ao Plano Baker, que se estendeu até setembro de w1987, onde se viabilizaram novos empréstimos, eliminando-se o pagamento de comissões por renegociação e incluiindo-se prazos e spreads mais suaves; c) A terceira, que se refere ao Plano Baker II, instituído entre setembro de 1987 até março de 1989, que incluiu mecanismos voluntários de recompra da dívida com descontos em relação ao valor de face como forma de abatê-la; d) E finalmente a quarta, que se referiu ao Plano Brady, quando se priorizou as estratégias de redução da dívida, vinculando-as às condicionalidades do consenso de Washington para enfatizar a livre circulação de capitais e mercadorias, o câmbio apreciado ou flutuante, as privatizações, a reforma do Estado e a elevação dos juros.

O Plano Brady, ao contrário das versões I e II do Baker, obteve êxito em seus propósitos de viabilizar a transição para uma nova etapa de ingressos de capitais. Para isto utilizou como instrumento de barganha uma renegociação mais política da dívida externa. Os Estados Unidos e o G-7 assumiram a liderança na coordenação das negociações e impuseram aos bancos privados os seus condicionamentos: um menu de três opções que converteu as dívidas em títulos com descontos de seu valor de face ou de juros ou, finalmente, em novos empréstimos em condições mais suaves. A contrapartida para os países devedores foi a introdução de reformas macroeconômicas que inverteram o ajuste macroeconômico para criar déficits comerciais a serem financiados por capitais externos, atraídos por especulação cambial, financeira, privatizações e secundariamente por investimentos produtivos. A dívida foi parcialmente securitizada pelo Tesouro dos Estados Unidos, mediante combinação de fundos que procedem do governo estadunidense, organismos internacionais e países devedores, e negociada no mercado secundário, atuando como instrumento de privatização de empresas e bancos estatais latino-americanos. Os resultados do Plano Brady favoreceram amplamente aos grandes bancos e ao capital internacional: restringiu-se o desconto da dívida para um nível bastante inferior do estabelecido pelo mercado, tomou-se as providências para revalorizá-la e viabilizou-se um novo período de ingressos de capitais que a incrementou novamente. Entre 1990-1999 a dívida externa saltou de U$ 467 bilhões a U$ 745 bilhões; em termos relativos ela saltou de 35% a 42% do PIB regional entre 1994, quando se encerram as negociações do Plano Brady, e 1999. Neste período a dívida interna cresceu de forma significativa. Constitui-se em instrumento de atração do capital estrangeiro, fonte de acumulação de burguesias nacionais e de fundos de pensão locais, representando o Brasil, o caso mais desenvolvido.

O esgotamento deste período de ingresso de capitais foi sinalizado em 1995, com a crise mexicana, e em 1998, com os desdobramentos da crise russa e asiática, mas se consolidou para o conjunto da região em 1999, dando lugar a outro período, de saídas de capital, que permaneceu em atividade até 2006. A tentativa de conter os desequilíbrios macroeconômicos na América Latina implicou o desembolso de volumosos pacotes de ajuda ao México, Argentina e Brasil por parte do FMI, que o ameaçaram de exaustão financeira. Para conter estes desequilíbrios reformulou-se o consenso de Washington, substituindo-se o cambio fixo e apreciado pelo flutuante que desvalorizou as moedas locais durante a crise e impulsionou a geração de saldos comerciais para pagar o endividamento. Mas estes mecanismos são insuficientes nos casos mais agudos e levam à necessidade de moratórias e importantes reduções da dívida de que foi exemplo a Argentina de Kirchner, que impôs a ampliação dos prazos de

pagamento da dívida pública com atores privados e a desvalorização de seu montante em 75%. Entretanto o ajuste estrutural predominou como instrumento de contenção e redução das dívidas na região. Em 2005, estas atingiam 26,7% do PIB latino-americano face aos 42,9% de 2002; e no Mercosul, para as mesmas datas, 29.6% frente aos 65% de 2002.

Entretanto esta redução das dívidas que acompanha o final dos períodos recessivo e o início das retomadas, poderá ser revertida a partir de 2006 com o restabelecimento do protagonismo dos fluxos de entrada de capital, gerando-se ciclicamente o movimento inverso, de acumulação de dívidas. Isto dependerá do grau de soberania das políticas públicas da região em relação ao mercado mundial e do avanço político e ideológico das esquerdas na América Latina nos próximos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bethell, Leslie (ed.) (1994) Historia de America Latina. Economia y sociedad desde 1930.

Barcelona. CEPAL (2007) Anuário estatístico da CEPAL. www.eclac.cl

Hofman, Andre (1998) Latin American Economic Development: a Causal Analysis in Historical Perspective.

Marichal, Carlos (1988) Historia de la deuda externa de América Latina. Alianza Editorial.

Sader, E.; Jinkings, I.; Martins, C. E.; Nobile, R. (2006) Latinoamericana: enciclopedia contemporânea de América Latina e do Caribe. Boitempo: São Paulo.

Vasquez, Ian (1996) Brady Plan and market based solutions to debt crises. Cato Journal, vol 16, nº 2. z

GLOBALIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E A ESTRATÉGIA DO PODER: OS JOGOS NÃO ESTÃO FEITOS [1]

Eurico de Lima Figueiredo [2]

A ordem internacional vigente e os seus defensores consideram, aberta ou subliminarmente, que seus adversários estão na contramão da História. Na verdade, há bem pouco tempo, eram tão fortes e poderosos que pareciam incontrastáveis no âmbito dos meios de comunicação e, por que não dizer, das próprias universidades, principalmente naquelas situadas no chamado primeiro mundo. O autor desta breve intervenção não se alinha, nem nunca se alinhou entre eles. Sente-se, desse modo, muito confortável nesse convite à reflexão sobre os processos não-hegemônicos e, em consequência, sobre os impasses da globalização e da regionalização.

Firmado o preliminar, os comentários que se seguem terão, em um primeiro momento, um caráter retrospectivo. Procura-se recuperar, com preocupação de síntese, alguns aspectos considerados centrais em relação às noções de globalização, neoliberalismo e estratégia. Entretanto, previna-se de antemão que, a fim de se poder contar com a clareza dos conceitos propostos, arriscar-se-á a cair em uma espécie de ranço pedagógico, entedioso talvez para o especialista, mas oportuno para o devido lastro da linha de argumentação. Em seguida, tentar-se-á apreender aqueles três fenómenos em seu conjunto, a partir da perspectiva do presente de um "país monstro" como o Brasil3.

Com preocupações projetivas, objetivar-se-á propor, indicativamente, algumas condições que, de um ponto de vista das regiões periféricas do sul, poderão levar à mudança da atual situação internacional que se organiza, na atualidade, e, no fundamental, em torno da presença unipolar norte-americana.

[1] Texto redigido pelo autor a partir de sua intervenção na mesa sete "Implicações estratégicas e comerciais no cenário mundial" do Seminário Internacional Hegemonia e Contra-Hegemonia: os Impasses da Globalização e os Processos da Regionalização, realizado no Hotel Glória, Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2003.

[2] Foi Chefe do Departazmento de Ciência Política da UFF. Desde 2006 é Coordenador do PPGCP e do PPGEST. Coordenador-Executivo do Núcleo de Estudos Estratégicos –NEST/UFF.

[3] Segundo George F. Kennan, no mundo existem apenas cinco "países-monstros" ("monster countries"): Estados Unidos, Rússia, China, Índia e Brasil. Para ele, esses países reúnem vantagens comparativas naturais (população, território e recursos naturais) necessárias à manutenção de uma economia avançada e diversificada.

Primeiro momento: globalização, neoliberalismo e estratégia

l. O processo de globalização

Se o universo é ou não infinito, esta é uma questão que ainda não foi resolvida pela sofisticada Física de nossos tempos. Mas, no plano da história dos homens, sabe-se que os impérios, ao contrário dos diamantes, não são eternos. A comparação entre os dois reinos - o da natureza e o da história - parece caber quando os arautos da ordem internacional vigente cultivam a ideia da sua perenidade, naturalizando a história do capitalismo.

Cabe retomar, muito brevemente, uma tese tão importante quanto fecunda. Segundo ela, o ciclo capitalista sob a égide norte-americana se constituiu por volta de 1870 e se estendeu pelo "longo século XX", tendo agora, portanto, mais de 130 anos. Tal ciclo teria sido precedido por outros: o de Génova (do século XV ao século XVII), o da Holanda (do século XVI até a maior parte do XVIII) e o da Inglaterra (de meados do século XVIII até o terço final do século XIX, quando se iniciou a etapa norte-americana). Como há escassa margem para aumentos de escala, como no passado, especula-se se a situação econômica mundial, que tem o seu centro energético nos Estados Unidos, estaria alcançando seus limites estruturais máximos, depois de um processo de expansão capitalista que tem durado cerca de cinco séculos (Arrighi: 1996, pp.337-371). Certo, a tese desse sociólogo ítalo-norte-americano se opõe ao que postulam outros analistas, como, por exemplo, Eric Hobsbawn (1994), no que diz respeito à durabilidade do século. O historiador britânico propõe que o século inicia-se, quando se atenta para suas características constitutivas, com a Primeira Guerra Mundial, em 1914, e termina com o desmantelamento da União Soviética, em 1991. Segundo tal compreensão, teria sido o século passado, portanto, um século breve, com apenas 77 anos. Entretanto, pode-se supor que ambos, no fundamental, compartilham da compreensão de que o sistema capitalista iniciou-se, desenvolveu-se e se consolidou como e enquanto um processo engendrado pela ação de forças e condições sociais identificáveis. Formado a partir de certas circunstâncias historicamente dadas, estará fadado, também, tal como aconteceu com todos os processos histórico-sociais de grande porte e magnitude que lhe antecederam, a experimentar sua própria superação.

A lógica capitalista em marcha, desde os seus primórdios, tem tido como uma das suas principais características, precisamente, a lógica de sua expansão. Pondo por terra a ordem milenar feudal, a nova classe burguesa foi revolucionando o mundo no seu horizonte, destruindo a antiga ordem e, ao

longo de desdobramentos tão gradativos quanto contínuos, construindo os pilares da nova. Dentro desta perspectiva o processo global contemporâneo nada mais é do que a sequência recente de um périplo que vem de longe. As grandes navegações, iniciadas no final do século XV e no início do XVI, se constituíram, por exemplo, e nessa linha de explanação, tão somente em um iniciante processo mundial de irradiação económica, política e ideológica. A Escola de Sagres em Portugal foi, nessa época, e nessas circunstâncias, o mais notável centro de pesquisas do mundo, assim como o Cabo Canaveral, no século passado, se firmou, até os dias que correm, como o maior núcleo de pesquisa espacial do mundo. Um e outro centro, não obstante tão distantes no tempo histórico um do outro, são emblemáticos no que diz respeito à capacidade de propagação capitalista, um em relação ao espaço marítimo, o outro em relação ao próprio espaço sideral. A expansão burguesa, entretanto, não se deu, desde os seus primórdios, somente "para fora". Ao contrário deu-se, e de modo principal, "para dentro" do continente europeu, percorrendo longo e gradativo processo de conquista da hegemonia nos países onde ela mais fortemente foi se estabelecendo [4]. No bojo de tal processo foi modelar o caso inglês, mas não só ele. E mais ainda: as duas frentes de expansão (a "para dentro" e a "para fora") não podem ser compreendidas de modo linear e/ou estanque: formaram um complexo e interfecundante processo de desenvolvimento. Essas frentes foram, às vezes, coetâneas; outras não. Em certos momentos, um dado tipo de desenvolvimento (por exemplo, o "para dentro") girou em torno de centros de energia econômica de seu país; em outros, predominou outro tipo (por exemplo, o "para fora"). Seja lá como, entretanto, ao longo da linha do tempo histórico, a expansão capitalista não perdeu fôlego. De maneira exemplar, esses desdobramentos ocorreram entre as primeiras e mais poderosas nações europeias.

São clássicas as reflexões marxistas sobre tal processo, como chama a atenção o atento sociólogo brasileiro:

> "(...) a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os países (...) Em lugar das velhas necessidades, satisfeitas pela produção nacional, surgem necessidades novas que, para serem saciadas, exigem os produtos das terras e dos climas mais distantes. Em lugar da antiga auto-suficiência e zdo antigo isolamento local e nacional,

[4]Entende-se por hegemonia, na acepção de Gramsci, a capacidade da classe dominante, ou frações dela, segundo um arco de alianças organicamente estabelecido, forjar e impor seu projeto de dominação intelectual e moral face a uma dada sociedade.

> desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isso tanto na produção material quanto na produção intelectual... e das numerosas literaturas nacionais e locais forma-se uma literatura mundial" [5]

No seu caminho moderno e modernizador, a burguesia inventou e pôs em prática processos, elementos, funções e estruturas sociais adequados ao controle dos sistemas produtivos e suas expressões político-ideológicas. Forjou uma nova "mentalidade" ou "espírito" compatível com a prática capitalista, caracterizada principalmente pela racionalidade de sua ação[6]. Um autor tão importante como MaxWeber, e tão distante da compreensão marxista, não deixou de reconhecer as condições de existência do capitalismo na formação da sociedade empresarial contemporânea:

> "Existe capitalismo onde quer que se realize a satisfação da necessidade de um grupo humano com caráter lucrativo e por meio de empresas, qualquer que seja a necessidade que se trate. Em especial dizemos que uma exploração racionalmente capitalista é uma exploração com contabilidade de capital, é uma ordem administrativa por meio da contabilidade moderna com base no balanço. A premissa mais geral para a existência do capitalismo é contabilidade racional do capital, como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam das necessidades cotidianas[7]"

A globalização - ao contrário do que advogam as teses neoliberais, principalmente quando se tem em vista as análises que não são influenciadas pela tradição marxista - não caracteriza um processo terminal onde os jogos estão feitos, favorecendo, inexoravelmente, a uns, e desfavorecendo a outros. É um processo que contém dentro de si múltiplos e matizados aspectos e que assim, como tudo que é real, é também profundamente contraditório. Logo, é mutável e nele se pode intervir quando se tem a capacidade de apreender sua "lógica" interna mais determinante, profunda e essencial.

[5]MARX: 1988, pp.69-70 apud IANNI:1996,p.268.
[6]O conceito de racionalidade conforme proposto por Weber é central na sua obra e denso de significados no que diz respeito à própria constituição (e futuro!) das modernas sociedades industriais. Uma apresentação sintética e didática pode ser encontrada emzz Freund (1970, pp. 19-24).

[7]WEBER: 1956, pp.236-237 apud IANNI: op. cit.,p.265.

Mais importante ainda: refere-se, também, a um processo que não prescinde do Estado como aparato agenciador e disciplinador dos interesses predominantes em uma dada sociedade. Nem está o aparato estatal "indiferente" ao destino externo dos países, sejam eles mais ou menos poderosos. Na esfera das organizações internacionais, o Estado é um ator sempre presente, seja no plano das atividades económicas (FMI, BID, BIRD, etc.), políticas (ONU, OEA), sociais (UNICEF, CLAPS) ou culturais (UNICEF) [8]. Interage também com outros, como as multinacionais, ou com associações não governamentais (como a Anistia Internacional). Naquele primeiro caso, as multinacionais não ficam a reboque dos negócios; ao contrário, retêm sua capacidade disciplinadora, tanto no que diz respeito à recepção, como ao destino da ação econômica. No plano interno, como no externo, a participação do Estado, na trama vivida da sociedade humana, vincula-se – nos dias que correm, como nos tempos pretéritos - à gama de interesses objetivos que derivam das estruturas sociais objetivamente determinadas. Os movimentos da estrutura estatal originam-se e se coadunam com os interesses fortes que predominam em uma dada sociedade. Se assim é, se o próprio Estado não resulta de um jogo de cabras cegas, então, afortiori, não se poderia supor que a ordem internacional - que se articula exatamente pela ação dos estados - estaria imune às conveniências dos que detêm, em seus países, o controle da riqueza.

Em uma visada contrária a essa perspectiva, supunha-se, no final dos anos 80 do século XX, que a globalização referia-se ao processo pelo qual a população mundial ia se tornando - por assim dizer -uma única sociedade (Aibrow: p.340). Tal sociedade teria surgido não como um projeto de um Estado-nação, mas como resultado não-direcionado da interação social em escala global (idem, ibidem). Aceita tal postulação, estar-se-ia, então, assistindo ao "espontaneísmo das estruturas", uma expressão inconsistente em si mesma[9].

[8]Dreifuss (op. cit.) distingue três conceitos no que diz respeito aos processos de integração internacional na época contemporânea. O conceito de globalização refere-se à esfera econômica desses processos; o de mundialização à homogeneização social no contexto da sociedade on Une; o de planefarização ao conjunto de pautas e procedimentos politicamente internacionalizados.

[9]Proponho aqui a seguinte imagem. Diga-se que um determinado corredor, observando os demais, analisa suas potencialidades face às dos outros, empenha-se nos treinamentos e toma todo o tipo de cuidados para vencer a corrida. Corre, e dá simplesmente o máximo de si, utilizando-se de tudo ao seu alcance para chegar com êxito à sua meta. Vence, conquista a vitória, e dele, depois, se diz: "o resultado foi não-direcionado". O "resultado" do Império norte-americano no contexto do século XX, e do inicio do atual, foi "não-direcionado"?

2. O neoliberalismo

a) O liberalismo clássico

As teses neoliberais são, no fundamental, teses do liberalismo clássico. Elas têm sua especificidade e atualidade e refletem, portanto, as novas condições organizadoras do capital nos tempos contemporâneos. Mas mantêm, no que diz respeito aos princípios básicos que as sustentam, entrelaçados elos com o passado. Procurar-se-á, assim, dar mais ênfase às fontes conceituais do liberalismo clássico, na medida em que se supõe que o que se chama neoliberalismo é uma retomada de princípios que vêm de longe. Desse modo, quando se atenta para as faces económica e política do conceito, cabe indagar: que princípios foram esses?

Mantendo-se a preocupação de brevidade, pode-se nomeá-los sem se prender a uma ordem de importância hierárquica preestabelecida. Pode-se, reportar-se, logo de início, do ponto de vista político, a dois pontos: a) a indissociabilidade entre liberdade e propriedade como essência mesmo do próprio liberalismo e (b) a noção de contrato.

Na concepção feudal, Estado e sociedade civil são realidades inseparáveis e indissoluvelmente entrelaçadas (os títulos nobiliárquicos e as propriedades, por exemplo, são transmitidos de geração para geração). Não há aí, portanto, espaço para relações contratuais entre entidades que se que querem iguais e livres; ao contrário, as entidades são concebidas como desiguais e as regras de relacionamento se impõem de cima para baixo, do senhor soberano para o vassalo obediente. As relações de liberdade só passam a ser consideradas como fontes de legitimidade da vida social no próprio processo de edificação das estruturas capitalistas modernas. Tal processo levou, na verdade, à constituição de duas vias distintas em relação à construção do aparelho estatal: a concepção absolutista e a concepção liberal.

A concepção absolutista - que guarda, explicitamente ou não, propositalmente ou não, diretamente ou não, racionalidade hobbesniana - postula que é a sociedade civil que dá origem ao Estado, a ele devendo se subordinar. Por que deve haver essa sujeição? Porque a sociedade civil, vivendo em desordem, tumulto, caos, a insegurança a todos ameaçando, faz com que os indivíduos procurem a "paz do Estado". Este, por sua vez, se "individualiza" na pessoa do próprio Rei, encarnação do poder supremo que paira acima de todos e sobre todos.

Permite aos homens, na medida em que assim acontece, conviverem, senão em estado de harmonia, pelo menos em situação de sociabilidade. Origina-se o pacto entre Estado e sociedade da necessidade de se manter a segurança e, por isso mesmo, trata-se de um contrato que não pode ser desfeito, sob pena de a guerra novamente imperar sobre a paz. Em termos históricos, a via autoritária, nessa vertente, materializou-se modelarmente na síntese de Luís XIV: L 'État c'est mói.

Na concepção liberal, o Estado se origina também da sociedade civil, porém de modo completamente distinto: a sociedade civil, anterior igualmente ao surgimento do Estado, caracteriza-se pela "paz dos homens". Eles, através de seu trabalho, adquirem propriedades e, como se trata de um bem pessoal transferível somente pela livre-vontade, aceitam e contratam um governo, tendo em vista o primordial direito de garantirem suas propriedades. O Estado retira os princípios de sua legitimidade da sociedade civil que o antecede. Desse modo, o contrato entre eles - sociedade civil e Estado - pode ser feito e desfeito, tal como pode acontecer com qualquer acerto entre partes que "negociam" seus mútuos interesses. Nesse caso, o desacerto entre os contratantes decorre do desrespeito do Estado às liberdades intrínsecas dos indivíduos, na medida em que as liberdades são anteriores à criação do próprio Estado. Mas é preciso questionar: quais são, então, essas liberdades? Basicamente são três:

a) liberdade de exercer a propriedade, sem o que não se pode reconhecer nem valorizar o resultado do trabalho de cada um, constituindo-se o indivíduo na categoria basilar do edifício político;

b) liberdade de expressão política (a liberdade de opinião, de assembleia, de manifestação, etc.), até como decorrência do direito à liberdade de possuir;

c) liberdade de iniciativa económica, fonte individual e social do progresso material.

Antes de se passar a considerar, mais atenta e retrospectivamente, esta última liberdade, é preciso chamar a atenção para o contexto histórico-social em que são pensadas e propostas tais categorias. De fato, o desenvolvimento acelerado do capitalismo realizou-se sob a égide de uma poderosa força motriz, que, desde os seus primórdios, coincidiu com a emergência da burguesia como classe social. Ademais, fincados os pilares da nova ordem, ela jamais deixou de liderar o processo de expansão capitalista. Quando se atenta para o que é principal, e se tem em vista o económico, a primeira liberdade subordina as duas últimas. Reside na privatização da propriedade, considerada como direito natural e inalienável do

indivíduo, o pilar fundamental a partir do qual se erige a edificação capitalista.

Adam Smith (1723-1790), considerado o fundador da moderna ciência da economia, estabeleceu, de forma matricial, as bases de uma teoria alicerçada nos princípios liberais. Na base do pensamento económico de Adam Smith enraíza-se uma concepção da sociedade onde o indivíduo (suas motivações, seus objetivos, seus direitos) e a propriedade (como dado que decorre da própria natureza da vida social) constituem-se na categoria privilegiada de análise. No clima de opiniões que caracterizavam a sua época, ele foi decididamente motivado pelas teorias políticas e económicas mais influentes de seu tempo. Os físiocratas, por exemplo, pregavam a ideia segundo a qual, sendo cada um livre para satisfazer suas riquezas, o bem de cada um redundaria no bem de toda a coletividade. Tal liberdade, assim, supunha e exigia a existência da segurança da propriedade e a liberdade de fazer empresas. Da capacidade de cada indivíduo agir na busca de seu próprio bem, resultaria o bem maior de todos. Residiria aí a chave para a vitória contra a pobreza. Nesse contexto de ideias, o Estado deve abster-se de intervir nas relações económicas, restringindo sua atuação à livre circulação de mercadorias, à defesa dos bens e da "ordem natural das coisas". As discordâncias de Adam Smith assentavam-se, e profundamente, no "reino" onde residiria a riqueza das nações: se para os economistas franceses ele se situava na produção agrícola de base fundiária, para o teórico escocês ele se localizava no plano das atividades manufatureiras. Suas análises decorriam de uma meticulosa observação empírica dos mecanismos relativos à divisão do trabalho e à troca mercantil: a riqueza das nações surgia da massa de bens por ela produzidos que podem ser trocados. Mas, se todo o bem pode ser trocado, ele é uma mercadoria. Logo era necessário aferir-se seu valor.

> "Um bem que pode ser trocado é uma mercadoria. Desse modo, para dar uma avaliação mais precisa, é preciso medir o que forma o valor de uma mercadoria. Decerto, pode-se responder que esse valor provém de sua utilidade, de seu uso. Mas a experiência comercial e industrial mostra que se trata, nesse caso, de um fator contingente, o que é relacionado na troca entre mercadorias é o investimento e o trabalho que foram necessários à produção dessa mercadoria. O capital, criado inicialmente pela poupança, e aumentado por meio dos lucros comerciais, assim como o trabalho posto em operação num país, constituem as causas da opulência desse país, opulência que se refere a todas as coisas da sociedade: um e outro acrescentam valor à natureza e são os fermentos do que logo após irá ser chamado de 'civilização'"[10]

10 CHÂTELET,op cit, 1997. p.69.

11 São muitos os documentos na série em questão. No que aqui interessa consulte-se Banco Mundial, 1991 e 1993.

Concebido nesses termos, trata-se de um sistema que é auto-regulável, quando e se a lei do valor não é transgredida. O capitalista sabe buscar o melhor para si, enquanto os trabalhadores prosperam na medida em que buscam livremente a melhor remuneração para o seu desempenho. O bem coletivo resulta, assim, do bem individual perseguido por cada um. Nessas circunstâncias, o melhor Estado é o que não interfere na ordem económica. Sua missão é velar pela segurança da propriedade e pela livre ação do capital, ao mesmo tempo em que garante liberdade plena às relações de trabalho. É o chamado Estado mínimo ou minimalista: o progresso das nações advém de sua liberdade, do liberalismo de sua organização económica, social e política. E da ideologia que daí resulta, também.

b) O neoliberalísmo

Em suas linhas mais gerais e determinantes, de uma ou de outra maneira, a "ideia" do liberalismo esteve presente em todo o processo de desenvolvimento capitalista. O que hoje se chama de neoliberalísmo ganha forças e formas no decorrer do final dos anos 70 do século passado, para ganhar maior exposição ainda no decénio seguinte. Na sua mais recente roupagem, surge com o chamado Consenso de Washington, que resultou de uma sequência de reuniões, encontros e seminários ocorridos na capital norte-americana. Essas jornadas foram relatadas em uma série de documentos que, contando com decidido apoio, tanto do FMI como do Banco Mundial, foi publicada em 199011. Esses documentos contêm duas partes bastante distintas, uma de caráter técnico (que não interessa diretamente a este trabalho) e outra de caráter doutrinário, esta sim pertinente às considerações aqui propostas. Tal caráter doutrinário revela-se, de modo mais ou menos explícito, a partir de dois conjuntos de proposições "escondidas" que permeiam os textos em questão. Com espírito de síntese, esses conjuntos, no que diz respeito ao essencial, pode ser sumariado da forma que se segue.

Primeira: sendo a economia uma ciência objetiva, o que serve para um país que já se desenvolveu, em termos de receituário econômico, também serve para os que aspiram ao desenvolvimento. No limite, não existem sociedades subdesenvolvidas; existem sociedades mal administradas. Padecem de ignorância e incompetência os dirigentes dessas sociedades quando se negam a seguir os preceitos que levaram ao sucesso os denominados "sistemas maduros". Esses preceitos referem-se, principalmente, à prática do livre mercado, como exclusivo regulador da economia, assim como ao papel que, sem amarras ou restrições, as importações e o capital estrangeiro devem exercer nas atividades económicas.

Segunda: o processo dinâmico das sociedades subdesenvolvidas, de alguma forma, reproduz o processo ocorrido nas sociedades desenvolvidas. Tal proposição, é claro, reflui em grande parte da primeira. Dela se diferencia, entretanto, na medida em que aqui se postulam homologias entre sequências históricas que se quer semelhantes, enquanto a primeira se refere, mais precisamente, às políticas públicas que se pretendem reproduzíveis em países que não atingiram a maturidade.

É claro que não se pode deixar de aceitar o princípio da objetividade nas ciências sociais; entretanto isso não significa que se pode postular sua neutralidade. Se os cânones da ciência são universais, são variados e mutantes seus objetos de estudo e investigação. A escolha do objeto a ser estudado, o ponto de vista a partir do qual ele é formulado, o tipo de tratamento metodológico e teórico que a ele é conferido, etc. não servem para ocultar o nódulo ideológico da argumentação científica, mormente no campo das ciências humanas (mas não apenas). Por outro lado também, não se pretende que esses dois conjuntos, é claro, esgotem a plenitude da racionais neoliberal. Possibilitam, tão-somente, a apreensão do que se supõe ser o seu cerne doutrinário. No entanto, na medida em que eles parecem constituir-se no cerne da persuasão neoliberal, permitem flagrar, em seu interior, sua dimensão eminentemente ideológica.

Uma abreviada leitura ideológica dos dois conjuntos de proposições acima listados já permite algumas indicações. De início, é preciso observar que esses conjuntos precisam ser localizados no contexto de dois dos acontecimentos históricos mais importantes do final do século XX que, aliás, coincidem com a força do (re) nascimento das postulações neoliberais. O primeiro foi a queda do muro de Berlim, em 1989; o segundo foi a desintegração da União Soviética, em 1991. O efeito combinado desses dois eventos foi entendido pêlos adeptos do capitalismo como a prova final da derrocada das economias administradas pelo Estado. Entendiam que o malogro do dirigismo e do administrativismo do Estado, responsável único pelo desempenho das empresas públicas, condenava ao fracasso projetos de desenvolvimento inspirados no poder planejador e interventor do poder central. Desse ponto de vista, a contrapartida era a categórica reafirmação das teses do liberalismo clássico, encorpadas por outros e posteriores acréscimos teóricos. O liberalismo revisto e revisitado foi proposto como um "novo liberalismo", isto é, como um "neoliberalismo", decretando-se a morte de outras alternativas teóricas, lastreada em outros princípios.

As inconsistências afloram. Por um lado, se liberalismo houve nos países subdesenvolvidos, ele não foi capaz de desatar os nós que os prendiam (e prendem!) ao atraso económico e à injustiça social. O que ocorre e se manifesta em uma dada situação historicamente determinada (seja tal situação um país, uma região, etc.), não se reproduz como cópia em outras circunstâncias. O que conduziu ao desenvolvimento nas nações centrais, não necessariamente tem os mesmos condicionantes e efeitos nas regiões periféricas. Por outro lado, foi justamente quando esses países experimentaram a disciplina planificadora do Estado, que eles mais demonstraram índices satisfatórios de desenvolvimento. Mesmo nos países centrais, e desde os seus estágios iniciais, jamais a prosperidade foi guiada pela "mão invisível" como supunha Adam Smith. Neles, por um lado, as "políticas públicas" sob a égide disciplinadora do Estado foram sempre (e são até hoje) presentes. Por outro lado, a ação oligopólica das grandes empresas nunca deixou de ser decisivo compartimento do seu próprio processo de desenvolvimento capitalista. Relacionar atraso econômico com ineficiência da ação estatal manifesta equívoco que, na prática, justifica os interesses dos países prósperos, antes do que os dos atrasados. Nessa perspectiva, então, mal dá para esconder os objetivos ideológicos em jogo; reside, aí, na verdade, seu "núcleo duro". O caso do Brasil é, nesse sentido, exemplar. A "teoria" neoliberal descarta talvez o único ator político que pode, com possibilidade de êxito, enfrentar os grandes interesses internacionais que se projetam nas áreas economicamente atrasadas. Isto é, o Estado ele mesmo. 19 possibilidade de êxito, enfrentar os grandes interesses internacionais que se projetam nas áreas economicamente atrasadas. Isto é, o Estado ele mesmo.

As ideias, dizia o jovem Marx, não brotam da terra como cogumelos. Não é, assim, por mera coincidência que o primeiro estudo estratégico contemporâneo tenha sido proposto exatamente no bojo do processo que medeia a passagem da Primeira Revolução Industrial, que ocorre entre 1750 e 1850, para a Segunda, que começa a se configurar a partir do final desse período[12].

[12]A Primeira Revolução Industrial deu respostas às prementes necessidades do capitalismo naquela etapa. Notáveis invenções tecnológicas modificaram o perfil econômico do parque produtivo. Nutriu-se, no fundamental, das inovações na área da mecânica aplicada à industria (notadamente a têxtil), de novas formas de energia resultantes das máquinas a vapor, assim como dos notáveis aperfeiçoamentos no sistema de transportes (o trem) e comunicação (telégrafo). A Segunda Revolução Industrial, que dá um salto à frente no processo produtivo, assentou-se também em prodigiosas descobertas, como o aço (1856), o dínamo (cujo princípio havia sido descoberto por Michael Faradaye que começou somente a obter resultados práticos a partir de 1873) e a invenção do motor de combustão interna, em 1876, pelo alemão Nicolau Otto, dando início a uma série de progressos (como a adaptação do motor a gás por gasolina por Gottlieb Daimier e o uso da faísca elétrica por Kari Benz para inflamar o motor). A partir daí, os produtos do petróleo surgiram como a principal fonte de energia, tendo sido o primeiro poço perfurado com sucesso, na Pensilvânia, em 1859.

De fato, a ideia mais geral que transpassa o clássico livro de Clausewitz (1780-1831) é a da sintonização da guerra com as exigências dos novos tempos. Concebe a guerra como uma máquina que, sendo tripulada por seres humanos, tem corpo e alma, precisando ser assim entendida na sua dupla dimensão, material e psíquica. A guerra é, então, uma atividade cujas propriedades mais gerais e determinantes derivam da sua própria existência social. É um conflito que só difere dos outros tipos de conflito pelo fato de que exige o derramamento de sangue para a sua solução. Clausewitz compara a guerra a uma espécie de comércio ou negócios em grande escala. Localiza seu lócus no interior da política do Estado, onde ela jaz encoberta, numa situação rudimentar, tal como as qualidades das criaturas vivas nos seus germes (Clausewitz: 2003, p.127).

O ator principal do ato bélico - as forças armadas - é pensado como uma organização que precisa ser compatível com o fim a ser obtido: derrotar o adversário e submetê-lo à vontade do vencedor. Eficácia, competência e a maximização da relação entre lideranças e subordinados são atributos pensados, tendo em vista uma combinação ótima entre fins e meios, entre objetivos estratégicos e as necessárias intermediações táticas. Suas concepções são de certo modo adiantadas em relação ao seu tempo, mas também contemporâneas à época de sua formulação. Não é à toa, desse modo, que seu livro tenha feito muito mais sucesso no século passado do que no século XIX, e que um dos seus escritos tenha sido publicado apenas em 1937[13].

Contemporaneamente as Doutrinas Estratégicas são consideradas como estudos dedicados ao papel do poder militar na política internacional, tendo em vista a consecução dos objetivos do Estado. Tal conceituação, meramente descritiva, impõe alguns desdobramentos, suscitando questões particulares relativas às forças armadas (tipos, equipamentos, operações, etc.) e questões gerais (eficiência do poder militar face aos meios económicos e diplomáticos, por exemplo). Ambas as direções convergem para o principal: o emprego dos meios militares para alcançar fins da política no plano externo. As doutrinas estratégicas, portanto, analisam a defesa de um país através não só do conceito crítico de dissuasão, mas também considera o reforço de alianças, o envolvimento em negociações, assim como a própria condução da guerra na eventualidade de sua instalação. Os estudos estratégicos, no contexto altamente polarizado do pós-guerra, rapidamente ganharam espaço nos meios académicos, principalmente e primeiramente nos Estados Unidos e Grã-Bretanha.

13Da Guerra foi terminado e publicado pela sua mulher, Marie Von Clausewitz, um ano depois de sua morte, em 1832. Os 150 exemplares demoraram mais de 30 anos para esgotarem.

Ganharam especial relevo o problema da dissuasão e o controle da escalada nuclear, o aporte metodológico ficando vinculado à teoria dos jogos.

Tornando-se mais complexo o cenário internacional a partir dos anos 80 do século passado, passou-se a dar mais atenção na análise mais propriamente política. Isso significou um retorno a Clausewitz, em muitos sentidos.

Nos últimos tempos tem se procurado tratar as questões estratégicas de um ponto de vista multidisciplinar (os estudos estratégicos não podem ser desenvolvidos sem a visada científica e tecnológica, além da económica, política, histórica, etc.) e aplicado (os estudos estratégicos pretendem dar apoio à condução das políticas do Estado). Tendo-se em mente o tipo de argumentação que se pretende propor neste trabalho, pode-se, a partir dessa rápida inspeção relativa ao conceito de estratégia, dizer que:

a) os estudos estratégicos desde suas origens, no século XIX, estiveram ligados à análise da guerra e de seu principal meio, as forças armadas. Surgiram, como não poderia talvez deixar de ser, no centro europeu e em particular em um país, a Alemanha, como também talvez não poderia deixar de ter sido, devido à sua posição geopolítica.

b) seu principal teórico, Claus Von Clausewitz, possivelmente o mais brilhante e profundo teórico sobre o tema, procurou enfocar o fenómeno a partir do ponto de vista político, procurando compreendêlo, no geral, como uma atividade social dos homens.

c) esses estudos ficaram relativamente restritos a alguns poucos círculos nesses centros, só experimentando um grande desenvolvimento a partir do final da Segunda Guerra Mundial.

d) tal desenvolvimento se deu particularmente nos Estados Unidos;

e) sua irradiação para outros centros de estudos estratégicos se fez, portanto, a partir das matrizes centrais. Em países como o Brasil isso implicou em desenvolver os estudos estratégicos a partir de uma lógica subsidiária ou complementar à ação da potência norte-americana.

f) o caráter subsidiário/complementar de tal lógica foi reforçado pelas condições emergentes após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria e da bipolaridade.

g) com o final da Guerra Fria, a partir do final anos 80 e início dos anos 90 do século XX, os estudos estratégicos, em regiões periféricas como o Brasil,

continuaram a se desenvolver sob a ótica da hegemonia norte-americana em tempos de globalização e neoliberalismo.

h) a mudança de tal lógica e de tal ótica dependerá das possibilidades de reação dessas regiões dentro de um quadro social e economicamente marcado por 20 anos de recessão, por um lado, e, por outro, pelos excessos imperiais da superpotência como protagonista internacional.

Conclusão

Propor-se que o processo de globalização é o resultado não-direcionado da interação social em escala mundial, ou que deriva do próprio processo de desenvolvimento da economia mundial, camufla evidentes interesses político--ideológicos. Trata-se de um processo que, no substancial, foi direcionado pelas grandes potências até o final da Segunda Grande Guerra e, a partir daí, pelos Estados Unidos, notadamente nas regiões expostas à sua área de ação econômica. Com a desintegração da União Soviética, a política económica dessa superpotência tem sido a história do alargamento do processo global sob a égide de uma ideologia neoliberal. Tal ideologia, no substancial, pretende racionalizar, dando respaldo intelectual, a ação dos Estados Unidos e de seus principais aliados, na Europa (CEE, notadamente a Grã-Bretanha) e na Ásia (notadamente o Japão). A hegemonia imperial visa naturalizar o capitalismo na forma em que ela o pratica, bloqueando a consideração de outras formas de organização económica, inclusive de natureza capitalista. A superpotência vale-se de um Estado forte, indutor à subordinação das estratégias dos seus aliados principais e periféricos que, em última análise, cedem aos imperativos da superpotência. Isso acontece, seja porque seus aliados mais fortes se livram de vastos gastos militares, podendo empregar ganhos de capital no seu próprio desenvolvimento (o caso da CEE e do Japão), seja porque os aliados periféricos se conformam com o seu papel de mero coadjuvante. O fenômeno da globalização surge então como processo económico, o neoliberalismo como uma ideologia que lhe dá direção e sentido, e a estratégia como instrumento de resistência e combate de que os estados dispõem para maximizar seus ganhos e minimizar suas perdas no contexto internacional.

Verifica-se hoje no quadro internacional a subordinação estratégica ao aparato político-militar da potência unipolar. E, como só se tem um centro econômico-político-militar em situação hegemónica, segue-se que só se poderia ter apenas um país capaz de formular uma Alta Estratégia: os Estados Unidos. Todos os outros países, contidos na sua esfera de poder, seja na forma de aliados principais, seja na forma de atores secundários ou coadjuvantes,

conformam-se com a formulação e implementação de estratégias que, no essencial, são meramente reflexas à da potência hegemônica.

Será exatamente a busca de estratégia(s) alternativa(s), capaz (es) de escapar (em) dessa situação unipolar, que abrirá (ao) um novo horizonte de reflexões no campo das relações internacionais nos próximos dez ou vinte anos. Nesse futuro, quatro daqueles "países monstros" referidos logo no início - a Rússia, a China, a Índia e o Brasil - serão interlocutores centrais na abertura de novos leques de alianças, assim como na formulação e implementação de originais combinações de interesses na arena internacional.

Os jogos não estão feitos. Aliás, no processo sempre inacabado da história, eles nunca estão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBROW, Martin L. "Globalização". In: OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX . Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/ Editora UNESP,1996.

CHÂTELET, François. História das ideias políticas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997. DREIFUSS, René. A época dasperplexidades. Petrópolis, Vozes, 1997.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. A era do globalismo. 2.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.

DOS SANTOS, Theotonio (coord.). Os impasses da globalização. Rio de Janeiro/ São Paulo, Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2003.

DEFESA E SEGURANÇA" COMO ÁREA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Manuel Domingos[1]

A classificação das áreas do conhecimento adotada pelas agências públicas há muito deixou de corresponder aos rumos tomados pelo desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro. A sua atualização deve compreender revisões conceituais, novos arranjos hierárquicos e o reconhecimento de áreas emergentes, entre as quais a "Defesa e Segurança". Trata-se de uma iniciativa de interesse da nacionalidade, do Estado, do regime democrático e de pesquisadores especializados.

Palavras Chaves: Militar, Defesa, Segurança Internacional, Ciência, Tecnologia.

Introdução

A defesa militar da nação está assegurada de forma conveniente? Que tipo de Forças Armadas o Brasil precisa? O serviço militar obrigatório deve ser extinto? O controle do tráfego aéreo comercial é assunto militar? Investimentos num submarino de propulsão nuclear e num veículo lançador de satélites devem ser prioritários? O Exército deve atuar nas atividades de segurança pública? O futuro da América Latina está livre de novas ditaduras militares?

Respostas consistentes a essas e a outras tantas questões inescapáveis para quem se preocupa com o desenvolvimento do Brasil como Estado nacional democrático não podem ser dadas a partir de percepções do senso comum, estudos fragmentados, análises conjunturais, discursos parlamentares improvisados e, muito menos, de formulações corporativas. A sociedade brasileira precisa ampliar, aprofundar e amadurecer o conhecimento acerca das necessidades da defesa, das tendências mundiais dos assuntos militares, das instituições armadas brasileiras, do pensamento e do comportamento de seus integrantes. Aos governantes, cabe articular as variadas iniciativas do Estado direta ou indiretamente relacionadas à soberania nacional. Sem estudos consistentes e sem uma disseminação adequada dos mesmos, a qualidade do diálogo do poder político e da própria sociedade com os militares fica necessariamente prejudicada.

[1] Pesquisador Associado NEST. Editor da Revista Tensões Mundiais, publicação do Observatório das Nacionalidades, UFC. Ex-Vice-Presidente do CNPq.

É necessário multiplicar e amparar o contingente de pesquisadores civis especializados em assuntos da defesa militar, dotar bibliotecas de literatura pertinente, estimular novos programas de programas de pós-graduação, explorar temas mal devassados, enfim, alargar e elevar o debate concernente a Defesa. Um passo fundamental nesse sentido é o reconhecimento pelo agente público da Defesa e Segurança como área do conhecimento científico.

Em 2005, o CNPq, a CAPES e a FINEP designaram uma Comissão Especial de Estudos para propor uma nova Tabela das Áreas do Conhecimento (TAC) para o Brasil. Esta iniciativa mostrava-se indispensável à revisão da política nacional de pós-graduação e ao bom desempenho das agências de fomento as atividades científicas. A CAPES necessitava encarar o fato de os programas designados como multidisciplinares eram os que mais cresciam, provocando dificuldades para a sua institucionalização.

Participaram dos trabalhos da Comissão Especial representantes da Academia Brasileira de Ciências (ABC), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições do Ensino Superior e do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação.

A Comissão, na qual atuei como presidente e a professora Rosali Fernandez, a mais reconhecida especialista brasileira em classificação das ciências, como secretária, colheu pontos de vista de mais de uma centena de associações de pesquisadores, dezenas de instituições científicas e milhares de contribuições individuais. As atividades da Comissão foram concluídas em dezembro de 2005 e o Relatório Final entregue em janeiro de 2006. Como qualquer alteração na TAC repercute intensamente na comunidade científica e nem sempre satisfaz a todos, a autoridade governamental posterga a sua deliberação sobre a matéria. Este é mais um dos muitos aspectos pendentes na ação governamental, com prejuízos evidentes para as políticas de Estado.

Ao longo dos trabalhos da Comissão, defendi que, entre as novas áreas do conhecimento a serem reconhecidas e amparadas no Brasil, figurasse "Defesa e Segurança". Argüi a necessidade de o poder público assegurar os avanços quantitativos e qualitativos obtidos pelos pesquisadores especializados nesses temas.

Uma sociedade que tem sua história marcada por profundas intervenções militares e que aspira manter a soberania não deve persistir alheia aos

problemas relativos às corporações militares e à política de defesa nacional. As universidades e os produtores de conhecimento científico não podem continuar fingindo que os assuntos relativos a defesa e a segurança não lhes dizem diz respeito. O Congresso Nacional e as varias instancias governamentais, para se libertar da sujeição às veleidades e idiossincrasias corporativas nessas matérias, precisam dispor de assessorias capazes de fornecer elementos adequados para suas tomadas de decisão. Finalmente, caberia multiplicar os jornalistas habilitados a tratar de forma menos superficial os assuntos militares e os problemas relativos à Defesa. Para ampliar as possibilidades da sociedade civil de dominar esses assuntos, cabe impulsionar a formação de pessoal e amparar os pesquisadores especializados. Um passo importante neste sentido é incluir formalmente Defesa e Segurança como área do conhecimento científico e garantir-lhe amparos financeiros. Nesse trabalho, apresentado originalmente em novembro de 2006, no IV Encontro Nacional de Estudos Estratégicos e publicado em "Tensões Mundiais" (v. 2, N. 3, jul/dez 2006), apresento meus argumentos.

O saber científico e tecnológico, produzido por uma ampla e diversificada comunidade de trabalhadores intelectuais, pode ser classificado sob óticas variadas. As classificações empreendidas no âmbito da filosofia e da epistemologia das ciências, por exemplo, visam compreender os impulsos, processos e sentidos da produção de conhecimento. Os filósofos não estão essencialmente preocupados em orientar e administrar o avanço do conhecimento científico e do domínio tecnológico. As classificações adotadas por agências públicas voltadas para o ensino, a produção de conhecimento e a inovação na economia e nos mais diversos aspectos da vida em sociedade têm objetivos mais limitados e pragmáticos, não obstante sua indiscutível relevância: visam coletar e organizar dados em vista da concepção, direcionamento, implementação e avaliação de políticas e programas governamentais segundo seus interesses próprios.

A classificação da National Science Foundation, dos Estados Unidos, por exemplo, serve especificamente para administrar a distribuição de recursos desta instituição, não sendo respeitada nem mesmo pelas demais agencias de fomento deste país. Ao contrário do que pensam muitos cientistas brasileiros, em muitos países, a tendência não é a adoção de uma tabela padrão. Quanto a outra classificação muito conhecida na Comunidade Européia, o Manual Frascati, sua preocupação básica é com a organização de dados estatísticos, não com o gerenciamento de políticas ou programas amparo ao trabalho cientifico.

A classificação das ciências por um agente público reflete, antes de mais nada, o papel que lhe designado pelos governantes. Este tipo de classificação permite as agências de fomento operar baseadas na identificação de atividades afins de uma vasta gama de profissionais. Sem uma prévia determinação das áreas do conhecimento, a avaliação do mérito científico pelos pares, por exemplo, seria completamente inviável: o trabalho do pesquisador não poderia ser avaliado por pessoas sem capacidade para reconhecer seu valor intrínseco, sua originalidade e sua destinação específica. Por outro lado, professores, pesquisadores e técnicos utilizam a TAC para direcionar suas demandas às agências. No Brasil, a classificação em vigor atualmente foi estabelecida pelo CNPq, em 1984, ou seja, há 25 anos.

A classificação das ciências é um dos aspectos mais delicados da institucionalização das atividades científicas. Trata-se de um processo paralelo à formação da comunidade produtora de conhecimento, uma das peças-chaves da emergência dessa ampla associação comunitária moderna designada como nação. As nações modernas têm, entre suas marcas iniludíveis, a busca permanente e acelerada de conhecimento científico e tecnológico. É inerente a nação prometer futuro melhor e esta promessa só pode ser concretizada com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

As classificações das ciências estão sempre sujeitas às alterações em virtude do avanço do conhecimento, da emergência de novos conceitos, objetos e métodos, assim como das propensões do Estado. Por sua vez, tanto o desenvolvimento sócio-econômico como os desígnios do Estado colocam permanentemente novos desafios aos pesquisadores. Ao classificar as ciências, uma agência pública reflete forçosamente o interesse do Estado no desenvolvimento de determinadas atividades científicas, mas não pode deixar de levar em conta as demandas e pontos de vista dos profissionais da pesquisa sob pena de uma classificação das áreas do conhecimento não ter efeitos práticos. A complexidade das reclassificações decorre da necessidade de compatibilizar da forma possível os objetivos das políticas científicas com os de professores, pesquisadores, pensadores, artistas e técnicos permanentemente envolvidos em aguerridos debates em torno de predileções metodológicas, opções teóricas, pendores estilísticos, convicções político-ideológicas e acesso ao financiamento de suas atividades.

Trata-se de uma comunidade com forte tendência a auto-referência: cada cientista, ou pelo menos, cada grupo científico imagina o seu trabalho como o mais importante de todos e considera suas idéias quanto a classificação das ciências como as mais adequadas. Além disso, defende com vigor o amparo a suas atividades. Os pesquisadores mais beneficiados com recursos

públicos, temendo eventuais perdas ou redução de auxílios, via de regra, tendem a rejeitar mudanças na TAC; a disputa por prestígio e pelos estímulos governamentais faz com que o advento de novas especialidades nem sempre sejam facilmente absorvido. As idiossincrasias respondem em boa parte pelo anacronismo da classificação em vigor no Brasil: em virtude das dificuldades para mudar, a autoridade pública finda postergando deliberações.

A primeira TAC estabelecida no Brasil, ainda na década de 1970, apesar de confirmar o predomínio da Física, Medicina, Biologia e Química, áreas mais aquinhoadas com recursos públicos desde 1954, quando foi criado o CNPq, refletiu a importância que a Ditadura Militar passou a conferir as atividades dos cientistas sociais, engenheiros e agrônomos. A modernização projetada pelo regime demandava especialistas aptos ao planejamento e ao acompanhamento das mudanças sociais bem como ao gerenciamento de grandes obras de infra-estrutura. A pesquisa sociológica voltada para o desenvolvimento foi beneficiada na ocasião em que o voluntarismo dos comandantes militares produzia mudanças na estrutura socioeconômica com ênfase na modernização da agricultura voltada para a exportação. É precisamente durante a Ditadura que a antiga resistência do CNPq ao financiamento de estudos históricos e políticos foi atenuada. Quanto a Engenharia, o seu desenvolvimento era imprescindível à febre de grandes obras que caracterizou o regime. Se, ao longo do tempo, a formação de engenheiros no Brasil foi assegurada basicamente pelo Exército, tratava-se então de multiplicar as escolas e assegurar a formação de profissionais de diversas especialidades. Sem numerosos engenheiros bem qualificados, o país não viabilizaria os projetos considerados estratégicos pelo regime militar.

A adoção dessa TAC nos anos setenta decorreu também da necessidade de incluir de forma mais efetiva a produção científica brasileira nos padrões crescentemente internacionalizados, baseado no sistema de avaliação do mérito pelos pares. Os comitês assessores do CNPq, que possibilitariam a introdução deste sistema, foram organizados a partir da TAC então adotada. A introdução destas novidades foi apoiada pelo Banco Mundial que, na época, interferia nos mais variados aspectos do planejamento estatal, desde as iniciativas referentes à reforma agrária aos programas de assistência social e a reorganização do sistema bancário. O BIRD manteve especial atenção aos programas governamentais voltados para a educação e para o desenvolvimento científico.

A TAC hoje em vigor, como já dito, foi publicada em 1984, depois de longos debates, e permanece até hoje com pequenas alterações. Esta Tabela classifica o conhecimento científico e tecnológico em quatro níveis hierárqui-

cos tendo a área como unidade de referência. A Tabela reconhece 76 áreas agrupadas em oito grandes áreas:

1. Ciências Exatas e da Terra
2. Ciências Biológicas
3. Engenharias
4. Ciências da Saúde
5. Ciências Agrárias
6. Ciências Sociais Aplicadas
7. Ciências Humanas
8. Lingüística, Letras e Artes.

Os outros dois níveis hierárquicos são a subárea e a especialidade. As 76 áreas estão subdivididas em 340 subáreas e, estas, respectivamente, em 865 especialidades.

Há muito tempo essa classificação deixou de refletir o desenvolvimento do sistema de ensino, as tendências da pesquisa e as necessidades do país em termos de desenvolvimento científico. Abriga obsolescências conceituais e terminológicas. Não há cientista que não reconheça este anacronismo, com destaque para os arranjos hierárquicos e os numerosos termos em desuso. Ademais, a TAC não contempla novos objetos e ignora predileções metodológicas amplamente consagradas. Numerosos profissionais não conseguem enquadrar adequadamente suas atividades na classificação em vigor. É uma tabela que causa dificuldades tanto às agências de fomento quanto à organização do ensino. A sua permanência atribula a coleta de dados estatísticos relativos ao financiamento e a produção do conhecimento, impedindo mapeamentos consistentes do trabalho científico. Um exemplo de sua defasagem está no fato de o CNPq ser levado a improvisações estabelecendo, ao longo do tempo, mais uma grande área, designada Outros, com numerosos itens listados em ordem alfabética, ou seja, em detrimento de qualquer critério lógico de classificação.

Além disso, a TAC em vigor nasceu com gritantes inconsistências conceituais, confundindo área do conhecimento com disciplina curricular, campo de aplicação do conhecimento, formação profissional e finalidades da atividade científica, confusão aliás bastante corriqueira no meio acadêmico.

A sobrevivência desta classificação anacrônica tanto revela a falta de nitidez das orientações do Estado para o desenvolvimento científico quanto a forte influência de setores da comunidade acadêmica satisfeitos com a atual distribuição dos recursos públicos para a pesquisa. As tentativas de alteração

tendem a desagradar profissionais mais atentos a interesses corporativos que às necessidades da sociedade nacional ou as orientações do Estado. Uma nova TAC deveria contemplar certo equilíbrio entre o conservadorismo e a renovação bem como entre os desígnios da autoridade pública e as propensões dos pesquisadores.

2. A atualização da TAC

Do ponto vista operacional, o primeiro grande desafio na atualização da TAC é respeitar certos códigos consagrados internacionalmente sem, entretanto, negligenciar as especificidades do desenvolvimento científico brasileiro. Até o presente, não foi possível estabelecer uma classificação universalmente respeitada porque nenhum país abdica de fixar objetivos específicos para o seu esforço de produção de conhecimento. Além disso, em alguns países, como os Estados Unidos, há importantes agências voltadas especificamente para determinados setores da atividade científica. Os estudos relativos a Defesa, por exemplo, são apoiados por importantes entidades especializadas. O respeito às especificidades nacionais faz com que a UNESCO, apesar de seus grandes esforços, não se imponha como autoridade mundial na classificação das ciências. A variedade das classificações, inclusive, impede a organização de estatísticas mundiais confiáveis: qualquer aglomerado de dados referentes aos volumes de recursos empregados ou aos resultados do trabalho dos pesquisadores esconde necessariamente aspectos fundamentais da produção mundial de conhecimento.

No caso brasileiro, a atualização da TAC não pode prejudicar o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas em curso; ao contrário, deveria facilitar a preservação de séries estatísticas, compatibilizar as informações de diferentes entidades bem como a terminologia utilizada pelas instituições públicas e pela comunidade técnico-científica.

Outro desafio diz respeito à classificação da produção científica designada como interdisciplinar. Como classificar estudos desenvolvidos com variados procedimentos metodológicos e múltiplos diálogos conceituais? Esse problema é continuamente agravado pela crescente tendência à especialização. É o caso, para ilustrar, dos estudos relativos à bioética, à nanotecnologia, ao meio ambiente, à história da ciência e à educação em ciências, todas de difícil enquadramento nas áreas do conhecimento estabelecidas pela TAC. O uso intensivo da informática, por sua vez, acelera o advento de especialidades que, da mesma forma, não se enquadram facilmente em áreas do conhecimento tradicionais. Como classificar a informática aplicada à geografia, a biologia, a medicina etc? Os especialistas findam não se situando facilmente nem

na informática propriamente dita nem na geografia, biologia ou medicina. A despeito de serem profissionais indispensáveis, muitos não se enquadram na classificação em vigor. Os estudos pertinentes a Defesa e a Segurança nacional se incluem, sem dúvidas, no rol das atividades ditas interdisciplinares.

Alguns sugeriram a criação de uma grande área que reunisse tais pesquisas interdisciplinares, o que seria inviável pela dificuldade de adotar critérios objetivos para a sua composição. A rigor, é impossível apontar estudos que não usem mais ou menos intensivamente combinações de recursos teóricos e metodológicos: na prática, qualquer pesquisa pode ser classificada como interdisciplinar. O termo interdisciplinaridade ganha destaque por conta da irrefreável tendência à especialização: na medida em que uma classificação estabeleça hierarquias com muitos níveis hierárquicos (grandes-áreas, áreas, sub-áreas e especialidades), a identificação dos estudos interdisciplinares torna-se mais problemática.

A idéia apresentada pela Comissão para atenuar esse problema foi a de reduzir os níveis hierárquicos da TAC: as ciências no Brasil passariam a ser classificadas em apenas 3 níveis: área, grande-área e sub-área e os pesquisadores vinculariam livremente suas especialidades às áreas e sub-áreas que julgassem mais adequadas.

A Comissão definiu área do conhecimento como sendo o conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas. Diga-se de passagem, esta foi a primeira tentativa de conceituar objetivamente a área do conhecimento no Brasil. A partir disso, a Comissão propôs a criação de 23 novas áreas:

1. Arquivologia
2. Artes Cênicas
3. Artes Visuais
4. Biblioteconomia
5. Ciências Atmosféricas
6. Contabilidade
7. Defesa e Segurança
8. Engenharia Cartográfica e de Agrimensura
9. Engenharia de Controle e Automação
10. Engenharia de Petróleo
11. Engenharia Têxtil

12. Ensino e Divulgação da Ciência
13. Estatística
14. Geodésia e Geofísica
15. Geologia
16. História da Ciência
17. Lingüística Aplicada
18. Literatura
19. Música
20. Neurociências
21. Relações Internacionais
22. Saúde Pública e Coletiva
23. Terapia Ocupacional

Algumas destas novas áreas figuram na TAC em vigor na condição de subárea ou de especialidade. Na verdade, por conta de seu crescimento, ascenderiam hierarquicamente. Esse foi o caso, entre outros, da Geologia, da Geodésia e da Geofísica, que hoje constam como sub-áreas da Geociência. As Relações Internacionais, atualmente uma sub-área da Ciência Política, constitui outro exemplo, assim como a Música, que tradicionalmente integra a área Artes. Outras novas áreas foram propostas para corrigir inadequações da TAC vigente. Esse foi o caso da Estatística, da Saúde Pública e da Terapia Ocupacional.

A Comissão acatou a demanda de criação de algumas novas áreas por entender tratar-se de interesse público incontestável como o da Engenharia do Petróleo, da Arquivologia e do Ensino e Divulgação em Ciências. No caso da Arquivologia, inclusive, mesmo sendo reduzido o número de pesquisadores e de cursos de graduação, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), empenhado em melhorar as condições técnico-científicas para a preservação da memória nacional e diante do formidável desafio de preservar a documentação eletrônica, demanda que a ascensão da Arquivologia como área do conhecimento assim como estímulos a ampliação do número de profissionais altamente especializados.

3. Defesa e Segurança

Entre as novas áreas do conhecimento propostas, a designada como Defesa e Segurança, reunindo profissionais de origens variadas, integraria a grande área Ciências Humanas, que ficaria assim composta:

- Filosofia - Sociologia - Antropologia - Arqueologia - História - História da Ciência - Psicologia - Educação - Ensino e Divulgação da Ciência - Ciência Política - Relações Internacionais - Defesa e Segurança - Teologia e Ciências das Religiões

A partir das contribuições apresentadas por instituições científicas civis e militares, a Comissão acatou, não sem relutâncias, que Defesa e Segurança, como nova área do conhecimento compreenderia as seguintes subáreas:

- Pensamento Estratégico - Políticas de Defesa e Segurança - Estudos Militares - Instituições de Defesa.

Certas objeções ao estabelecimento dos estudos de Defesa e Segurança como área do conhecimento partiram de professores e pesquisadores dedicados as Relações Internacionais. Estes profissionais foram representados pelo presidente da recém-criada Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), professor Eiiti Sato, da Universidade de Brasília, que argumentou em favor da inclusão dos estudos relativos à Economia Política Internacional e à Segurança Internacional na área de Relações Internacionais. Depois de grandes esforços em busca de um entendimento, foi acatada a criação da área Relações Internacionais com as seguintes sub-áreas:

- Teoria das Relações Internacionais - Instituições e Organizações Internacionais - Integração Regional - Economia Política Internacional - Paz, Conflito e Meio Internacional

Seguramente, esse não seria o arranjo mais adequado e, na prática, pode não resistir. A Economia Política Internacional se afigura como uma especialidade particularmente explorada por economistas; historiadores e cientistas políticos também contribuem nesse domínio. Dificilmente esses pesquisadores recorrerão à especialistas em Relações Internacionais para julgar o mérito de suas demandas às agências de fomento. A subárea Paz, Conflito e Meio Internacional tem evidentes interfaces com a área Defesa e Segurança e, tal como estão organizados no Brasil, os cursos de Relações Internacionais não capacitam pesquisadores para penetrar na intimidade das instituições militares, dos temas próprios da defesa nacional e da segurança do Estado.

Apesar da falta de estímulo, nos últimos anos, foram dados passos significativos no desenvolvimento desses temas, merecendo destaque a realização dos diversos Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos, os exercícios de reflexão organizados pela Secretaria de Estudos e Cooperação do Ministério da Defesa e algumas sessões de debates abertos na Câmara dos Deputados. O número de pesquisadores acadêmicos envolvidos no estudo das instituições

militares, na atuação política dos oficiais e em diversos assuntos relativos à defesa nacional foi relativamente ampliado. Temas como a dinâmica do poder entre as nações, as tensões mundiais, os conflitos de fronteira entre Estados nacionais, as atividades científicas inspiradas ou desenvolvidas por militares e o sistema de recrutamento são crescentemente abordados por acadêmicos civis brasileiros. A maior parte da literatura disponível sobre esses assuntos ainda é estrangeira, mas já é possível contabilizar centenas de monografias, dissertações e teses produzidas no Brasil sobre esses assuntos.

Alguns anos atrás, um jovem pesquisador que pretendesse estudar as Forças Armadas brasileiras e a política de defesa recorreria preferentemente às instituições estrangeiras. Hoje, alguns programas brasileiros de pós-graduação nas áreas de Ciência Política, História, Sociologia e Antropologia já oferecem certas condições de estudo. É possível encontrar pesquisadores de temas militares e da defesa nacional mais de uma dezena de universidades brasileiras (UNICAMP, UNESP, USP, UFSCAR, UFRJ, UFF, UNB, UFMG, UFC, UFPA, UFPe, UEL, entre outras).

A pesquisa e a formação de pessoal especializado em instituições militares e assuntos de defesa no Brasil devem muito ao professor Eliézer Rizzo de Oliveira, da UNICAMP, que, ainda durante o regime militar, organizou o Núcleo de Estudos Estratégicos e editou a revista "Premissas". Em São Paulo, antes da atuação de Eliézer Rizzo, apenas o veterano professor da USP Oliveiros Ferreira se destacava como acadêmico dedicado aos temas da Defesa. Outras instituições paulistas ganharam projeção como formadoras de especialistas, como foi o caso da UNESP, sob a liderança dos professores Héctor Saint-Pierre, Samuel Soares e Suzeley Kalil Mathias e da UFSCAR, onde João Roberto Martins, além de formar pós-graduados, logrou organizar uma biblioteca especializada e um centro de documentação a partir do acervo da jornalista Ana Lagoa.

No Rio de Janeiro, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), onde atuam os professores Celso Castro e Maria Celina d´Araujo, cumpre um papel imprescindível: a coleta, catalogação, preservação e a divulgação de depoimentos de militares com papel de destaque na vida brasileira. As coleções de documentos preservados pelo CPDOC lhe conferem a condição de parada obrigatória para a maioria dos pesquisadores dedicados às Forças Armadas e a atuação política dos militares brasileiros. A atuação, no Rio de Janeiro, de professores e pesquisadores como José Murilo de Carvalho, Renato Lemos, Carlos Fico e Francisco Carlos Teixeira, Domício Proença Jr e Carlos Brigagão conferem a esta cidade a condição de centro destacado de estudo civil dos assuntos militares.

Um programa acadêmico desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação de Eurico de Lima Figueiredo, reúne civis e militares em sala de aula. Para efeito, foi estabelecido um convênio entre esta universidade e as escolas de formação de oficiais superiores do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Trata-se de uma tentativa de diálogo entre militares e acadêmicos, porém realizado em ambiente civil, ao contrário da tradição da Escola Superior de Guerra, cuja imagem ficou vinculada ao poder discricionário exercido pelos militares entre 1964 e 1985. O sucesso da iniciativa da UFF permitiu-lhe criar o primeiro Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa Nacional e da Segurança. Os militares, através de estudos desenvolvidos em ambiente civil, têm oportunidade de perceber de forma menos corporativista e simplificada a sua inserção social e seu papel na construção do país. Sem levar em conta o olhar externo à corporação, a percepção do militar permanecerá contida nos limites da auto-referência.

Não seria precipitado dizer que, na atualidade brasileira, conforma-se um ambiente em que as instituições de ensino superior das Forças Armadas captam de forma crescente os benefícios provenientes de intercâmbios e parcerias com a comunidade acadêmica.

O Grupo de Trabalho "Forças Armadas e Sociedade", da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a mais importante entidade de cientistas sociais da América Latina, ilustra o progressivo envolvimento de acadêmicos civis nos temas da defesa: mais de quarenta pesquisadores apresentaram propostas de comunicação para a reunião de 2006. Como reflexo dessa tendência, foi organizada a Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED), sob a presidência de João Roberto Martins, cujo primeiro congresso, ocorrido na Universidade Federal de São Carlos (SP), reuniu mais de uma centena de pesquisa.

A criação do "Comitê Temático de Defesa" no âmbito do CNPq pode ser mencionada como exemplo de iniciativa que contribui para dinamizar os estudos acadêmicos concernentes às Forças Armadas e a política de defesa. Hoje, pesquisadores interessados em estudar as instituições militares e temas correlatos têm a possibilidade de ver suas propostas avaliadas por profissionais reconhecidos como especialistas. Trata-se de uma iniciativa que precisa ser acompanhada por outros gestos das agências de fomento e das instituições de ensino e pesquisa, a exemplo do Programa Pró-Defesa, resultados de uma parceria entre a CAPES e o Ministério da Defesa.

4. Vencendo resistências e preconceitos

A demanda por um maior envolvimento da comunidade acadêmica civil nos estudos e debates sobre a defesa nacional tem se tornado um lugar comum não apenas no discurso das autoridades do setor, com destaque para os dirigentes das instituições de altos estudos militares. Membros das comissões parlamentares especializadas se manifestam no mesmo sentido, alguns, inclusive, propondo previsões orçamentárias para as atividades acadêmicas especializadas. Entretanto, os estímulos ao envolvimento dos pesquisadores civis são bem restritos e ainda pouco consolidados. Não há registro de áreas do conhecimento desenvolvidas sem amparos, seja do Estado ou da iniciativa privada; sem recursos para a pesquisa e sem programas de pós-graduação voltados para o estudo do pensamento militar, dos assuntos das corporações militares e da política nacional de Defesa, a participação dos acadêmicos civis no debate estratégico não pode atingir as dimensões requeridas pela construção do Estado nacional democrático. Questões básicas, como as enunciadas nas primeiras linhas deste trabalho, restam sem tratamento razoável enquanto permanecer reduzido o número de especialistas.

Cabe vencer resistência tanto no âmbito acadêmico quanto no meio militar. Tendo em vista a intensa participação dos militares da vida brasileira desde os idos da Guerra do Paraguai, é intrigante a resistência dos acadêmicos civis ao estudo dos aparelhos, da cultura, das práticas e do pensamento militar. Tais temas são insistentemente menosprezados, apesar de ser difícil encontrar um domínio da vida nacional que não tenha sido afetado com maior ou menor intensidade pela atuação dos oficiais. No que se refere apenas ao campo científico, poucos se dão conta que o próprio CNPq foi criado como uma iniciativa essencialmente militar e que coube aos generais-presidentes da Ditadura o mais efetivo ao desenvolvimento do ensino de pós-graduação no Brasil. Aqui, obviamente, não se trata de julgar o mérito de governantes militares nem de atenuar a gravidade de seus truculentos atentados a democracia, mas de reconhecer a impossibilidade de compreender a construção do Estado e das especificidades da sociedade brasileira sem levar em conta o papel exercido pelos militares. A falta de percepção desse papel reduz o alcance das análises do processo nacional brasileiro.

É simbólico que o CNPq, fundado por oficiais, tenha levado mais de meio século para ganhar capacidade de análise qualitativa de propostas de pesquisa sobre a defesa militar do país. Os regimes ditatoriais impostos a sociedade brasileira seguramente alimentaram resistências e preconceitos dos pesquisadores civis. Apenas nos últimos anos foi ampliado o número de pesquisadores que têm como objeto de estudo a vida interna das corporações

militares. Paulatinamente esses cientistas alcançam o sentido dos termos, costumes, processos e valores inerentes aos quartéis. A análise do espírito corporativo de homens fardados e armados, as regras da hierarquia castrense, a indústria bélica, o planejamento estratégico, a cooperação militar internacional, os exercícios de projeções de força e, enfim, as relações entre as Forças Armadas e a sociedade demandam conhecimentos empíricos e recursos metodológicos parcamente ofertados pela universidade brasileira. Além da resistência do meio acadêmico, os pesquisadores ainda enfrentam obstáculos no acesso a documentos históricos. As instituições militares brasileiras precisam entender de uma vez por todas que tais obstáculos apenas faz crescer a determinação dos pesquisadores na elucidação de fatos e processos que o espírito corporativo militar teima em encobrir.

O apoio ao estudo dos problemas do sistema de defesa nacional é necessário e benfazejo. Não cabe imaginar que a defesa e a segurança do país possam ser asseguradas mantendo-se como preocupação exclusiva dos militares, de alguns poucos diplomatas e raros intelectuais. É importante compreender a forma de pensar e agir de instituições intrinsecamente fechadas como as corporações militares. Como assinalou Eliezer Rizzo, a democracia estará sempre em perigo enquanto a sociedade permanecer desconhecendo suas Forças Armadas. Se a ampliação do contingente de pesquisadores especializados é palpável, cabe lembrar que há um longo caminho a ser percorrido. A proposta de estabelecer a Defesa e Segurança como uma área do conhecimento científico e tecnológico se enquadra nessa perspectiva. O aprofundamento da democracia pede o desenvolvimento da cultura estratégica de defesa nacional em novos termos, ou seja, com a participação enriquecedora de acadêmicos civis.

A DEFESA NACIONAL, O ESTADO E A SOCIEDADE.

AE (Ref) Mauro Cesar Rodrigues Pereira[1]

INTRODUÇÃO

Estas breves considerações foram apresentadas na Escola de Guerra Naval, em novembro de 2006, no VI ENEE, como introdução ao tema título, apresentado pelo NEST/UFF.

Nelas o autor propõe a apresentação de suas idéias na ordem inversa - a Sociedade, com seus valores e patrimônio, é que constitui o Estado para organizar a vida em comum, incumbindo-lhe, inclusive, estruturar a Defesa Nacional.

Enfatiza, então, o quanto é necessário alertar esta Sociedade para que tenha a consciência política voltada a pensar em defesa e procura demonstrar que, a despeito de já termos dois documentos oficiais expressando uma Política de Defesa Nacional, a rigor não se pode falar efetivamente em "política de defesa", quando as ações e decisões tomadas não demonstram seguir-se o que está expresso naqueles documentos.

SOCIEDADE ATUAL

O que mais interessa conhecer, efetivamente, é a sociedade atual, ente real, com suas qualidades e defeitos. Embora ajude a compreender alguma coisa, saber como aconteceu no passado, quando já ocorreu e não se pode voltar atrás, não é o mais relevante. Além do mais, é importante considerar que a visão anterior não era a visão de hoje e o certo e o errado modificam-se com a época de seu acontecimento, tornando inócuo julgar fatos pretéritos com a moral corrente, ou especular em como seria se tivesse sido de maneira distinta.

A nossa sociedade presente, a que pertencemos com satisfação e prazer, com a qual nos preocupamos, deriva de sociedades tribais, habitantes originais da terra, de outros intrépidos desbravadores, vindos do mar, que se

[1] Ex-Ministro da Marinha. Presidente do Conselho Acadêmico do NEST. O texto reproduz a intervenção no VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, realizado na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro / RJ, em 9 de novembro de 2006.

estabeleceram pela conquista, alargaram o território, importaram outros homens para o trabalho e todos se foram mesclando mais ou menos intensamente, combinando genes e culturas e dando origem a um novo conjunto com características próprias e bem definidas.

COMO SOMOS HOJE

Poucos se dedicam a efetivamente identificar nossos traços principais. Isto foi mais comum no princípio do século passado, mas os modismos intelectuais mais recentes dão mais valor à crítica acre aos defeitos, ou supostos defeitos, obliterando, em boa parte, a visão do que é positivo e mais importa.

Não me posso alongar agora nessa análise e, por isso, sirvo-me de testemunhos e constatações sintéticas de gente de fora.

Ao final dos anos 60 do século XX, quando cursava a pós-graduação em Monterey, Califórnia, EUA, conheci jornalista inglês prestes a se transferir para o Brasil, a serviço de jornal americano. Quando regressei, quase três anos depois, aqui o reencontrei já perto do retorno, tendo por finda sua missão. Pedi-lhe para me falar de sua percepção sobre o país. Disse-me tê-lo surpreendido extraordinariamente, após o haver visitado exaustivamente, de norte a sul, de leste a oeste, indo aos mais longínquos rincões. Resumiu-o como lugar de gente trabalhadora, de patriotismo convicto, sem diferenças de língua, nem o mais leve dialeto, sem antagonismos entre grupos, com uma cultura basicamente comum, apesar das dimensões continentais e do tamanho populacional.

Outra definição, constante dos registros da Marinha. Ao início dos anos 90, fomos procurados por autoridades da Namíbia, recém independente, chefiadas por Ministro de Estado, com o propósito de nos solicitar auxiliá-los na formação da ala naval das forças de defesa de seu país. Perguntados sobre quais as razões para nos escolherem, responderam de pronto: além de termos boa marinha, havíamos, como eles, conhecido as dificuldades de ser colônia e – notem bem – não éramos imperialistas.

Temos aí, talvez, dois dos aspectos fundamentais de maior relevância. Não somos propriamente uma sociedade plural, como há quem deseje preservar. Melhor ainda, somos unidos em um contínuo miscigenado em todas as dimensões, apegados a nossa pátria, de boa índole e desejosos de viver em paz com os outros povos, dentro de um espírito de respeito mútuo.

AUSÊNCIA DE PENSAMENTO POLÍTICO

Apontados pontos altos dos traços de nossa sociedade, precisamos fixar os olhos em seus defeitos correntes, pois aí se encontram os aspectos que demandam atenção e cuidados.

Com um nível educacional médio muito baixo, falta-nos o espraiamento de cultura geral, sem o qual a visão se limita ao ambiente próximo, incapaz de alcançar além do horizonte. E para lá é que se precisa voltar o pensamento político-estratégico, hoje praticamente inexistente.

À falta de capacidade de a massa adotar tais pensamentos por sentimento próprio, fica-se na dependência de lideranças políticas e intelectuais. As primeiras, contudo, em sua declarada maioria, têm o mesmo perfil da própria massa. Restam as intelectuais, onde também o problema é sério.

Em nossos primórdios, quem adquiriu conhecimentos o fez no estrangeiro. As inovações tecnológicas vinham e, via de regra, continuam vindo de fora. Rapidamente, criou-se a mentalidade de que bom só o estrangeiro, menosprezando-se e dificultando-se esforços nacionais, inclusive os bem sucedidos. Isto resultou em subserviência intelectual, mesmo de quem se diz nacionalista, agravada, nos últimos tempos, pela influência ideológica da moda.

Mascaram-se, assim, os verdadeiros problemas e, com muita freqüência, até em estudos alentados, distorcem-se as conclusões, buscando o mimetismo de soluções alienígenas, inclusive, de forma maniqueísta, identificando-se em tudo e qualquer coisa uma suposta luta de classes.

Novamente, pela exigüidade de espaço, deixo de prosseguir nesta argumentação e passo a fazer uso de exemplos reais para demonstrar a inexistência de pensamento político-estratégico nacional. Faço uso de situações no campo da defesa, que é de nosso tema básico.

O domínio de tecnologia avançada, de forma independente e soberana é essencial na estruturação das forças e instrumentos de defesa.

A Marinha, nas décadas de 70/80, adquiriu quatro fragatas e um submarino de projeto estrangeiro, construídos no exterior. Com os mesmos projetos, aqui se fizeram mais duas fragatas e quatro submarinos, o último deles já introduzindo significativas alterações ao projeto original. A experiência as-

sim conquistada e muita dedicação permitiram dar um novo passo a favor da defesa nacional, com o projeto e construção de quatro corvetas brasileiras e o início de projeto de submarino inteiramente nacional. No processo, iniciou-se a construção de uma quinta corveta com vários melhoramentos introduzidos no projeto.

Passa-se o tempo. O Estado não propiciou meios para a consolidação do processo. A quinta corveta, depois de doze anos, não consegue ser finalizada e o projeto do submarino nacional parece esquecido. Ao invés, fala-se da compra no exterior de novo projeto de submarino e construção de algumas unidades, graças a financiamento externo oferecido pelos interessados na venda. Ouvem-se notícias, também, sobre a compra de projeto francês para a construção de navios-patrulha.

Houve retrocesso, sem dúvida. Porém, o mais preocupante localiza-se na falta absoluta de reação da sociedade e de suas lideranças, que nem mesmo se dão ao trabalho de discutir a matéria, até para, se for o caso, discordar dos caminhos anteriores ou dos atuais. E nem usei como exemplo a situação das pesquisas e sucessos já alcançados no campo da tecnologia de propulsão nuclear e de enriquecimento de urânio, constantemente ameaçados de abandono.

ESTRUTURA DE DEFESA NO ESTADO

Há cerca de oito anos procedeu-se à grande reestruturação do Estado no tocante à defesa nacional, com a criação do Ministério da Defesa. Embora propalada como iniciativa destinada a aumentar a eficiência do sistema de defesa, baseou-se, principalmente, em motivação política de outra natureza.

Desde então, pouco ou nada se construiu no sentido de aproveitar os benefícios do ministério unificado. É nítida a pouca relevância atribuída à pasta que pode, até mesmo, ser acumulada por largo período e só aparece em evidência quando há problemas na aviação civil, cujo controle lhe é vinculado.

Uma vez mais, o maior questionamento se dirige à falta de reação da sociedade, de suas lideranças e dos meios de divulgação, para os quais parece nenhum problema existir.

Dentro do próprio Ministério, o esforço de alguns de seus membros mais dedicados acaba resultando em pouco efeito, não raro constituindo-se em meros exercícios burocráticos, tais como a elaboração de copiosa documentação sobre defesa, de valor duvidoso pelo fato de não ser fundamentada em vontade política nacional ou, ao menos, do Estado brasileiro.

POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

Em 1996 editou-se a Política de Defesa Nacional. Quem freqüentou os bastidores de sua elaboração sabe que o incentivo para a produzir distanciava-se bastante da real intenção de cuidar da defesa.

Já em 2005 foi revista e, conquanto denominada de nova Política de Defesa Nacional, é praticamente a mesma anterior, com mudanças de palavras, arranjos e introdução de uns poucos e discutíveis conceitos.

Para demonstrar essa alteração de conceitos e a distância entre o que diz o documento PDN e as verdadeiras políticas (ou ausência de políticas) do Estado, reproduzo inserções em recentes palestras que proferi no Instituto de Geografia e História Militar Brasileiro e no âmbito do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

Em relação a conceitos:

PDN 2005: "5. OBJETIVOS DA DEFESA NACIONAL

As relações internacionais são pautadas por complexo jogo de atores, interesses e normas que estimulam ou limitam o poder e o prestígio das Nações. Nesse contexto de múltiplas influências e de interdependência, os países buscam realizar seus interesses nacionais, podendo gerar associações ou conflitos de variadas intensidades.

Dessa forma, torna-se essencial estruturar a Defesa Nacional de modo compatível com a estatura político-estratégica para preservar a soberania e os interesses nacionais em compatibilidade com os interesses da nossa região".

PDN 1996: "3.1. Do exame das situações acima, emerge a necessidade de se explicitarem prioridades estratégicas específicas, decorrentes do interesse nacional e dos objetivos básicos da defesa nacional".

PDN 2005: "6.1 A atuação do Estado brasileiro em relação à defesa tem como fundamento a obrigação de contribuir para a elevação do nível de segurança do País, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito".

PDN 1996: "4.1. O escopo de atuação do Estado brasileiro na área de defesa tem como fundamento a obrigação de prover segurança à Nação, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito".

Em relação à dissonância entre palavra e vontade:

PDN2005: - "É prioritário assegurar a previsibilidade na alocação de recur-

sos, em quantidade suficiente, para permitir o preparo adequado das Forças Armadas".

PDN 2005 e1996: - "Garantir recursos suficientes e contínuos que proporcionem condições efetivas de preparo e emprego das Forças Armadas e demais órgãos envolvidos na Defesa Nacional, em consonância com a estatura político-estratégica do País".

PDN2005: "III - aperfeiçoar a capacidade de comando e controle e do sistema de inteligência dos órgãos envolvidos na Defesa Nacional";

PDN1996: "n. aperfeiçoar a capacidade de comando, controle e inteligência de todos os órgãos envolvidos na defesa nacional, proporcionando-lhes condições que facilitem o processo decisório, na paz e em situações de conflito".

Acima está a enfática documentação denominada de política. Na realidade, entretanto, eis o que diz relatório do Ministério da Defesa:

"...seis projetos básicos, desenvolvidos nas três forças. Assim, os recursos disponibilizados tiveram que atender a cada um deles. Fica claro que para cada projeto foram destinados pouquíssimos recursos."

"Já na ação Implantação do Sistema de Comunicações Militares, a impossibilidade de serem alocados mais recursos para a ação inviabilizou a implantação do SISCOMIS. .... Mantendo-se a média histórica de alocação de recursos, o SISCOMIS terá seu prazo de implantação estendido de 15 a 20 anos, entendendo-se que dentro desse prazo deverá haver revisões da base tecnológica".

"A ação Sistema de Comando e Controle apresenta os mesmos problemas descritos acima. Mantendo-se a média histórica de alocação de recursos, o SISMC2 terá sua implementação inviabilizada. Foram alocados pouco mais de 1% das necessidades para desenvolvimento normal do projeto".

Ou seja, não há uma política efetiva.

CONCLUSÃO

Em síntese, vemos que há problemas no que tange a Defesa Nacional e o tratamento a ela proporcionado pelo Estado brasileiro e suas lideranças.

A causa mais profunda, entretanto, localiza-se em falhas de capacidade da sociedade, que nem mesmo sente a necessidade de se defender.

Esta sociedade, que apresenta qualidades de características inigualáveis é produto de sua ascendência, a quem deve tudo de bom. Não deve justifica-

tivas ou desculpas para eventuais erros cometidos no passado, de onde não herdou dívidas. Seu compromisso é com o futuro e para enfrentá-lo com propriedade precisa ter suas dificuldades corretamente identificadas.

Isto compete ao grupo de pessoas habilitadas pela educação e o conhecimento, que precisa expandir-se o mais rapidamente possível. Este papel cabe, em essência, à academia, onde seus membros, todavia, necessitam libertar-se dos vícios da subserviência intelectual aos pensamentos importados, aos vínculos ideológicos de qualquer matiz, ao domínio do "politicamente correto", à atribuição de responsabilidade pelos nossos problemas a terceiras pessoas, de fora ou de dentro, ou ao passado. Ao contrário, precisa fazer dominar o espírito de que cabe a nós próprios, a ninguém mais, conhecer o verdadeiro conteúdo de nossos problemas, encontrar e adotar para eles soluções adequadas ao ambiente brasileiro. Deve-se admitir a existência de antagonismos, pois é natural na humanidade e estar preparado para os enfrentar com dignidade e afinco, sem esperar a benevolência dos opositores, mas sem os invectivar por isso.

ILUSÃO DESFEITA: A "ALIANÇA ESPECIAL" BRASIL-ESTADOS UNIDOS E O PODER NAVAL BRASILEIRO DURANTE E APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Vágner Camilo Alves[1]

Resumo/Abstract

O americanismo foi a principal idéia norteadora da diplomacia brasileira na primeira metade do século XX. Os anos 40 constituíram o apogeu e o declínio desta idéia. A análise da política naval brasileira no período mostra o quanto ela foi influenciada pela aliança formal com os Estados Unidos dos tempos de guerra, e como sonhou-se que a supremacia naval do Brasil no cone sul seria atingida com o auxílio norte-americano. O fracasso desta política, entretanto, foi explicitado logo no início dos anos 50. A idéia da aliança especial contaminou todos os elementos inerentes ao poder nacional, e o caso da Marinha do Brasil serve para referendar este achado.

The Americanism was the main idea guiding the Brazilian diplomacy in the twentieth century. The forties were the idea apogee and decline. The Brazilian naval policy analysis shows how much it was influenced by the war's formal alliance with the United States, and how they dreamed with Brazil's naval supremacy in the southern cone with American help. The failure of this policy came in the very beginning of the fifties. The special alliance idea ingrained in every aspect of the national power, and the Brazilian's navy case is showed to support this statement.

Palavras-Chave / Keywords

Política externa brasileira/Brazilian Foreign Policy, Relações militares Brasil-Estados Unidos/Brazil-United States military relations, Política naval brasileira/Brazilian naval policy.

1 Doutor em Ciência Política – IUPERJ. Pesquisador do Núcleo de Estudos Estratégicos (NEST) – UFF.

Em ocasiões diversas Osvaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1944, repetiu que a política externa brasileira se resumia na seguinte orientação: apoiar os Estados Unidos em seu papel de potência mundial, em troca do apoio destes a supremacia do Brasil na América do Sul. Conforme é prática na condução da política externa brasileira, essa orientação era descrita por Aranha como uma tradição, legada principalmente pela Chancelaria do Barão do Rio Branco.[2] Inserida no governo Vargas, tal política devia auxiliar os projetos do governo que buscavam centralizar e modernizar o Estado e industrializar o país. Supunha-se, portanto, que uma aliança com os norte-americanos renderia frutos neste sentido.

Do ponto de vista militar, particularmente durante o Estado Novo (1937-45), grande esforço foi despendido para a modernização das Forças Armadas. De 1942 a 1945, quando o Brasil esteve em guerra formal contra Alemanha e Itália e em aliança com os Estados Unidos, o auxílio técnico e material fornecido pelos norte-americanos e a proximidade entre as respectivas forças militares alimentou a idéia de que os Estados Unidos continuariam subscrevendo uma "aliança especial" com o Brasil, fornecendo os meios para que o país tivesse a supremacia militar no continente. Essa idéia acompanhou os militares brasileiros durante grande parte do pós-guerra, especialmente nos cinco ou seis primeiros anos.

Este artigo destaca essa influência no poder naval brasileiro. Ele é exemplo que confirma não só o comportamento e a política das Forças Armadas nacionais durante o período, mas toda a política externa brasileira de então. Com esse objetivo, desenvolvo meu argumento apresentando os antecedentes da política naval brasileira e as metas de repotencialização deste poder nos anos 30. Posteriormente são analisadas as conseqüências da guerra e da aliança com os Estados Unidos para o poder naval nacional, destacando-se as tentativas durante e logo após a guerra de se incrementar esse poder com o auxílio norte-americano. Finalmente, apresento a confusa e negligente política dos Estados Unidos para a América Latina logo após a guerra, e sua resolução no início dos anos 50, derrubando definitivamente qualquer idéia, no âmbito militar e naval, de que haveria por parte dos norte-americanos diretriz para subscrever a supremacia brasileira na América do Sul.

[2] Frank D. McCann, Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937/1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. pp. 243 e 266.

I - Antecedentes

O poder naval foi suporte muito importante da política externa do Império brasileiro, particularmente da política para a região do Prata. Durante aproximadamente um quarto de século, o Império teve atuante diplomacia na área, procurando manter sua predominância sobre os vizinhos, impedindo a constituição de uma única entidade política soberana abarcando todo o território do antigo Vice-Reino do Prata.[3] Ao fim do século XIX, estabilizou-se, na região, o desenho político que perdura até os dias de hoje: dois pequenos Estados tampões, o Uruguai e o Paraguai, separando grande parte do território brasileiro do seu grande rival austral, a Argentina, cujo centro político e econômico se situa em Buenos Aires e arredores. A política imperial obteve pleno êxito.

A supremacia da esquadra brasileira durante a maior parte da segunda metade do século XIX foi um fator importante para isso. Tanto na guerra contra Oribe e Rosas (1851- 1852), como na longa luta em coalizão contra o Paraguai de Solano López (1864-1870), o predomínio naval brasileiro teve papel destacado para a ulterior vitória do Brasil nos âmbitos militar e diplomático. Para termos uma idéia dessa supremacia regional, basta citar que ao fim da Guerra do Paraguai, a Marinha brasileira não só era a maior do continente, como também, em número de embarcações, era a quinta do mundo, superada apenas pelas esquadras da Inglaterra, Rússia, Estados Unidos e Itália.[4] Destaque-se que a construção naval militar no país era bastante desenvolvida, fato que dava ao Brasil certa autonomia no setor, algo extremamente positivo para o poder nacional.

O poder naval brasileiro sofreu, a partir de então, visível decréscimo de importância. Politicamente, a Marinha apoiava o regime monárquico. A proclamação da República, com destacada participação de importantes oficiais do Exército, foi um golpe no prestígio interno da instituição. A derrota da Revolta da Armada em 1893, quando a maior parte da força naval brasileira se sublevou contra o Presidente e Marechal Floriano Peixoto, foi um revés ainda maior, e representa o momento de menor prestígio político da força. O papel da Marinha na política nacional desde aquela data tem sido bem tímido.[5]

[3] O período de clara intervenção do Império brasileiro na política do Prata é indicado por Amado Cervo como aquele entre 1851 e 1876. Amado Luiz Cervo & Clodoaldo Bueno, História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. pp. 109 a 128.

[4] Armando Amorim Ferreira Vidigal, A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. p. 110.

[5] Ver de Cláudio C. Silveira "A Marinha e a Política do Exército" in Estudos de História – Franca, vol. 8, n.º 1, 2001. 6 Robert L. Scheina, Latin America, a naval history 1810-1987. Annapolis: Naval Institute Press, 1987. pp. 80 a 87 e 321-322.

Paralelamente, a força naval brasileira sofreu também com o impacto da revolução industrial na tecnologia de construção de navios. Em poucas décadas, todos os aspectos da guerra no mar foram revolucionados, deixando a esquadra brasileira inteiramente obsoleta. A partir desse momento a construção naval militar passou a ser privilégio de países industrializados, fato que impediu a produção de navios de guerra no país por quase cinqüenta anos.

Na primeira década do século XX, o avançado estado de obsolescência do poder naval brasileiro e o destacado apoio ao seu reequipamento pelo Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco, proporcionaram momentâneo retorno da supremacia naval brasileira na região. A posição de Rio Branco em defesa da repotencialização do poder naval do Brasil foi capital para a materialização dos planos navais de 1904/06. Rio Branco era indiscutivelmente a figura política de maior importância dentro do Estado brasileiro naquele período, tendo-se mantido à frente do Itamaraty durante dez anos (1902- 1912) e ao longo de quatro governos distintos. A posse de uma esquadra poderosa não só era parte importante da política de prestígio internacional implementada pelo Barão, como também auxiliava sua política de demarcação final de fronteiras.

Uma frota inteira baseada em dois poderosos encouraçados do tipo dreadnought – o Minas Gerais e o São Paulo – e suas respectivas escoltas de cruzadores e contratorpedeiros foi encomendada à estaleiros britânicos, sendo entregue em 1910. A supremacia naval regional do país foi, desta vez, momentânea. A atitude brasileira provocou uma corrida armamentista no Cone Sul. A Argentina também constituiu sua esquadra de dreadnoughts, feita nos Estados Unidos e entregue em 1914/15, composta de dois navios ainda mais potentes que os similares brasileiros – o Rivadavia e o Moreno. O Chile, por sua vez, ordenou a construção de dois encouraçados também, tendo ao final adquirido só um deles – o Almirante Latorre, já em 1920.[6]

Além da resposta dos vizinhos hispânicos, outro fator impediria qualquer desejo maior de supremacia pelo Brasil: o atraso industrial. Ele tornou a posse de navios modernos uma miragem de potência, pois a frota adquirida acabou tendo um potencial de utilização bem pequeno.

6 Robert L. Sheina, Latin America, a naval history 1810-1987. Annapolis: Naval Institute Press, 1987. 99. 80 a 87 e 321-322

O material humano existente na força marítima brasileira estava aquém do equipamento adquirido, e a dependência exterior para manutenção e reparos dos navios tornou o poder naval nacional muito menos do que se esperava.[7] A esquadra de 1910, bem pouco tempo após sua chegada, já não podia rivalizar com outras dotadas de navios mais modernos, até mesmo na própria região. Mais alguns anos e ela já estava ultrapassada, tendo de ficar grande parte do tempo parada em estaleiros para reforma de algumas importantes unidades. No início dos anos 30 era urgente o reequipamento naval do país, sob risco de o Estado brasileiro ficar privado desse importante elemento do poder nacional.

II - A política naval brasileira nos anos 30

Em 1932 um novo plano de dotação naval foi aprovado, já então na presidência provisória de Getúlio Vargas. Apesar da diretriz americanista da política externa brasileira, a crise econômica resultante da recessão mundial tornava os países europeus parceiros comerciais que não podiam ser desprezados. A diplomacia brasileira no período é normalmente caracterizada como de "eqüidistância pragmática", haja vista os fortes vínculos comerciais que o Brasil manteve com o Eixo europeu, sem comprometer, contudo, sua ligação política mais forte com os Estados Unidos.[8] As trocas comerciais com a Itália e principalmente a Alemanha cresceram muito na segunda metade da década de 30, e apresentavam importante vantagem em relação ao comércio realizado com os Estados Unidos: eram feitas na base do escambo, através das caixas de compensação, o que poupava as parcas divisas estrangeiras dos países envolvidos. A palavra de ordem da época era "o máximo de relações comerciais e o mínimo de relações políticas com a Europa", como escreveu o General Góes Monteiro em 1939.[9]

7 Em novembro de 1910 estourou no Rio de Janeiro a "Revolta da Chibata". Durante cinco dias marujos amotinados tomaram parte da esquadra, inclusive os dois poderosos encouraçados recém chegados ao país. Sob ameaças de bombardeio à capital, os revoltosos pediam o fim dos castigos corporais na Marinha. O evento espelha bem a contradição existente entre os modernos navios comprados e o atraso nas práticas sociais da Marinha nacional. Para uma apreciação mais isenta do evento, recomendo a leitura de dois trabalhos opostos no que concerne ao julgamento dos fatos. Edmar Morel, A Revolta da Chibata. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986 e História Naval Brasileira, 5º volume, tomo I b. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997. pp. 101 a 227.

8 Ver Gerson Moura, Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

9 Stanley Hilton, O Brasil e as Grandes Potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial, 1930-1939. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p. 71.

O plano de aquisição naval de 1932, revisto em 1934, foi bem realista quanto à capacidade econômica nacional, deixando de lado a idéia de supremacia no Cone Sul e adotando realisticamente, como meta, o equilíbrio. A frota de combate estabelecida era composta de dois cruzadores de 8.500 toneladas, nove contratorpedeiros de 1.500 toneladas e seis submarinos. [10] É preciso destacar que naquele momento, a Armada argentina estava bem a frente da brasileira, já tendo iniciado seu processo de modernização, encomendando e recebendo de estaleiros italianos, britânicos e espanhóis dois cruzadores leves, cinco contratorpedeiros e três submarinos. Em 1938/39 os argentinos incorporariam à sua esquadra mais um moderníssimo cruzador e sete contratorpedeiros construídos na Inglaterra. [11] Nesse momento, a envelhecida esquadra brasileira mantinha-se tão somente como a terceira do continente. [12]

Créditos foram destinados para o cumprimento do plano e o país para o qual o governo brasileiro se voltou como provável fornecedor foram os Estados Unidos. Motivos de sobra para isso existiam. Não bastasse a política externa americanista, a Marinha brasileira contava, desde 1922, com uma missão naval daquele país, contratada para inserir o poder naval do Brasil na modernidade, instruindo seus marinheiros em técnicas, táticas e organização modernas. Tentou-se primeiramente a aquisição de cruzadores nos Estados Unidos, mas o clima de guerra e as objeções argentinas fizeram o negócio gorar. Oswaldo Aranha, embaixador do Brasil em Washington naqueles tempos, pressionou pelo arrendamento de seis velhos contratorpedeiros em fins de 1936, algo que, a princípio, ficou acertado. Entretanto, os Estados Unidos acabaram cedendo aos protestos da imprensa e da chancelaria argentina, apesar da afirmação de Aranha de que "o alarme de qualquer país diante da atual potência naval do Brasil seria o mesmo que um homem armado de metralhadora temer um outro armado de um simples canivete". [13] Em face das carências da Marinha, a questão deixou o governo brasileiro desgostoso com os norte-americanos e preocupado com as intenções do vizinho e rival austral. Imediatamente seis navios daquele tipo foram encomendados a estaleiros britânicos.[14]

[10] Armando Amorim Ferreira Vidigal. op. cit. p. 76.
[11] Site da Marinha Argentina, tópico Historia - La Armada del S.XX. http://www.ara.mil.ar acessado em 30/10/2004.
[12] Armando Amorim Ferreira Vidigal. op. cit. p. 78 n. 124.
[13] Apud Stanley Hilton, Oswaldo Aranha – uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994. p. 248.
[14] Armando Amorim Ferreira Vidigal. op. cit. pp. 80-81.

Quase na mesma época, também foram adquiridos três submarinos da Itália A Europa parecia realmente mais profícua como parceiro neste quesito. por intermédio do comércio compensado.[15]

A novidade mais importante do novo plano naval era, no entanto, a ênfase que se deu ao retorno da construção no Brasil. O antigo arsenal de Marinha não tinha mais condições técnicas para tal empreendimento, mas nos anos 20 um novo e moderno arsenal teve sua construção iniciada ao lado do antigo, na Ilha das Cobras. O novo arsenal foi completado nos anos 30 e, consoante a política de industrialização do governo Vargas, seu Ministro da Marinha, Vice-Almirante Aristides Guilhem, esforçou-se para que grande parte do novo programa naval fosse construído nesse estabelecimento. Em fins de 1935 o arsenal iniciou suas atividades produzindo embarcações simples, mas em 1937 teve início a fabricação de modernos contratorpedeiros classe Marcílio Dias, cujos planos de construção foram cedidos ao Brasil pela Marinha dos Estados Unidos.[16] Três contratorpedeiros dessa classe foram incorporados à esquadra brasileira em 1943, já durante a guerra, depois de receber o armamento definitivo nos Estados Unidos. A partir de 1940 mais seis contratorpedeiros foram lançados nesse estaleiro, os classe Amazonas. Esses navios foram originalmente aqueles encomendados a construtores britânicos para substituir as unidades que o governo brasileiro não conseguiu arrendar dos Estados Unidos. O início da guerra na Europa, em 1939, fez a Real Marinha requisitar tais unidades. Os brasileiros decidiram, então, com auxílio de técnicos norte-americanos e de equipamento por eles cedidos, produzir também tais embarcações no Brasil. O trabalho foi muito demorado, não só por razões técnicas mas também em virtude da mudança do cenário internacional no pós-guerra. O primeiro navio classe Amazonas só foi terminado em 1949, e o último somente em 1960.[17]

De toda forma, em menos de cinco anos o novo arsenal de Marinha deu início à produção de nove modernos contratorpedeiros, número inicialmente proposto no plano naval de 1932/34 para este tipo de embarcação. A moderna construção naval brasileira era obra dos novos governantes, e contou com o prestimoso auxílio técnico norte-americano, principalmente nos anos de guerra. Guilhem, que além de navios buscou implantar no país

[15] Stanley Hilton, O Brasil e as Grandes Potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial 1930-1939. op. cit.. pp. 191-192.

[16] Armando Amorim Ferreira Vidigal. op. cit. p. 81.

[17] Pedro Carlos da Silva Telles, História da Construção Naval no Brasil. Rio de Janeiro: LAMN, FEMAR, 2001. p. 129.

também o fabrico de artilharia, torpedos e aviões, queria mais do que uma simples frota de guerra poderosa. Queria, antes de tudo, retomar certa capacidade autárquica na área, perdida com a revolução tecnológica. Claro que isso esteva muito longe de ser alcançado na época da construção destes navios, visto que o índice de nacionalização,

> "inclusive para a série de contratorpedeiros classe A, já na década de 50 (...) – era baixíssimo, quase inexistente: praticamente todos os materiais eram importados, chapas e perfis para casco, máquinas e caldeiras, eixos e hélices, bombas, tubulações e acessórios, materiais e equipamentos elétricos e eletrônicos, etc., etc., e até as tintas para a pintura. A nacionalização dos componentes dos navios só começou com a implantação da grande indústria do governo Juscelino".[18]

Mas o mais importante à época era começar, dar início ao empreendimento, uma vez que, nas palavras de Guilhem,

> "(...) as usinas que modestamente foram surgindo não se animavam a despender grandes capitais em aparelhamento cujos produtos não encontravam consumidor e, assim, não se construía por não haver material apropriado, não se produzia material, por não haver produção. Era indispensável desfazer este equilíbrio, e foi o que fez a Administração Naval preparando os seus arsenais e estaleiros para iniciar a construção de navios com material importado, formando assim o operariado para, no futuro, quando as indústrias brasileiras produzirem o material, utilizá-lo fazendo obra exclusivamente nacional".[19]

Como em outros setores da industrialização de base, a iniciativa e o investimento pesado por parte do Estado eram condição sine qua non para o retorno de uma mínima capacidade de construção naval militar brasileira naquele momento.

Não obstante os modernos navios nas carreiras de construção do Rio de Janeiro, em 1940 a guerra européia já começava a espalhar-se pelo Atlântico, e a Marinha brasileira só podia contar com a envelhecida e desfalcada esquadra de 1910 e mais quatro submarinos. Uma vez formalmente na guerra, a aliança militar com os Estados Unidos foi a maior garantia para a continuidade do comércio naval brasileiro, inclusive de cabotagem, em face dos ataques desferidos pelos submarinos do Eixo aos navios mercantes do Brasil.

[18] Ibid.. p. 128.
[19] Apud Armando Amorim Ferreira Vidigal. op. cit. p. 77.

A incapacidade de meios e conhecimento da Marinha de Guerra brasileira para lidar com essa ameaça aparecia a olhos vistos.

III - A aliança formal Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro

Após o curto período de eqüidistância nas relações exteriores, o início da guerra na Europa obrigou o governo Vargas a alterar a política externa brasileira em direção a um alinhamento mais estreito com os Estado Unidos. 1940 foi o ano decisivo para Vargas e seu grupo no poder. As pressões norte-americanas para contar com o Brasil no já esperado envolvimento dos Estado Unidos no conflito europeu aumentaram.

A importância do país para os Estados Unidos devia-se, em ordem decrescente: 1) à necessidade de controle de bases no Nordeste brasileiro, vitais para a defesa hemisférica e do Atlântico Sul e, posteriormente, para a própria projeção de poder norte-americana e auxílio, por via aérea, aos aliados lutando na África do Norte, Europa e Extremo Oriente; 2) ao desejo de exclusividade na compra de importantes matérias-primas minerais e produtos tropicais brasileiros; e 3) ao grande peso político regional do país, cujo apoio era vital para a consagração da política pan-americana dos estadunidenses. Tais atributos faziam do Brasil o mais importante e necessário aliado ibero-americano dos Estados Unidos. Vargas soube barganhar a adesão brasileira ao bloco norte-americano de poder, conseguindo ainda em 1940 o compromisso do governo Roosevelt de auxiliar técnica e financeiramente a construção da siderúrgica de Volta Redonda-RJ. Em janeiro de 1942, o rompimento de relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, anunciado pelo chanceler Oswaldo Aranha no Rio de Janeiro, foi recompensado por créditos suplementares para a exploração e a indústria de matérias-primas brasileiras, e pela concessão de um fundo de US$ 200 milhões para as Forças Armadas nacionais adquirirem armas nos Estados Unidos por meio do Lend-Lease.

A construção de bases aéreas no Nordeste do Brasil pela Pan American já havia sido autorizada oralmente, pelo Presidente Vargas, em princípio de 1941, ainda que o decreto presidencial sobre o assunto só tenha sido publicado em junho daquele ano. Na verdade, em maio os norte-americanos iniciaram a travessia de aeronaves pelo Atlântico usando bases brasileiras.[20] O Alto Comando do Exército do Brasil continuou, durante todo esse período, irredutível quanto à presença de tropas norte-americanas em território nacional, mas a Marinha de Guerra dos Estados Unidos já estava autorizada a usar os portos de Recife e Salvador desde o início de 1941.

20 Frank D. McCann. op. cit.. pp. 185-186 e 191-192.

Em fins de abril de 1942, Vargas abriu todos os portos e bases aéreas e navais para as forças do Vice-Almirante Jonas Ingram, comandante norte-americano do Atlântico Sul. O Presidente pôs Ingram também, informalmente, no comando de todas as forças aéreas e navais brasileiras, tornando-o responsável de fato pela defesa marítima nacional.[21]

Uma aliança militar formal entre Brasil e Estados Unidos foi então firmada em maio de 1942. Como resultado, duas comissões militares binacionais foram criadas, uma em Washington (Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, Joint Brazil-United States Defense Commission – JBUSDC) e outra no Rio de Janeiro (Comissão Militar Mista Brasil- Estados Unidos, Joint Brazil-United States Military Commission – JBUSMC). A Comissão de Washington era, de longe, a mais importante, tendo como função o estudo e preparo de recomendações referentes à defesa conjunta dos dois países. A situada no Rio de Janeiro visava auxiliar a implementação das recomendações decididas pela de Washington.22 As transferências de equipamentos por meio do Lend-Lease deviam também ser acertadas pela Comissão Mista de Washington.

A guerra, em meados de 1942, atingiu o Brasil do modo mais drástico que o Eixo podia conseguir. Em agosto, em menos de uma semana, seis embarcações comerciais brasileiras foram afundadas no litoral da Bahia e Sergipe, matando centenas de pessoas. A conseqüência direta de tais ataques foi a declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália, ainda em agosto. A guerra, entretanto, já era realidade para as forças aeronavais brasileiras há alguns meses.

A experiência da guerra anti-submarina marcará profundamente a Marinha brasileira. Como já comentado, os vasos de guerra disponíveis no início da década de 40 eram, em sua maioria, obsoletos e de nenhuma serventia contra submarinos. A doutrina e as táticas ensinadas também não previam tal tipo de guerra. Como resultado, existia completa incapacidade da força naval nacional de lidar com tal ameaça. A solução parecia ser justamente a aliança com os Estados Unidos, formalização daquilo que alguns decisores do passado viam como meta maior da política externa nacional.

Durante a guerra, em termos navais, a proteção da navegação na costa brasileira coube primordialmente às forças norte-americanas, atuando a Marinha do Brasil subsidiariamente. Mesmo o papel coadjuvante só foi possível

[21] Ibid.. pp. 220 a 222.
[22] Sonny B. Davis, Brotherhood of Arms: Brazil-United States Military Relations, 1945-1977. University Press of Colorado, 1996. pp. 25 a 33

graças à incorporação de algumas embarcações modernas em construção no arsenal de Marinha e, especialmente, em virtude da transferência de navios norte-americanos especializados nesse tipo de combate através do Lend-Lease. Um total de 24 embarcações foram cedidas pelos Estados Unidos ao Brasil, de fins de 1942 até princípios de 1945. Desse total, 16 eram pequenos navios do tipo caça-submarino, adequados primordialmente para o combate aos U-boats em águas costeiras, além de 8 contratorpedeiros de escolta classe Bertioga, dotados de radar e sonar. Estes, para além de sua capacidade anti-submarina, constituíram acréscimo destacado ao poder da esquadra nacional regionalmente.[23] Ao final da guerra a Marinha brasileira era a única do continente com grande experiência de combate anti-submarino, e a esquadra nacional, com 11 unidades modernas, mais seis em construção no arsenal da Ilha das Cobras, parecia, pelo menos, poder equiparar-se com a do histórico rival austral.

O equilíbrio, entretanto, não era mais o objetivo. A aliança com os Estados Unidos podia e devia fazer mais. A Comissão Mista de Washington, composta de duas delegações nacionais, que, por seu turno, eram formadas por um representante de cada força, tinha em Álvaro Rodrigues Vasconcelos o representante da Marinha brasileira. Os créditos através do Lend-Lease e a aliança com os Estados Unidos eram pensados como instrumentos perfeitos para, além das contingências específicas da guerra, incrementar o poder naval nacional de modo a tornar o Brasil predominante nesse setor no pós-guerra em termos continentais.

Em correspondência entre Vasconcelos e o Presidente Vargas, em junho e julho de 1943, o almirante recomendava ao Presidente acréscimo de 100 a 200 milhões de dólares no limite original de US$ 200 milhões, para aquisição de armas nos Estados Unidos pelo Lend-Lease. Vasconcelos declarava que a quantia destinada à Marinha, US$ 50 milhões, não se mostrava suficiente e que somente as requisições do Exército e da Força Aérea atingiam o limite de US$ 200 milhões. Vargas acenou positivamente, respondendo que havia recomendado ao Ministro das Relações Exteriores "as necessárias providências para elevarmos, no mínimo, para 300 milhões [o crédito]". O Presidente aproveitou também para recomendar ao almirante a aquisição de grandes navios nos Estados Unidos, algo como "meia dúzia de cruzadores de sete a dez mil toneladas e dez destroyers semelhantes aos Marcílios" para que nossa Marinha pudesse operar e "colaborar no esforço de guerra mesmo longe de nossas costas".[24]

[23] Armando Amorim Ferreira Vidigal. op. cit. p. 88.

[24] Arquivo Getúlio Vargas rolo 7, microfilmes 297 e 298 – a partir de agora AGV 7, 297 e 298.

O clima em Washington não parecia, a princípio, avesso a tais metas. Em novembro de 1943, Vasconcelos escreveu novamente ao Presidente e informou que o chefe da Divisão pan-americana da Marinha dos Estados Unidos dera ciência de que era tempo de o governo brasileiro, pelos canais competentes,

> "manifestar que material flutuante desejaria receber dos Estados Unidos quando, vitoriosos os aliados, tivesse o governo norte-americano de desfazer-se de muitos navios de sua esquadra".

Segundo Vasconcelos, o representante do Navy Department para as Américas salientara que todos os países da América do Sul "desejariam receber alguns ou muitos navios", mas que o Brasil,

> "pela posição que assumira, por sua extensão e população, por seu desenvolvimento econômico e por sua situação geográfica deveria ser a mais bem armada dessas repúblicas e o armamento naval de qualquer das outras repúblicas deveria ficar sendo função daquele que fosse permitido ao Brasil possuir".[25]

Vargas tomou então as providências ao seu alcance, e recomendou ao embaixador do Brasil nos Estados Unidos, em janeiro de 1944, tratar imediatamente a questão.[26] Em abril o Presidente foi além. Escreveu diretamente a Roosevelt sobre o assunto em um lance de puro oportunismo político.

O primeiro semestre de 1944 é o momento de maior pressão norte-americana sobre a Argentina, cujo governo Farrel/Perón era tido em Washington como a "ovelha negra" da "comunidade pan-americana de nações". Os Estados Unidos não reconheciam tal governo, que derrubara o do Presidente Ramirez depois que este, pressionado pelos Estados Unidos, rompera as relações diplomáticas com a Alemanha e o Japão. A política de Roosevelt e de seu Secretário de Estado, Cordell Hull, além de boicotes à Argentina, buscou contrabalançar a suposta influência do país na região incrementando o poder militar brasileiro. É nesse quadro que podemos compreender os pedidos de Vargas ao presidente norte-americano. Getulio recorda na carta o episódio da não transferência dos velhos contratorpedeiros norte-americanos em 1937 devido às reclamações argentinas, frisando que a ausência de tais navios na esquadra brasileira em muito atrapalhara a cooperação Brasil-Estados Unidos nas ações anti-submarinas da presente guerra.

Com base em documento produzido pelo Estado Maior da Armada, Vargas pedia a cessão, mediante Lend-Lease ou pela forma mais conveniente, de um substancial número de embarcações, entre as quais destacavam-se dois cruzadores pesados e dois cruzadores leves, dois porta-aviões, três

contratorpedeiros condutores de flotilha e 12 unidades menores do tipo de 1.500 toneladas.[27] Não devemos esquecer que a essas unidades temos de adicionar as produzidas ou em produção no arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. No documento preparado pelo Estado Maior da Armada, tal frota era considerada como suficiente à "defesa de nossa extensa costa marítima e à manutenção da hegemonia do Brasil no Atlântico Sul, com o propósito de salvaguardar, em cooperação com as nações aliadas, a paz no continente sul-americano". Vargas, por seu turno, reiterava ao Presidente norte-americano que os navios cedidos serviriam para aumentar a "segurança do continente americano, porque a prova da nossa cooperação leal e franca já está feita", salientando também que em "novas emergências seguiremos nossa tradição de política exterior ao lado da Nação Americana e prontos a colaborar na defesa do continente e a garantir a paz entre as nações latino-americanas".[28]

A resposta de Roosevelt foi polidamente negativa. A Marinha norte-americana não podia transferir tais navios naquele momento aos brasileiros, já que necessitava deles nos decisivos combates que se realizavam contra os japoneses no Pacífico. Só o que podia ser transferido então eram os primeiros quatro contratorpedeiros classe Bertioga. Roosevelt esclarecia ao final de sua resposta, no entanto, que conversações entre os respectivos staffs militares dos dois países deveriam ter início, de modo que o poder militar total do país fosse determinado "tendo como princípio básico a defesa hemisférica".[29]

As negociações entre os staffs ocorreram já no segundo semestre de 1944. Para Vargas, a aliança em tempo de guerra deveria prolongar-se no futuro, e as negociações que então se iniciavam visariam a tal desiderato. Nas suas palavras, o que seria discutido era "(...) uma verdadeira aliança militar permanente, pois vamos cuidar dos problemas de armamento no após-guerra, para assegurar a paz". As ameaças a serem contidas poderiam vir de fora ou de dentro do continente. Vargas enumerava muitos indícios para comprovar a possível ameaça que a Argentina representava naquele momento. O resultado das discussões conjuntas, especificamente quanto ao poder Para lidar com isso, os norte-americanos deveriam "preparar militarmente o Brasil para que este, na América do Sul, possa não só defender-se, como

25 AGV 8, 6.
26 AGV 8, 3.
27 AGV 8, 12 a 14.
28 AGV 8, 211 e 12 a 14.
29 Foreign Relations of the United States – Diplomatic Papers (FRUS), 1944, Volume VII, The American Republics. Washington: Department of State, Government Printing Office, 1967. pp. 583-584 e AGV 8, 14 e 15.

também os interesses da própria América do Sul e os dos outros países sul-americanos, se agredidos".[30] naval brasileiro, foi um aumento projetado ainda maior vis-à-vis o proposto no documento do Estado Maior da Armada, que Vargas apresentara a Roosevelt em abril.[31] A predominância naval do Brasil na América do Sul parecia ser não só desejada pelas autoridades nacionais, mas também pelo Presidente Roosevelt e o Navy Department. Não admira que a idéia de aliança especial ligando Brasil e Estados Unidos fosse um consenso entre os atores políticos mais importantes do governo brasileiro.

IV - O abandono norte-americano no pós-guerra

A negligência da política externa norte-americana para a América Ibérica durante o pós-guerra é notável, principalmente levando-se em conta que a região havia sido prioridade para o país nos anos 30, com a política de Boa Vizinhança e o ideal pan-americanista defendido pelo governo Roosevelt. O motivo do descaso foi, primordialmente, o início da Guerra Fria logo após o fim do segundo conflito mundial. Envolvidos na tarefa de conter o comunismo internacional, ou mais precisamente, a URSS e seus aliados, os Estados Unidos passaram a privilegiar, nas relações exteriores, os países da Europa e Ásia situados no entorno do território soviético. O resultado disso foi que econômica e militarmente a América Latina não teve auxílio de monta na segunda metade dos anos 40 e, em menor grau, nos anos 50, ao contrário do que ocorreu com muitos países eurasianos no mesmo período. A América Latina só voltou a preocupar os norte-americanos mais fortemente nos anos 60, após Cuba ter-se tornado satélite soviético no Caribe, resultado de uma revolução popular e autóctone.

Imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, no entanto, o descaso dos Estados Unidos deu-se mais por confusão do que por desígnio político. Roosevelt morreu ainda durante a guerra e seu sucessor, Harry Truman, não tinha nem conhecimento nem força política para imprimir imediatamente marca própria à política externa norte-americana. Pairou então muita dúvida sobre a validade dos compromissos norte-americanos dos tempos de guerra. No Brasil, João Neves da Fontoura, o novo Ministro das Relações Exteriores do governo Dutra, afirmou em janeiro de 1946, quando recebia o prefeito de Nova Iorque no Rio de Janeiro, que o Brasil continuava apoiando a política norte-americana no mundo, ainda que ajudasse muito "saber qual [era] essa política".[32]

[30] Grifos no original. AGV 8, 461 a 465.
[31] Além das unidades pedidas, programava-se a transferência de mais dois encouraçados classe Nevada e de nove submarinos, além de uma série de outros navios auxiliares. Foreign Relations of the United States – Diplomatic Papers (FRUS), 1945, Volume IX, The American Republics. Washington: Department of State, Government Printing Office, 1969. p. 602.
[32] Apud Sonny B. Davis. op. cit.. p. 54.

Especificamente em relação ao acordo para a transferência de equipamentos bélicos, firmado por Vargas na segunda metade de 1944, surgiram dúvidas sobre a seriedade dos norte-americanos em cumprir o negociado. Acordos semelhantes haviam sido firmados com a maior parte dos países na região, ainda que o Brasil fosse certamente o mais aquinhoado deles. Na ausência de uma orientação presidencial sobre o assunto, a questão dependia, para a implementação, da vontade das organizações estatais norte-americanas que tinham poder decisório para isso. A posição delas, entretanto, era divergente.

Os militares, em geral, queriam cumprir o acordado. Suas razões eram basicamente duas: agradar seus pares latino-americanos, atores políticos de importância em seus respectivos países; e padronizar o equipamento militar em toda a região, de modo a garantir mercado e influência para os Estados Unidos, dificultando qualquer infiltração européia no continente. Em 1946, o perigo, para os militares estadunidenses, era menos o comunismo do que o retorno da influência militar britânica na área.[33]

O Departamento de Estado, entretanto, não via as coisas da mesma maneira. Os diplomatas norte-americanos enfatizavam os possíveis custos que a transferência de armas poderia ter no continente. Em termos econômicos, a simples manutenção de grandes forças militares podia comprometer seriamente as finanças dos países receptores, o que certamente afetaria as relações dos Estados Unidos na região. Além disso, havia também a preocupação sobre o uso que os militares latino-americanos podiam fazer do equipamento. Agressões contra países vizinhos e golpes militares eram possibilidades que desencorajavam o cumprimento do acordo. Em face a essa divisão, não se cumpriu as tratativas dos tempos de guerra. Em última instância, o Departamento de Estado acabou exercendo um poder de veto sobre a questão naquele momento.

Adolf Berle Jr., embaixador dos Estados Unidos no Brasil, levantava dúvidas sobre a propriedade de se entregar ao Brasil substancial volume de equipamento bélico já em julho de 1945. Especificamente quanto ao aspecto naval, Berle duvidava da capacidade de os brasileiros operarem com eficiência algumas belonaves, tão modernas e complexas eram. Para ele, o objetivo dos militares brasileiros era tão-somente aumentar seu poder e prestígio político, interna e externamente.

[33] Chester J. Pach Jr. "The Containment of U.S. Military Aid to Latin America, 1944-49" in Diplomatic History, vol. 6, n.º 3, 1982. p. 234.

Berle não era favorável à cessão de equipamento, ainda que se mostrasse inclinado a apoiar auxílio especificamente ligado a projetos para melhoria da infra-estrutura militar brasileira, como construção de novas bases navais, aparelhamento de aeroportos, incremento da malha de transportes nacional, tanto rodoviária como ferroviária, etc.. Com relação às bases navais, a opinião do embaixador era que,

> "Essas bases seriam de ótimo uso no caso de operações de qualquer tipo, seja para manter a paz dentro do hemisfério, seja para defender o hemisfério de ataques de fora; mas seu uso principal seria provavelmente apoiar as operações da Marinha dos Estados Unidos (grifo meu)".[34]

A partir de meados de 1947, com a adoção da Doutrina Truman, a política externa dos Estados Unidos passa a ter um objetivo claro, que marcaria os próximos 40 anos das suas relações exteriores. Truman comprometeu-se a auxiliar econômica e militarmente Grécia e Turquia, atestando que os Estados Unidos, como líder do "mundo livre", conteria o comunismo onde quer que ele buscasse expandir-se. Nesse mesmo ano foi assinado, no âmbito das Américas, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) durante a Conferência do Rio de Janeiro, que tacitamente considerava a União Soviética como adversário de todo o hemisfério. Em 1948, foi constituída a Organização dos Estados Americanos (OEA), que institucionalizou o pan-americanismo. Ambas organizações visavam formalizar a liderança norte-americana de facto sobre as Américas.

Ao mesmo tempo, a questão da assistência militar para a região voltou a tona. Ela era apresentada agora como medida de contenção ao comunismo soviético. Os entraves postos pela diplomacia estadunidense foram retirados. Era preciso, acima de tudo, armar a região e padronizar o equipamento. A implementação do acordo negociado por brasileiros e norte-americanos, inclusive a cessão/venda facilitada de uma enorme esquadra de guerra, voltava a ser possível.

Nesse momento, entretanto, ainda que existisse consenso entre militares e diplomatas norte-americanos sobre a necessidade de armar os latino-americanos, demandas mais prementes alhures deixavam a região em posição muito baixa na lista de prioridades dos Estados Unidos. Europa, Oriente Médio e Extremo Oriente, áreas ao alcance do poder militar soviético, estavam

[34] Foreign Relations of the United States – Diplomatic Papers (FRUS), 1945, Volume IX, The American Republics. op. cit.. p. 604.

tavam no topo da lista. Ademais, em face do agora grande número de clientes, o enorme surplus de guerra norte-americano já não parecia suficiente. Em 1948, as reservas de determinados tipos de armamento já se aproximavam do fim, enquanto outros, a despeito do grande estoque, não eram mais úteis por estarem tecnologicamente ultrapassados. Ainda que especificamente em relação aos navios não se aplicasse nem uma coisa nem outra, a alocação de recursos militares para os latino-americanos precisava ser decidida como um todo, pois necessitava ser aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos.

A legislação específica para auxílio militar à região, o Inter-American Military Cooperation Act, não foi adiante em virtude das novas responsabilidades assumidas pelos norte-americanos alhures. Os programas interinos que possibilitavam a transferência de algum equipamento militar para a região terminaram definitivamente em 1948. Quando o Congresso dos Estados Unidos finalmente passou o primeiro grande programa de ajuda militar em 1949, lastreando a política de contenção adotada pelo Executivo, nem um único centavo foi destinado para a América Latina. Embora fosse prevista a doação de quase 1 bilhão e meio de dólares em armas para os mais diversos países, os latino-americanos só podiam comprar armas norte-americanas a preços comerciais.[35]

Políticos e militares brasileiros envolvidos com a questão naval estavam, é claro, decepcionados. De 1945 a 1950, as transferências de equipamento para a Armada brasileira resumiram-se a peças de reposição e navios de apoio, o que não alterou o status da força vis-à-vis as demais esquadras regionais. Se existia amargura pela falta de reconhecimento dos serviços prestados pelo país durante a última guerra mundial, existia também esperança de que, quando os Estados Unidos cedessem navios aos países da região, o Brasil teria tratamento preferencial. No início de 1947, o ministro Silvio de Noronha, esperançoso, escrevia em seu relatório para o Presidente que a constituição de uma "força-tarefa equilibrada", dotada de cruzadores, porta-aviões, contratorpedeiros e submarinos, dependia do auxílio norte-americano. Em seu relatório seguinte, entretanto, entregue no início de 1951, ao término do governo Dutra, as esperanças de concretização de tal auxílio eram muito

[35] Chester J. Pach Jr.. op. cit. p.. 242. O Secretário de Estado Dean Acheson frisava a todas as embaixadas norte-americanas na América Latina, inclusive, que os governos da região deviam ser convencidos de que não era necessário a compra de mais armas, e que a simples existência do TIAR era suficiente para assegurar os países da área. Foreign Relations of the United States – Diplomatic Papers (FRUS), 1950, Volume I, National Security Affairs; Foreign Economic Policy. Washington: Department of State, Government Printing Office, 1977. p. 620 a 622.

menores e o Ministério pedia celeridade na aprovação pelo Congresso brasileiro de um fundo naval permanente para renovação da Esquadra nacional sem ajuda estrangeira.[36]

A despeito disso, a Marinha brasileira aceitava sua subordinação à estratégia naval norte-americana, o que explica a pouca importância dada pela força, após a Segunda Guerra Mundial, a outros usos do poder naval que não o anti-submarino. Isso era reflexo da visão norte-americana sobre o papel da esquadra brasileira como força auxiliar contra submarinos russos no Atlântico Sul, na hipótese de a Guerra Fria esquentar. Era compreensível, ainda que pouco aceitável, na visão dos decisores brasileiros, a primazia de países de outras regiões na distribuição de equipamento bélico pelos Estados Unidos, visto o perigo muito maior que eles corriam em face de uma agressão comunista. Inadmissível para eles, entretanto, era que o Brasil pudesse vir a ser tratado pelos norte-americanos de maneira semelhante aos demais países hispano-americanos, especialmente a Argentina.

V - A venda dos Cruzadores

Em 1950, o estado dos navios-capitais da esquadra brasileira era grave. Os encouraçados dreadnought Minas Gerais e São Paulo, os mais poderosos do mundo quando lançados ao mar em 1910, não passavam de sucatas flutuantes. A despeito da tônica anti-submarina que os Estados Unidos impunham não só a Marinha brasileira mas a todas as marinhas da região, a posse de algumas belonaves de maior peso era frisada pela força brasileira até por razões de prestígio. Convém lembrar também que a Argentina, apesar da igual obsolescência de seus encouraçados do início do século, exibia em seu inventário naval três cruzadores leves construídos nos anos 30, tipo de embarcação em falta na esquadra brasileira. A belonave construída na Inglaterra tinha até radar, fruto de modernização realizada em Londres em 1946.[37]

Após insistentes pedidos, o governo norte-americano, por meio de emenda ao programa de auxílio militar aprovado pelo Congresso, conseguiu tornar disponível ao Brasil, a preços irrisórios, dois cruzadores leves classe Brooklyn, navios com 10.000 toneladas de deslocamento, canhões principais de 6 polegadas, radar e forte bateria antiaérea. O ministro Silvio de Noronha

[36] Relatórios Ministeriais de 1946, pp. 4-5, e de 1946-1950, pp. 5 a 8.
[37] Site da Marinha Argentina, tópico Historia - La Armada del S.XX. http://www.ara.mil.ar, acessado em 30/10/2004.

caracterizou tal compra como o acontecimento mais notável, no tocante à aquisição de navios, desde a incorporação das naus do programa de 1904/06.[38]

Esses vasos de guerra, se não tornava o poder naval brasileiro preponderante regionalmente, pelo menos daria a ele leve vantagem sobre o de seu vizinho austral, o que, pelo menos, mantinha a aparência da "aliança especial" para políticos e militares brasileiros.

A transferência dos cruzadores, entretanto, em vez de salvar a idéia da aliança foi, na verdade, seu epitáfio. Os Estados Unidos, simultaneamente às negociações com o governo brasileiro, achou por bem oferecer navios, do mesmíssimo tipo e em iguais condições de compra, também para o Chile e a Argentina.[39] Em 1951, não só a esquadra brasileira foi acrescida de dois potentes e modernos cruzadores – o Barroso e o Tamandaré – como o mesmo ocorreu com as esquadras chilena e argentina – com o O'Higgins e o Capitán Prat, e o General Belgrano e o 9 de Julio, respectivamente. À semelhança do equilíbrio atingido nos anos 10, entre as esquadras de encouraçados dos países do Cone Sul, nos anos 50 o mesmo ocorria, só que dessa vez por decisão única do país mais poderoso do mundo.

A política norte-americana para a América Latina, quanto ao poder naval, além da total subordinação, adotava também o princípio do equilíbrio, especialmente entre os países do Cone Sul. Diferente do esperado pelos decisores brasileiros, o histórico diferenciado de participação na Segunda Guerra Mundial nada influiu nas decisões norte-americanas naquele momento.[40] Tampouco afetou, especificamente sobre o auxílio à Argentina, o fato de Perón ser o único líder no hemisfério que desenvolvia política externa relativamente não-alinhada, defensora de uma "terceira posição" no sistema internacional. O equilíbrio naval entre Argentina, Brasil e Chile (ABC), orientação expressa pelos Estados Unidos na venda dos cruzadores, manter-se-ia nas décadas seguintes nas demais transferências de embarcação efetuadas.

[38] Relatório Ministerial de 1946-1950, pp. 123-124.
[39] Foreign Relations of the United States – Diplomatic Papers (FRUS), 1950, Volume I, National Security Affairs; Foreign Economic Policy. op. cit.. p. 653.
[40] Enquanto o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Eixo em janeiro de 1942 e declarou guerra em agosto do mesmo ano, Chile e, principalmente, Argentina, mantiveram suas posições de neutralidade na guerra durante muito mais tempo. O Chile rompeu relações com o Eixo um ano após o Brasil e a Argentina somente o fez em fevereiro de 1944. A declaração de guerra dos dois países só ocorreu em 1945, em virtude de exigência dos Estados Unidos como condição para participar da Conferência de São Francisco, quando a Organização das Nações Unidas foi constituída. Ainda assim, os argentinos acabaram declarando guerra após o prazo estabelecido, em 29 de abril, recebendo no dia seguinte o convite para participar da Conferência que já havia iniciado. R. A. Humphreys, Latin America and the Second World War, Volume Two 1942-1945. London: Athlone, 1982. Passim.

Tentativas de mudar essa orientação foram feitas por autoridades políticas nacionais ainda no início dos anos 50. João Neves da Fontoura, então Ministro das Relações Exteriores no segundo governo Vargas, aproveitou a IV Conferência de Chanceleres americanos, em abril de 1951, convocada pelos norte-americanos em conseqüência da crise internacional causada pela intervenção chinesa na Guerra da Coréia, para tentar barganhar com os Estados Unidos. Entre as demandas brasileiras, estava um auxílio militar diferenciado ao Brasil com relação aos demais países latino-americanos. Segundo João Neves, o Brasil esperava receber armamento para suas três forças,

> "(...) em base semelhante às aplicadas às Nações signatárias do Pacto do Atlântico Norte. (...) Mas o Brasil não pode admitir que, no tocante à distribuição de armamentos, seja ele feito com o mesmo critério de igualdade em relação a outras nações, como aconteceu no caso dos cruzadores. Reclamamos o princípio de fornecimentos em proporção às tarefas de defesa comum aceitas por cada país. Nessas condições, não poderemos receber quantidades de armamentos e suprimentos militares iguais aos dos que, por ventura, sejam dados às Repúblicas americanas, dado a linha de conduta semi-neutralista pelas mesmas adotada, em face da atual emergência".[41]

Em 1952, o governo brasileiro assinou acordo militar com os Estados Unidos e, no ano seguinte, ele foi aprovado pelo Congresso e entrou em vigor. O Brasil passou a fazer juz ao auxílio que os Estados Unidos distribuíam por meio de seu programa de ajuda militar anual, que a partir de 1951 passou a contar com pequena verba destinada especificamente à América Latina, algo inicialmente inexistente. No que se refere ao poder naval, no entanto, nada mudou. A política de equilíbrio entre ABC prosseguiu no restante dos anos 50 e também nos anos 60.

À primeira vista, em termos práticos, o fim da ilusão sobre a "aliança especial" com os Estados Unidos não alterou a política naval brasileira. A Marinha continuou recebendo os meios flutuantes que os norte-americanos se dispunham a transferir, ainda que esses equilibrassem tais ações com transferências quase simultâneas para as demais armadas do Cone Sul. Os custos inviabilizavam qualquer distanciamento dos Estados Unidos. Em 1952, todo

41 AGV 12, 619 e 620.

o fundo naval aprovado pelo Congresso, se fosse gasto na compra de navios a preços de mercado, seria suficiente para a aquisição de um único contratorpedeiro de esquadra moderno.[42] A influência doutrinária e tática continuou existindo, espelho da subordinação que o poder naval brasileiro tinha à estratégia marítima norte-americana durante a Guerra Fria. Em termos retóricos, os comandantes podiam lamentar o abandono do aliado dos tempos de guerra, mas pouco podia ser feito para alterar a posição do Brasil nesse aspecto.

O pouco, entretanto, foi feito. Já na primeira metade dos anos 50, o Brasil voltou a adquirir navios de outros fornecedores do "mundo livre". Renato Guillobel, Ministro da Marinha no segundo governo Vargas, optou por gastar os parcos recursos da força em navios auxiliares – rebocadores de alto-mar, navios-hidrográficos e transportes – de modo a fortalecer a logística da armada. As compras foram feitas na Holanda e no Japão, "que aceitavam o pagamento em cruzeiros, a longo prazo e sujeito, se assim coubesse, à troca por matérias-primas de nossa conveniência".[43] Mais adiante, quando havia mais recursos, durante o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil voltou a adquirir na Europa naus de combate. Foi comprado um porta-aviões leve inglês que, a despeito de ter como função quase exclusiva a guerra anti-submarina, simbolizava um tênue afastamento da dependência norte-americana, regra nas últimas duas décadas.[44]

VI - Conclusão

A preponderância naval brasileira na América do Sul foi um sonho acalentado por militares e políticos brasileiros nos anos finais da Segunda Guerra Mundial, que contou momentaneamente com o incentivo de importantes atores do governo e das forças armadas norte-americanas. Esse projeto era parte da confiança mais geral de que a guerra tinha finalmente forjado a tantas vezes propalada "aliança especial" Brasil-Estados Unidos, e que o corolário dessa aliança seria o aporte, pelos norte-americanos, de todo auxílio possível, financeiro, tecnológico e militar, para garantir a hegemonia do Brasil na América do Sul. O Brasil agiria então como uma espécie de procurador dos norte-americanos na região, mantendo e defendendo o status quo.

[42] Renato de Almeida Guillobel, Memórias. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973. p. 272.
[43] Ibid.. p. 303.
[44] Não estava nos planos do governo norte-americano, nesse momento, a operação de tal tipo de navio pelo Brasil ou qualquer país sul-americano. História Naval Brasileira, 5º volume, tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985. p. 444.

Na segunda metade dos anos 40, os projetos de predomínio naval do Brasil não se concretizaram por exclusiva falta dos norte-americanos. As razões práticas que sedimentaram a aliança desapareceram com a derrota do Eixo e o surgimento da Guerra Fria. A decepção dos decisores nacionais foi contrabalançada, em parte, pela crença contínua de que o Brasil era diferente das demais repúblicas latino-americanas e assim seria tratado, pelos Estados Unidos, em momento oportuno. A venda dos cruzadores para os países do Cone Sul, em 1951, pautada pela idéia do equilíbrio de poder na região, acabou com qualquer ilusão de que a relação Brasil-Estados Unidos fosse de alguma maneira especial.

Em 1953, a esquadra brasileira era composta de dois cruzadores leves, 15 contratorpedeiros – quatro navios classe Amazonas haviam sido incorporados – e três submarinos.45 Tal frota era muito semelhante à prevista no plano de aquisição naval de 1932/1934, em que se buscava, consoante a capacidade econômica nacional, certa paridade com os vizinhos do Cone Sul. Comparada às previsões de meados dos anos 40, entretanto, a esquadra nacional era apenas uma sombra.

A subordinação material, tática e doutrinária da Marinha brasileira nos anos 50 e 60 em nada alterou a decisão norte-americana de manter o equilíbrio naval entre ABC. O fim da demanda de guerra, o elevado preço de navios modernos e a oferta gratuita ou quase gratuita deles pelos Estados Unidos a partir dos anos 50 interrompeu o programa de construção naval militar brasileiro de fim dos anos 30, que havia contado até com auxílio norte-americano. Quase trinta anos se passaram até que um grande navio de guerra fosse novamente lançado no arsenal de marinha, em meados dos anos 70.46 A dependência teve também conseqüência prejudicial para o pensamento estratégico da força naval brasileira, que se acostumou a pensar em termos de ações em conjunto com a marinha dos Estados Unidos, algo corporificado na ênfase anti-submarina como principal papel da Marinha brasileira, à custa de outras modalidades de guerra naval.

A conscientização do fracasso da "aliança especial", entretanto, fez também os decisores brasileiros voltarem a pensar, a curto prazo, em outros fornecedores de navios no bloco ocidental, de modo que se pudesse fugir um pouco da subordinação aos Estados Unidos e de sua política de estrito equilíbrio no Cone Sul. A longo prazo, sonhava-se com tempos em que, fruto do desenvolvimento econômico e industrial do país, a Marinha pudesse constituir poder naval por meio de produção própria novamente. Dessa vez para apoiar política externa autônoma e independente. Isso não era possível nos anos 50, mas a crença na "aliança especial", forte na década anterior, havia em grande medida desaparecido.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO GETULIO VARGAS (AGV), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

CAMINHA, Herick Marques. História Administrativa do Brasil – Organização e Administração do Ministério da Marinha na República. Brasília: FUNCEP, 1989.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

DAVIS, Sonny B.. Brotherhood of Arms: Brazil-United States Military Relations, 1945-1977. University Press of Colorado, 1996.

DEPARTAMENT OF STATE. Foreign Relations of the United States – Diplomatic Papers (FRUS), 1944, Volume VII, The American Republics. Washington: Government Printing Office, 1967. - Foreign Relations of the United States – Diplomatic Papers (FRUS), 1945, Volume IX, The American Republics. Washington: Government Printing Office, 1969. - Foreign Relations of the United States – Diplomatic Papers (FRUS), 1950, Volume I, National Security Affairs; Foreign Economic Policy. Washington: Government Printing Office, 1977.

GUILLOBEL, Renato de Almeida. Memórias. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1973. HILTON, Stanley. O Brasil e as Grandes Potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial, 1930-1939. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. - Oswaldo Aranha – uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

45 Herick Marques Caminha, História Administrativa do Brasil – Organização e Administração do Ministério da Marinha na República. Brasília: FUNCEP, 1989. pp. 288-289. 46 Pedro Carlos da Silva Telles. op. cit.. p. 197.

HUMPHREYS, R. A.. Latin America and the Second World War, Volume Two 1942-1945. London: Athlone, 1982.

MARINHA ARGENTINA. Historia - La Armada del S.XX. http://www.ara.mil.ar

MARINHA DO BRASIL. Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro de Estado da Marinha referente ao ano de 1946. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1947. - Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro de Estado da Marinha, referente ao período de outubro de 1946 a 1950. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1951. - História Naval Brasileira, 5º volume, tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985. - História Naval Brasileira, 5º volume, tomo I b. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1997.

MCCANN, Frank D.. Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937/1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MOREL, Edmar. A Revolta da Chibata. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

MOURA, Gerson. Autonomia na Dependência: A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PACH JR., Chester J. "The Containment of U.S. Military Aid to Latin America, 1944-49" in Diplomatic History, vol. 6, n.º 3, 1982.

SCHEINA, Robert L.. Latin America, a naval history 1810-1987. Annapolis: Naval Institute Press, 1987.

SILVEIRA, Cláudio C. "A Marinha e a Política do Exército" in Estudos de História – Franca, vol. 8, n.º 1, 2001.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. História da Construção Naval no Brasil. Rio de Janeiro: LAMN, FEMAR, 2001.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

ALGUNS IMPACTOS SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO*

Some social impacts of scientific and technological development

Waldimir Pirró e Longo**

Resumo: Desde a pré-história, os seres humanos têm procurado entender o Universo e transformar o meio ambiente em que vivem valendo-se das disponibilidades materiais e da compreensão e uso dos fenômenos naturais que ocorrem na Terra. O presente trabalho identifica e analisa alguns macro impactos sociais causados por transformações recentes na ambiência humana resultantes dessas atividades que, modernamente, são consideradas como pertinentes ao campo do conhecimento científico e do desenvolvimento tecnológico, bem como das conseqüentes inovações. São abordadas a priorização política dessas atividades pelos governos nacionais, a imprevisibilidade do futuro das sociedades ainda que a curto prazo, o descompasso entre a nova realidade social resultante do avanço científico e tecnológico e a capacidade de adaptação dos cidadãos e de reorganização dos grupos ou entidades sociais para o trato dessa nova realidade, o aumento da expectativa de vida e a diminuição das horas de trabalho, a produção e a competição sem fronteiras, os impactos na educação e nas relações de trabalho e, finalmente, a concentração de poder político, econômico e militar.

Palavras-chave: Macro-impactos Sociais; Conhecimento Cientifico; Desenvolvimento Tecnológico; Inovações; Grupos Sociais; Concentração do Poder.

Abstract: Since prehistorian times the human beings have interested in understand the universe and to transform the environment where they live using available materials and knowledge and the use of the natural phenomena that occur in earth. The present work identifies and analyzes some macro social impacts caused by recent transformations in the human environment as result of these activities that, modernly, are considered as pertinent to the field of the scientific knowledge and the technological development and innovations. Priority is given in the analysis of the political importance of these activities for national governments, the probability to perform in societies future in short-term; the gap between the new social reality of the scientific and technological advance. The article looks, as well, to the capacity of adaptation of citizens and the reorganization of entities and social groups for working in this new reality. The analysis go, as well, to study the increase in life expectancy , the diminishing work time, the production and competition played in large scale. Military, political and economic power is, also, discussed as well as the education impact and work relationship.

Keywords: Macrosocial Impacts; Scientific Knowledge; Technological Development; Innovations; Social Groupsp; Concentration of Power.

* Artigo publicado na revista DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação - v.8 n.1 fev/07. ** Professor Titular da UFF. Credenciado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na área de estudos estratégicos, Curso de Doutorado, UFF. Credenciado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos em Defesa e Segurança, Curso de Mestrado, UFF. Pesquisador Associado ao NEST.

Introdução

Segundo Kneller [1], em todas as civilizações, certos homens meditaram sistematicamente acerca do mundo e procuraram as causas de seus fenômenos na própria natureza e não na vontade humana ou sobre-humana. Em cada civilização, o estudo do universo seguia um caminho próprio, explicando os mesmos fenômenos de maneira diferente. Ao mesmo tempo, acrescente-se, outros homens dedicaram-se a criar e produzir utensílios e obras que aumentassem as suas habilidades e o seu conforto. Assim, sem saber, faziam o que hoje chamaríamos de ciência, tecnologia e inovação.

Na realidade, desde a pré-história, os homens têm procurado entender o Universo e transformar o meio ambiente em que vivem valendo-se das disponibilidades materiais e dos fenômenos naturais que ocorrem na Terra, no sentido de atenderem os seus desejos mais profundos, quase nunca explicitados, dentre os quais destacam-se: viver mais, trabalhar menos e com menor esforço físico, não sofrer (principalmente não sentir sede, fome e dor), ter mais prazer (tempo disponível para o lazer), preservar a espécie e ter poder para impor a sua vontade em situações de conflito individuais ou coletivos[2].

O presente trabalho aborda alguns resultados alcançados pelos esforços humanos recentes no sentido do atendimento desses desejos, transformados em objetivos, e que causaram impactos sociais sentidos nos nossos dias.

A maior dificuldade enfrentada foi a escolha dos impactos a serem abordados dentre tantos percebidos. Muitos deles já haviam sido abordados em outros artigos do autor. Feitas as escolhas procurou-se grupá-los em sete macro impactos de maneira a facilitar a exposição sem idas e vindas, pois muitos são complexamente interligados. Finalmente, a ordem de apresentação dos macro impactos obedeceu a tentativa de colocá-los numa ordem pretensamente lógica e didática.

1º IMPACTO: Ciência, tecnologia e inovações: de curiosidade e criatividade individuais às políticas e estratégias nacionais

As transformações provocadas pelo homem eram, no início, extraordinariamente lentas se comparadas pelos parâmetros atuais, uma vez que a introdução de inovações capazes de modificar significativamente o status quo das sociedades ocorria raramente e, em muitos casos, espaçada de séculos, A difusão e, conseqüentemente, o uso das mesmas eram igualmente lentas, de tal maneira que, ao longo de uma vida, tudo parecia definitivo: hábitos, costumes, profissões, divisão do poder, etc. Porém, gradativamente, e já ao

longo da Idade Média e da chamada Idade Moderna até o início da Revolução Industrial, as mudanças sociais causadas pelas inovações começam a tornar-se mais freqüentes e profundas. A partir da segunda metade do Século XIX, as transformações produzidas pelo homem foram extraordinariamente aceleradas como resultado da organização e sistematização do trabalho voltado para a geração e uso de conhecimentos científicos com o intuito de produzir tecnologias que resultassem em novos ou melhores produtos e serviços que satisfizessem os seus desejos centrais e suas necessidades imediatas. Desde então, o conhecimento científico deixou de ser um bem puramente cultural, para tornar-se insumo importante, senão o mais valioso, para a geração de inovações tecnológicas[3].

Pode-se afirmar que, ao longo da história da humanidade, a ciência (que tem por objetivo desvendar e explicar os fenômenos da natureza) e a tecnologia (que visa transformar a natureza no sentido de atender desejos e necessidades humanas) percorreram caminhos distintos, não havendo entre elas articulação sistêmica e programada, até o citado Século XIX. A ciência, mesmo após a ocorrência da Revolução Científica iniciada no Século XVII, caminhava ao sabor da curiosidade humana sem objetivos econômicos, sendo considerada parte do corpo cultural da nação e tratada da mesma forma que as artes. A tecnologia, que avançava, primordialmente, por intuição e empirismo, por "tentativa e erro", era um assunto do interesse quase exclusivo do setor produtivo (principalmente dos agricultores, dos artesãos, dos comerciantes e dos exércitos). Esse período é caracterizado pelo fato que a ciência e as técnicas utilizadas para a produção de bens e serviços eram praticamente independentes. As interações, quando existentes, eram fluidas, complexas e pouco perceptíveis. Mesmo a Revolução Industrial iniciada no Século XVIII, foi realizada por homens sem educação sistemática em ciência, não havendo, praticamente, intercâmbio de idéias entre os cientistas e os inventores dos processos industriais. Assim, pode-se afirmar que a contribuição inicial da ciência para a Revolução Industrial não foi a de introduzir o conhecimento científico no processo produtivo, mas, sim a de criar uma ambiência favorável à inovação. Somente a partir do século XIX, o avanço tecnológico começou a fazer uso significativo de conhecimentos científicos, quando inovações ocorridas na indústria química e nos usos da energia elétrica, utilizaram-se largamente dos mesmos. A partir de então, e crescentemente, máquinas, processos, serviços e produtos começaram a surgir tendo por base os conhecimentos gerados pelas pesquisas científicas. A ciência passou a suprir a tecnologia não só de descobertas e explicação de fenômenos da natureza, como também com o uso cada vez mais amplo do método científico de investigação, suas

técnicas laboratoriais e a certeza da importância da pesquisa na solução de problemas do setor produtivo[3].

Assim, já no Século XX, ao ter início a Primeira Grande Guerra, a estreita inter-relação entre ciência e inovações tecnológicas já estava delineada[4]. Em conseqüência, durante esse conflito, em ambos lados beligerantes, os cientistas foram envolvidos no esforço de guerra pelos respectivos governos. Porém, cumpre salientar que foi somente a partir da Segunda Grande Guerra que passou a ocorrer ampla, sistemática e permanente mobilização dos meios científicos e tecnológicos nacionais não somente com o objetivo de produzir vantagens estratégicas militares mas, também, para o desenvolvimento de poderio político e econômico a nível mundial, nos anos subseqüentes ao término do conflito. A intervenção do Estado, principalmente através das Forças Armadas, apoiando as pesquisas e acelerando o uso dos conhecimentos resultantes para a geração de tecnologias e a passagem destas à produção em escala industrial, deram resultados extraordinários em ambos os lados beligerantes. Através da ação direta de órgãos dos governos, do financiamento estatal e do planejamento da pesquisa e do desenvolvimento experimental (P&D) envolvendo as indústrias, os institutos e universidades, foram geradas inovações e aperfeiçoados materiais e serviços que puseram em evidência a importância estratégica da mobilização permanente do potencial científico e tecnológico da nação. Os avanços científicos e tecnológicos alcançados foram decisivos para o desfecho do conflito e na conseqüente nova distribuição do poder a nível mundial. Além disso, durante e após a Guerra, os resultados das pesquisas conduzidas para fins militares tornaram-se fontes de valiosas tecnologias e de inovações de vasto uso civil e de elevado valor agregado, tais como: aviões à jato, computadores, aparelhos de comunicações, energia nuclear, novos materiais, fármacos, etc.

A partir de então, ciência e a tecnologia passaram a fazer parte central das políticas e estratégias nacionais dos países mais desenvolvidos. Os seus governos ampliaram a atuação do Estado nesse campo através de seu reconhecimento institucional, da formulação de políticas, estratégias e ações específicas, da criação de órgãos especializados de apoio, incentivos e suporte financeiro, bem como mecanismos e procedimentos facilitadores. Pode-se afirmar que os Estados Unidos da América tornaram-se, na ocasião, o paradigma desse processo.

O fato é que, atualmente, constata-se que as inovações mais relevantes, que moldam as sociedades modernas e que atendem as suas demandas cada vez mais complexas, têm sido geradas por não mais do que duas dezenas de

países. Analisando-se a trajetória de tais países chega-se à conclusão que todos investiram decididamente na implantação e manutenção de um sistema educacional de qualidade em todos os níveis, dando atenção prioritária às ciências exatas e às engenharias, implantaram uma robusta infra-estrutura dedicada ao desenvolvimento científico e tecnológico, estabeleceram um arcabouço político-regulatório que privilegia e incentiva a geração de inovação tanto no setor produtivo quanto no governamental e conseguiram criar uma ambiência nacional favorável ao progresso tecnológico. Em conseqüência, nesses países é possível se distinguir a existência de um verdadeiro Sistema Nacional de Inovação e/ou vários Sistemas Locais de Inovação, unindo, com grande sinergia, a sociedade em geral e todos os atores envolvidos no processo.

Na tentativa de percorrer trajetória semelhante, alguns países em desenvolvimento tiveram sucesso na implantação de seus respectivos "sistemas nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico", compreendendo universidades, institutos, laboratórios, agências, etc. A expectativa era que a formação de recursos humanos adequados em universidades de pesquisa, a montagem de laboratórios modernamente equipados em institutos de pesquisa e em empresas, a criação de agencias de fomento e de órgãos públicos de apoio, a realização competente de pesquisas básicas e aplicadas, assim como de desenvolvimento experimental e engenharia, desembocaria em desenvolvimento tecnológico cujo resultado seria a produção de bens e de serviços competitivos pelo setor produtivo local. Ou seja, as inovações seriam uma conseqüência previsível desse sistema linear, bastando que fossem assegurados os meios humanos, materiais e regulatórios pertinentes, e ocorresse interação entre os atores definidos pelo próprio sistema. As políticas de desenvolvimento científico e tecnológico que foram implementadas tiveram sucesso no sentido de que fortaleceram a infra-estrutura pública de C&T e algumas empresas e instituições individualmente envolvidas, mas não resultaram na geração de inovações na dinâmica requerida. Em muitos casos, não havia clareza ou determinação de que o objetivo de todo investimento era a produção de inovações e que estas deveriam ocorrer, primordialmente, no setor produtivo.

Na realidade, o processo de inovação é extremamente complexo, envolvendo muitos atores e fatores que extrapolam aqueles contidos no conceito de "sistema de desenvolvimento científico e tecnológico", e nem sempre percebidos numa observação superficial de países como os EUA ou Japão.

A inovação resulta de numerosas interações cruzadas entre ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento experimental, tecnologia industrial básica

(desenho industrial, normas, metrologia,....), engenharia e outras atividades que ocorrem dentro e fora das empresas e entre empresas, assim como da combinação de fatores tais como políticas públicas, recursos humanos, organização, gestão, finanças, marketing, serviços (pós venda), participação de alianças estratégicas e de redes de cooperação, acesso a fontes de informações as mais variadas, mercado, fornecedores, etc. Nesse caso, é evidente a necessidade de uma visão ampla desse complexo processo social para entendê-lo quanto ao seu funcionamento para poder corrigir lacunas e deficiências . Em última instância, a existência, ou não, de um sistema nacional ou local de inovação é evidenciada pelos resultados desse complexo, ou seja, pela geração e introdução no mercado de produtos e processos, tecnologicamente novos, assim como de melhorias tecnológicas significativas em produtos e processos existentes.

Em princípio, as políticas nacionais devem privilegiar as interações entre os responsáveis pela geração, difusão e uso dos conhecimentos que potencialmente conduzam a inovações, a criação de uma ambiência favorável e a superação de óbices específicos, peculiares a cada país, como, por exemplo, um baixo nível educacional da população, uma desnacionalização excessiva de setores tecnologicamente mais dinâmicos do setor produtivo ou uma desestimuladora e ineficiente burocracia.

2º IMPACTO: A dinâmica atual da evolução científica e tecnológica e a imprevisibilidade do futuro

Em decorrência da busca e apropriação sistemática, e bem sucedida, de conhecimentos científicos para a produção de inovações tecnológicas, estima-se que, os conhecimentos científicos têm sido duplicados, em períodos que variam de 10 a 15 anos[5]. Evidentemente, tal desempenho tem se refletido numa aceleração das mudanças sociais sem precedente na história da humanidade, comandada pela freqüente introdução de inovações em produtos e serviços que alteram a vida dos cidadãos, o funcionamento das instituições e das empresas e o desenvolvimento relativo dos países.

Os impactos das transformações tecnológicas decorrentes dessa dinâmica sobre a vida dos cidadãos e sobre as organizações sociais em geral, pode ser deduzida da experiência vivida por um cidadão brasileiro nascido na virada do Século XIX para o Século XX. Em 1906, morando numa casa em rua de terra, com luz de lampião, fogão a lenha e água de poço, um menino fica sabendo pelo seu pai que um compatriota, chamado Santos Dumont, havia, em Paris, acabado de voar num artefato mais pesado que o ar, o XIV

Bis. Nessa ocasião a França era considerada uma potência mundial. Sessenta e três anos depois, ou seja, em 1963, esse mesmo cidadão, agora com 70 anos, morando numa casa com iluminação elétrica, dotada de ar condicionado, geladeira, telefone, fogão a gás, água encanada, assistiu, através de um aparelho de televisão, o astronauta norte-americano Armstrong descer na Lua. Nessa ocasião os EUA firmavam a sua posição de super potência mundial, ancorados numa ampla hegemonia científica e tecnológica.

Certamente se esse cidadão voltasse subitamente a viver hoje, espantar-se-ia com os computadores pessoais, com a INTERNET, com o telefone celular, o CD, o DVD, o MP3, o HDTV, HD DVD, as filmadoras digitais, com os serviços remotos (banco, comércio eletrônico, informações, educação, etc.), com a automação industrial, a nanotecnologia, novos fármacos, clonagem, etc...., assim como com a derrocada da URSS e com a ascensão política, econômica e militar da China e da Índia.

Na realidade, o acúmulo de conhecimentos, ao longo do tempo, tem resultado numa curva exponencial sem sinais de arrefecimento. A esse respeito, em 2000, a Hart-Rudman Presidential Commission do Congresso dos EUA, baseada em opiniões de especialistas, afirmou que "...os próximos dez anos trarão mais mudanças tecnológicas que o Século XX todo, e os governos serão incapazes de acompanhá-las"[6]. E isto, aparentemente, vem ocorrendo.

Diante dessa dinâmica de um mundo em constante mutação graças aos avanços da ciência e tecnologia, a imagem que se formula é que tudo se passa como se estivessem indivíduos, empresas e nações subindo uma escada rolante que se desloca, continuamente acelerada, em sentido contrário ao movimento de todos, sendo, portanto, necessário subir cada vez rápido para permanecer na mesma altura. Caso não acompanhem ou suplantem a escada da evolução científica tecnológica, os indivíduos tornam-se profissionalmente obsoletos, as empresas perdem competitividade e vão à falência, os países amargam o subdesenvolvimento e uma insuportável dependência externa do insumo mais estratégico do mundo moderno: o conhecimento.

Na evolução científica e tecnológica não há patamar definitivo a ser atingido, pois a escalada é contínua, ou seja, a escada não tem fim.

Do exposto, conclui-se que, hoje, grandes desafios enfrentados pelos países, nos níveis local e global, estão intimamente relacionados com as contínuas e profundas transformações sociais ocasionadas pela velocidade com

que tem sido gerados novos conhecimentos científicos e tecnológicos, sua rápida difusão e uso pelo setor produtivo e pela sociedade em geral. Pode-se afirmar que vivemos num mundo aceleradamente cambiante, cuja única certeza do amanhã é a incerteza.

Assim avulta de importância, pôr parte dos governos nacionais através das suas instituições, principalmente as educacionais e as de pesquisa, assim como por parte das suas empresas, o contínuo monitoramento da evolução científica e tecnológica, e das mudanças sociais dela decorrentes ou antevistas. O acesso às informações do que se passa no planeta, o competente tratamento e análise das mesmas, assim como previsão e avaliação tecnológicas, passaram a ser de importância vital nas políticas e estratégias empresariais e governamentais em todos os níveis.

3º IMPACTO: O "hiato gerencial"

Quanto à previsão da Comissão citada acima a respeito da incapacidade de acompanhamento das mudanças por parte dos governos, estendemos que essa incapacidade atinge indivíduos, instituições, empresas e, em última instância, os governos. A razão é que a introdução de novas tecnologias, quase sempre, é uma decisão do setor produtivo, não discutido e não planejado pela sociedade. Na realidade, as alterações ambientais e comportamentais resultantes da introdução contínua de inovações tecnológicas são de tal magnitude e, às vezes, tão inesperadas, que as instituições sociais em geral, entre as quais os governos nacionais, não têm conseguido acompanhá-las e adaptar-se, enfrentando, então, sérias crises de gerenciamento. Estão, nesse caso, além dos governos nos seus diversos níveis, instituições tais como partidos políticos, religiões, forças armadas, empresas e as escolas[7].

Assim, estabelece-se um descompasso entre a nova realidade social resultante do avanço científico e tecnológico e a capacidade de adaptação dos cidadãos e de reação e reorganização dos grupos ou entidades sociais para o trato dessa nova realidade. É o que se tem chamado de "hiato gerencial"[8].

É preciso ter presente que novas tecnologias podem alterar hábitos, valores, prioridades e a própria visão que o homem tem de si mesmo e do mundo, exigindo, em conseqüência, novas regras de convivência social e, certamente, novas práticas profissionais, nova educação para os jovens e atualização contínua para os adultos.

O "hiato" quando instalado pode levar os indivíduos à obsolescência profissional e ao desajuste social, as empresas à perda de mercados e, eventu-

almente, a falência, e os governos ao descrédito.

Exemplo de "hiato" governamental comum e reincidente tem sido os impactos de inúmeras inovações e suas conseqüências, posteriormente sentidas, no meio ambiente ou na saúde das pessoas. Exemplo bem atual são os crimes praticados através da INTERNET que não constam do nosso Código Penal, e que, ainda por cima, podem ser cometidos a partir de outros países cujas leis podem não coincidir com as nossas. Pode-se citar como outro exemplo a introdução da pílula anti-concepcional no mercado que resultou num "hiato" que atingiu os indivíduos (mudança no comportamento feminino, relacionamento homem/mulher,....), várias instituições sociais (família, religião, escola,...), o crescimento demográfico e o mercado de trabalho.

4º IMPACTO: A expectativa de vida e as horas de trabalho

Dentre os mais expressivos impactos sociais provocados pelos avanços científicos e tecnológicos estão, com certeza, o aumento da expectativa de vida, o aumento da população mundial e o decréscimo das horas de trabalho ocorridos, principalmente, nos últimos dois séculos. Pode-se afirmar que o desenvolvimento científico e tecnológico tem sido bem sucedido no aumento da expectativa de vida e na diminuição das horas de trabalho, e conseqüente aumento do tempo disponibilizado para o lazer. As Tabelas 1, 2 e 3 apresentam alguns dados que permitem constatar tais fatos. Passamos de 1,6 bilhões de habitantes, em 1900, para mais de 6,5 bilhões neste ano (2006), dos quais apenas 1,2 bilhões encontram-se em países desenvolvidos. A expectativa de vida evoluiu de 14 a 15 anos na pré-história, para 28 na Grécia Antiga, para 34 a 38 no final do Século XIX na Europa, atingindo, hoje, cerca de 80 anos nos países mais desenvolvidos (Japão, Suiça Espanha, Suécia, Austrália e Islândia). Entre 1800 e 1980, graças à aceleração dos avanços tecnológicos ocorrida no período, a expectativa de vida foi duplicada na Europa, passando de 36 para 72 anos, aproximadamente. Trabalho de previsão (forecast) da George Washington University[9], realizado em 2000, prevê que a expectativa de vida atingirá 100 anos em 2044.

Quanto às horas de trabalho, as mesmas vêm caído, tendo chegado na Noruega a apenas 1337 horas/ano, em 2003. Na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, nos anos de 1780, 1820 e 1860, trabalhava-se, respectivamente, da ordem de 80, 67 e 53 horas semanais, ou seja, da ordem de 3840 a 4.160, 3216 a 3484 e 2544 a 2756 horas/ano.

Uma estimativa aproximada do aumento do tempo livre ocorrida na Europa entre 1800 e 1980, e entre 1980 e 2003 (usando dados da França), é dada na Tabela 3. Pode-se observar que enquanto a expectativa de vida foi duplicada entre 1800 e 1980, as horas de trabalho/ano diminuíram, aproximadamente, de 100.000 horas para 85.000, enquanto as horas de lazer/ano passaram de, aproximadamente, 23.000 horas para 140.000. Em 2003, em alguns países desenvolvidos, as horas de trabalho já haviam caído para da ordem de 66.000, estimando-se as horas livres como sendo de, aproximadamente, 200.000.

Embora as conseqüências desses fatos para a humanidade sejam óbvias, principalmente as que foram e têm sido benéficas para a vida humana, como o aumento das horas sujeitas ao nosso livre arbítrio (lazer), algumas outras merecem explicitação e reflexão pois fazem parte de problemas sociais enfrentados, hoje, por grande número de nações, a saber:

1- vivendo mais e trabalhando menos, os cidadãos estão passando, crescentemente, mais tempo das suas vidas consumindo sem produzir;

2- vivendo mais, as pessoas estão pressionando muito mais os serviços de saúde, exigindo cuidados mais freqüentes, cada vez mais sofisticados e caros;

3- vivendo mais, aumentou o tempo de gozo da aposentadoria, que somado à constatação do item anterior, estão colocando em crise os sistemas de previdência social.(Quando o presidente Roosevelt implementou, na década de 30, o welfare state nos EUA, a expectativa de vida naquele país era da ordem de 60 anos, quando, hoje, já se aproxima dos 80).

4- O aumento da população mundial tem contribuído, entre outros problemas, para a rápida deterioração do meio ambiente. Esses problemas apontam para a necessidade de um novo pacto social nacional e, se possível, um novo modelo planetário de ordenação social que dê conta desses desajustes, que se enquadram no que denominados acima de "hiato gerencial".

5º IMPACTO: A produção e a competição sem fronteiras

O rápido desenvolvimento tecnológico da microeletrônica, da informática, das telecomunicações e da automação, assim como o exponencial crescimento das suas aplicações, afetaram de tal maneira o acesso às informações, a organização e o funcionamento do setor produtivo, as qualificações exigidas para o trabalho, as relações sociais e as políticas governamentais, que se admite estarmos vivendo a Terceira Revolução Tecnológica ou Industrial.

Exemplo marcante é, na área tecnológica, a engenharia industrial que sofreu, e que continua sofrendo, profundas alterações, tanto na sua concepção e na sua operação, quanto no seu relacionamento com os serviços correlatos. A possibilidade atual proporcionada pelos meios eletrônicos, permitindo as informações fluírem instantaneamente do cliente para a fábrica e da fábrica para os seus fornecedores, aliada à automação industrial e os modernos meios logísticos, tornaram possível "produzir competitivamente, diferentes produtos, em quaisquer quantidades, melhor, mais barato e, se conveniente, de maneira descentralizada ao longo da Terra", atendendo cada vez mais aos desejos do usuário do bem produzido, também espalhados pelo globo. Esta concepção vem substituindo aquela, até então vigente, que se propunha a "produzir, centralizadamente, cada vez mais, da mesma coisa, melhor e mais barato", sem muitas opções para o comprador de mercados restritos. Além disso, acessando em tempo real o desejo dos clientes e transmitindo, também em tempo real, informações aos supridores das matérias-primas e componentes, tornou-se possível à fábrica produzir "sob medida" aquilo que já está encomendado (ou já vendido). Com tal procedimento, custos são eliminados com a minimização de estoques a montante e a jusante da produção propriamente dita. Tudo passa a fluir "just in time"[10]. Evidentemente, em toda essa cadeia, ocorre uma diminuição de pessoas necessárias ao seu funcionamento. Em outras palavras, o avanço tecnológico, paulatinamente, substituiu as estruturas produtivas rígidas, estáticas, centralizadas, com organização interna hierárquica em pirâmide, típicas para a fabricação em massa de produtos padronizados, por sistemas de produção flexíveis, dinâmicos, descentralizados, organizados em redes achatadas, capazes de atender "nichos de mercado" de tamanhos variados.

Com a "globalização" dos mercados e da produção, passou a ocorrer, instantaneamente, a busca universal dos consumidores pelos mesmos bens e serviços. No caso das indústrias, estas passaram a ter que dominar as tecnologias que as colocassem continuamente na competição global. Como conseqüência dessa convergência sobre o domínio e uso das mesmas tecnologias, os produtos passaram a diferenciar-se na competição não só pelo "design", preço e pela qualidade, mas pelos serviços complementarmente oferecidos (financiamento, troca, manutenção, assistência, etc..).

A informática associada às telecomunicações tornou possível transportar, economicamente, enormes quantidades de informações, criando a possibilidade do fornecimento à distância de várias necessidades da fábrica, contribuindo para modificar, como já foi dito, as relações entre a produção de bens e a prestação de serviços. As distâncias e as fronteiras nacionais deixaram de

ser barreiras nestas relações. Há uma tendência das empresas concentrarem-se estritamente na produção daqueles serviços, componentes ou produtos nos quais são crescentemente especializadas e competitivas.

6º IMPACTO: Educação, trabalho e emprego

Ao causar profundas alterações no modo de produção de bens e de serviços, o progresso tecnológico modifica, em conseqüência, a distribuição e a qualificação da força de trabalho [11] . Contrariamente ao que ocorria no passado, hoje profissões surgem e desaparecem em curto tempo; qualificações para postos de trabalho são exigidas e, em seguida, descartadas, ou seja, as trajetórias profissionais são, em grande parte, imprevisíveis.

Graças ao progresso tecnológico, o homem foi, paulatinamente, sendo liberado do trabalho braçal. Vive-se hoje na era pós-industrial na qual, nos países centrais, cerca de 70% da força de trabalho foi deslocada para o setor terciário tecnologicamente cada vez mais sofisticado, entre 20 e 30% permanecem no secundário em crescente automação, e menos de 5% encontram-se em atividades agrícolas cada vez mais intensivas em máquinas e técnicas poupadoras de mão-de-obra não qualificada. Embora os setores primários (agricultura, pesca e exploração florestal) e secundário (manufatura industrial, extrativismo, produção e distribuição de eletricidade, gás e água, obras de engenharia civil) da economia tenham crescido, o número de empregados nos mesmos é, proporcionalmente, cada vez menor. Isto se deve não somente à crescente mecanização e automação desses setores, mas, também, à "terceirização" de muitas das suas atividades anteriormente verticalizadas, principalmente aquelas classificadas como prestação de serviços, inclusive tecnológicos. A previsão norte-americana é que, na década atual, cerca de dez por cento dos empregos na indústria desaparecerão.

Devido à terceirização é cada vez maior o número de pessoas que têm freqüentemente trabalho (atividade temporária remunerada) ,mas não necessariamente um emprego (atividade permanente remunerada) o que exige delas, como conseqüência, além de cultura adequada, habilidades complementares e diversas daquelas da sua bagagem profissional específica. Entre outras coisas, o cidadão tem que estar preparado para gerenciar um empreendimento, um negócio, uma empresa na qual trabalha somente uma pessoa: ele mesmo.

Graças aos meios eletrônicos de comunicações interativos, um número crescente de atividades profissionais, com ou sem garantia de tempo, podem ser realizados em casa ou a partir de casa. Basta constatar que, hoje, até com-

plexos projetos de engenharia, por exemplo, podem ser executados coletivamente por profissionais espalhados pelo planeta, trabalhando em rede.

Na medida em que as empresas são esvaziadas pela automação e pela terceirização, vão restando dentro delas os "novos operários". Entende-se aqui por "novo operariado" o conjunto de trabalhadores que carrega consigo o principal instrumento para a produção, qual seja, o seu cérebro, que abriga os insumos vitais: informações e conhecimentos sem os quais nada funcionará. Estes, muito provavelmente, serão e ficarão "empregados".

Por outro lado, devido ao anteriormente mencionado aumento geral das horas livres, quer pela diminuição das horas de trabalho, quer pelo aumento da expectativa de vida, inúmeras áreas do setor terciário da economia tornaram-se extraordinariamente promissoras (lazer em geral, turismo, estética e beleza, esportes, artes, o atendimento de necessidades dos idosos, etc...).

Adicionalmente, estão em expansão nesse setor, as chamadas "industrias da criatividade ou indústrias criativas" (que incluem áreas de lazer), que compreendem: propaganda, arquitetura, artes e antiguidades, artesanato, design, moda, cinema, software interativo e de entretenimento, software em geral, música, artes cênicas, editorial e gráfica, rádio e televisão. Muitas dessas áreas têm sido extremamente dinâmicas na evolução tecnológica e esquecidas pelas políticas públicas de geração de emprego e renda. Basta se constatar o que se passa no País com os sistemas de produção e distribuição fonográfica e cinematográfica.

A realidade até agora descrita, permite afirmar-se que são cada vez maiores e mais elevadas as qualificações exigidas para os postos de trabalhos em qualquer dos setores de produção, fato que coloca uma grande pressão sobre as necessidades educacionais das populações. É óbvio, e desnecessário enfatizar, que a capacidade científica e tecnológica nacional é absolutamente dependente de nível educacional adequado da população. Educação, ciência e tecnologia (EC&T) estão intimamente relacionadas.

Ao longo do tempo, na medida em que as tecnologias foram crescendo em conteúdo científico, tornou-se, proporcionalmente, cada vez menor o número de pessoas capazes de posicionarem-se nas fronteiras dos conhecimentos nas várias áreas do saber e, portanto, entendê-las, enquanto cresceu a ignorância tecnológica da maioria da população que, em consequência, não entende minimamente como funciona a maioria dos apetrechos com que se defronta no dia-a-dia (relógio digital, telefone celular, DVD, forno de micro ondas, computador, controles remotos, etc...).

É preciso ter presente que o mundo em que vivemos hoje, todos os cidadãos necessitam de conhecimentos básicos de ciência, das tecnologias mais usadas, de matemática e informática, continuamente atualizados. Esta é uma exigência não só para o mercado de trabalho, mas antes de tudo, para que o cidadão não seja um alienado, um ignorante diante dos bens e serviços utilizados no seu dia-a-dia. Em outras palavras o sistema educacional moderno deve, em todos os níveis e para todas as profissões, incluir competente e adequada educação em ciência e tecnologia. Trata-se de uma questão não só relacionada com a empregabilidade do indivíduo, mas uma questão de cidadania. Adicionalmente, devido à "globalização", a força de trabalho nacional precisa estar profissionalmente, psicologicamente e culturalmente preparada para atuar mundialmente[2].

Com as constantes mudanças tecnológicas, os indivíduos que não as acompanharem, ficarão prematuramente inabilitados para o trabalho. Serão parte do que tem sido chamado de desemprego estrutural. A desqualificação para o mercado de trabalho seja através da obsolescência ou da má formação escolar, dá origem ao que tem sido chamado de "analfabetismo tecnológico". Os analfabetos tecnológicos não ingressarão ou retornarão adequadamente no mercado de trabalho nem que a economia cresça e expanda as oportunidades de emprego e trabalho, pois não terão as qualificações exigidas pela maioria dos postos de trabalho criados. A expansão do setor produtivo dá-se sempre utilizando as ultimas inovações tecnológicas que, via-de-regra, são poupadoras de mão-de-obra e intensivas em conhecimentos, compreendendo complexos sistemas de gestão, operação e controle.

Evitar a obsolescência da força de trabalho é hoje uma preocupação da maioria dos países. Tendo em vista o custo elevado em trazer periodicamente essa força para dentro das salas de aula, a solução que está se ampliando, é levar os conhecimentos aos locais de trabalho utilizando meios eletrônicos, de preferência interativos, conforme será exposto adiante.

É hoje consenso que é necessário que o País seja dotada de um sistema de educação de massa do primeiro ao terceiro grau, da melhor qualidade, e capaz de fornecer ao cidadão possibilidades de atualização continuada, ao longo de sua vida, para o trabalho e para o lazer. Isto é, capaz de preparar o cidadão, conforme Domenico de Masi [12], para "o ócio e o negócio" ao longo de sua existência. É preciso ter clareza que, em conseqüência da dinâmica social dos nossos dias, não há mais formação profissional terminal, principalmente nas áreas de trabalho mais tecnológicas. Adicionalmente, deve-se ter um quarto grau capaz de formar pesquisadores, de produzir avanços nas fronteiras dos conhecimentos nas diversas áreas do saber e contribuir, efeti-

vamente, para aumentar a capacidade endógena do sistema nacional de inovação tecnológica, em benefício do setor produtivo e das necessidades públicas.

No que diz respeito ao ensino superior, a situação brasileira é lamentável. Segundo estatísticas que constam de Relatório da Organização das Nações Unidas [13], o Brasil é o país da América Latina com o menor índice de atendimento, no ensino superior, aos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos: apenas 10% daquela faixa etária, ou 1,3% da população total do País, o que equivale à cerca de metade do índice da Bolívia, de um terço da cobertura do Chile. Significa, ainda, que o País apresenta uma das piores taxas mundiais, sendo que, na América Latina e Caribe, somente está em pior situação o Haiti.

Tal fato é gravíssimo e, ao mesmo tempo, um paradoxo, pois o País é uma das maiores economias mundiais, dispondo de um dos maiores sistemas educacionais do planeta e um sistema de pós-graduação de excelente qualidade.

Felizmente, o próprio avanço tecnológico produziu os meios necessários para o atendimento parcial de tais necessidades, a custos suportáveis pela sociedade, inclusive no Brasil. Trata-se dos meios eletrônicos de comunicação disponíveis que permitem não só o livre acesso aos conhecimentos por parte dos cidadãos mas, também, permitem colocá-los ao alcance confortável dos cidadãos onde quer que eles estejam, de maneira programada a partir de bases logísticas onde os mesmos estão armazenados e são gerenciados. Os meios pedagogicamente mais apropriados a serem utilizados são aqueles que permitem maior e mais eficiente interação entre os detentores do conhecimento e os seus demandantes, ainda que afastados fisicamente. Assim, têm sido utilizados o correio, o telefone, o gravador, o fax, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o DVD e a INTERNET. Tais meios, isoladamente ou associados, permitem "empacotar" pedagogicamente e "despachar" os conhecimentos. É riquíssima a experiência internacional no emprego do ensino assistido por meios eletrônicos (EAMI), podendo ser citados como bem sucedidos os EUA, a Inglaterra, o Canadá, a Espanha, a Turquia e o México.

Convenientemente utilizados, tanto no ensino presencial quanto à distância, os meios citados constituem-se, ainda, num poderoso instrumento no sentido de preparar o indivíduo a "aprender a aprender", metodologia absolutamente apropriada para quem vive num mundo em constante mutação. Eles facilitam a utilização do processo educacional centrado no esforço do aluno aprender e não, majoritariamente, no esforço do professor em ensinar.

Tem-se assim, em mãos, graças ao avanço tecnológico, a oportunidade fazer uma revolução no sistema educacional brasileiro, inclusive no nível pedagógico, e de democratizar o acesso à educação em todos os níveis [14].

7º IMPACTO: O cenário estratégico mundial: a concentração do poder

No final do Século XVI, Francis Bacon, um dos formuladores dos pilares do que viria a ser a Ciência Moderna, já afirmara que "conhecimento é poder"[15]. Ao longo do tempo, e principalmente a partir do Século XIX, tornou-se claro que a capacidade científica associada à capacidade de inovar na geração de bens e de serviços intensivos em conhecimentos científicos passaria a ser fator determinante do poder relativo entre as nações nas suas expressões política, econômica e militar. Como foi dito anteriormente, tal realidade, que já se delineava claramente por ocasião da 1a. Grande Guerra, cristalizou-se três décadas depois, após o desfecho do segundo conflito mundial.

Nos anos que se seguiram ao término do conflito, ficou patente que a infra-estrutura científica nacional, associada à capacidade em gerar inovações tecnológicas materializadas em bens e serviços globalmente competitivos, poderiam constituir-se em vantagens capazes de superar as vantagens comparativas tradicionais entre as nações, quais sejam, extensão territorial, terras apropriadas à agricultura, disponibilidade de matérias primas, de energia e de mão-de-obra abundante e barata[2]. O exemplo clássico dessa realidade é o Japão, que apesar de ter um território de apenas 378 mil quilômetros quadrados, ser importador de energia, de matérias-primas industriais e de alimentos, e ter mão-de-obra das mais bem pagas do planeta é, mesmo assim, uma potência econômica, graças à sua capacidade tecnológica inovadora.

Essa constatação levou alguém a afirmar, com grande sabedoria, que "no mundo moderno mais vale o que se tem entre as orelhas do que debaixo dos pés".

Alem disso, as novas tecnologias utilizadas nos transportes e nas comunicações, "encolheram" as distâncias, praticamente tornaram transponíveis os obstáculos geográficos e instantâneas as comunicações independentemente das distâncias entre os interlocutores, possibilitando o comando à distância, em diferentes graus, de unidades

produtivas de bens e serviços, favorecendo a permeabilidade de informações e a gerência de empreendimentos, mercadorias e cidadãos através das fronteiras nacionais.

As novas vantagens comparativas, os transportes e as comunicações, alteraram profundamente as análises geopolíticas e geoestratégicas aplicadas a países, blocos de países ou regiões.

Adiante serão expostas diferentes visões do cenário geopolítico e geoestratégico mundial, oriundas de considerações relativas à capacidade de geração, domínio e uso das modernas tecnologias.

Golbery[16] já observara que "o progresso vertiginoso da ciência aplicada e da técnica, sobretudo no que se refere à movimentação do homem a de suas riquezas e à difusão das idéias, aplicadas em escala nunca vista pelos novos meios de transporte e telecomunicações, através de todas as latitudes e todas as longitudes e por quaisquer obstáculos antes qualificados intransponíveis, tende a dilacerar e a explodir todo o sistema de compartimentação espacial que vinha caracterizando o mundo de nossos dias, desde que os Estados-Nações surgiram e se firmaram no palco internacional como unidades soberanas de cristalização efetiva do poder. Neste mundo tornado, potencialmente, um só,"....." a brusca redução das distâncias a escalas quase provinciais, a transmissão por assim dizer instantânea das ações e reações entre Estados, o estreitamento dos contatos face a face entre nações mesmo que situadas em pólos antípodas num ecúmeno já sem desvãos nem confins, haveria de emprestar às relações internacionais um dinamismo potente e febril, uma multidimensionalidade que a todos os instantes extravasa, e largamente, do campo político tradicional para o militar, o econômico e o psicossocial, numa complexidade desconcertante que desafia os analistas e dificulta a tomada de decisões estratégicas, oportunas, adequadas e eficazes".

Recentemente, Sachs[17] observando a economia mundial nas últimas décadas, afirmou que o mundo deixara de ser dividido por ideologias (referindo-se a Guerra Fria) para ser dividido pela tecnologia. Segundo aquele autor pode-se grupar os paises e/ou regiões em categorias explicitadas na Figura 1, que resulta na divisão do planeta em três partes.

"Uma pequena parte do planeta, responsável por cerca de 15% de sua população, fornece quase todas as inovações tecnológicas existentes. Uma segunda parte, que engloba talvez metade da população mundial, está apta a adotar essas tecnologias nas esferas da produção e do consumo. A parcela restante, que cobre por volta de um terço da população mundial, vive tecnologicamente marginalizada --- não inova no âmbito doméstico, nem adota tecnologias externas.

Essas regiões tecnologicamente excluídas nem sempre reproduzem o traçado das fronteiras nacionais. Elas abrangem áreas como o sul do México, os países andinos, a maior parte do Brasil tropical, a África Subsaariana tropical e a maior parte da antiga União Soviética".

Evidentemente, os países constantes da primeira categoria dominam o cenário mundial política, econômica e militarmente, estabelecendo "as regras do jogo" e a nova ordem na distribuição da riqueza e do trabalho a nível global. Adicionalmente, os países líderes dessa nova geografia do poder especializaram-se na produção de bens e de serviços nos quais é intensiva a agregação de valores intangíveis, minimizando o seu envolvimento na produção de comodities e de produtos manufaturados intensivos em energia, matérias primas e mão-de-obra. No fundo, tornaram-se grandes exportadores de bens intangíveis, basicamente conhecimentos e valores simbólicos.

Três fatos têm contribuído para aumentar o hiato científico e tecnológico existente entre os desenvolvidos e os demais países: as disparidades econômicas e sociais dos atores envolvidos, a dinâmica atual da evolução da ciência e da tecnologia e a intensa competição global que tende a dificultar a cooperação vertical. O espectro de tecnologias centrais no atual paradigma de produção de riquezas, principalmente as conhecidas TICs (Tecnologias de Informação e de Comunicação), não têm sido difundido e dominado na amplitude e profundidade desejáveis para os países em desenvolvimento.

Porém,é preciso considerar que a difusão e o domínio das tecnologias centrais, impregnadas de conhecimentos científicos, também não é um problema trivial. Na realidade, as tecnologias de base empírica são facilmente entendidas e, portanto, sua cópia e produção por empresas retardatárias, por exemplo, é uma questão de oportunidade e de disponibilidade econômica. Por sua vez, por serem fruto da aplicação de conhecimentos científicos, as tecnologias modernas mais relevantes e seus processos de produção, não são facilmente compreendidos e, conseqüentemente, são extremamente difíceis de serem copiadas. Isto é, são altamente discriminatórias: quem não tiver competência científica e capacidade tecnológica estará condenado à periferia, mesmo que disponha dos demais fatores de produção (capital, mão-de-obra e matérias-primas).

A geração de tecnologias de base científica exige, num ambiente favorável à criatividade e à inovação, acúmulo de capital para investimentos contínuos em pesquisa, desenvolvimento experimental e engenharia, mobilizando cérebros com competência em amplo espectro de conhecimentos e capacidade gerencial para produzir, competitivamente, novos bens e serviços.

O resultado disso tem sido a concentração do poder em todos os níveis. No nível individual, o extraordinário valor e a importância do "novo operariado", que tem dado origem a uma nova visão das relações capital/trabalho. No setor empresarial observa-se a fusão de empresas, a formação de grandes conglomerados tecnológicos não confinados a fronteiras nacionais. Neste caso, constata-se que quanto mais impregnada de ciência for o produto ou as tecnologias de produção de um bem ou de um serviço, menor é o número de empresas competindo nos mercados. Finalmente, de uma certa maneira, a mesma coisa está ocorrendo ao nível de países. Observa-se, desde a segunda metade do século passado, a tendência dos países a aglomerarem-se em torno de fortes lideranças científicas e tecnológicas para formarem blocos econômicos e, por extensão, políticos e militares [18] .

No dizer de R. Dreifus [19,20] , os avanços científicos e tecnológicos em geral, e os avanços das comunicações e dos transportes em particular, e a ação das empresas multinacionais, dinamizaram não um, mas três grandes processos de transformação: a "mundialização" dos estilos, usos e costumes, hábitos e da cultura (metanacional), a "globalização" tecnológica, comercial, da produção, dos mercados e das finanças (transnacional) e a "planetarização" da gestão e da regulamentação (supranacional). Certamente os processos em questão têm gerado, em grande parte do planeta, preocupantes problemas que são resultantes da acelerada dinâmica das transformações sociais e por envolverem relações extremamente assimétricas entre atores do cenário, ou seja, de um lado países centrais, ditos desenvolvidos, com enorme poder de pressão e retaliação, e suas empresas globais, e, do outro, os paises periféricas, sujeitos a regras impostas, com suas empresas, quando nacionais, com atuação primordialmente local. Há ainda que se acrescentar o conflito entre os interesses micro econômicos das empresas globais, guiadas pelo lucro e pela supremacia em mercados sem fronteiras, e os interesses macro econômicos dos estados nacionais com suas demandas sociais e busca de preservação de soberania. Os interesses nacionais e os das empresas se superpõem, mas só coincidem nos paises centrais nos quais se localiza a enorme maioria das sedes das empresas globais. Neste caso fundem-se os interesse corporativos e a ação econômica, política, diplomática e militar dos estados nacionais.

Diante disso o quê se tem observado?

A "globalização" das finanças e da produção está dominada e capitaneada por empresas de não mais do que duas dezenas países, não dispostas a abrir mão do gozo de subsídios, reservas de mercado e barreiras não alfandegárias, mas que exigem abertura total e irrestrita dos mercados dos outros, e que são respaldadas pelos seus governos. A produção tende a se localizar

de acordo com as chamadas "vantagens comparativas locacionais" (mão-de--obra barata e abundante, disponibilidade de matéria-primas, energia, frouxa regulamentação ambiental, acesso à poupança local, etc...).

A "mundialização" dos costumes e da cultura, tende a impor aquelas existentes nos países centrais devido ao poderio econômico e supremacia tecnológica dos mesmos, o que, sob o ponto de vista antropológico, não deixa de ser lamentável. O consumo imitativo das sociedades avançadas se espalha até aos grotões do "terceiro mundo".

Quanto à "planetarização" da gestão e da regulamentação, ela está se dando na direção requerida pelas empresas globais respaldadas pelos seus respectivos governos nos fóruns multilaterais e organismos internacionais, tais como FMI, OMC, WB, etc..... Esses órgãos, amplamente dominados pelos países centrais têm imposto regras "globais" de gestão que tendem a enfraquecer os estados nacionais periféricos, fator essencial para que as suas empresas tenham minimizados os seus problemas e maior liberdade de ação no exterior.

Para constatar o que se está afirmando sobre a "globalização" e a "planetarização", basta, como exemplo, uma análise do que vem ocorrendo na Rodada de Doha da OMC.

Como conseqüência do cenário acima exposto, observa-se uma tendência dos paises periféricos se unirem para compensarem as assimetrias apontadas, partindo para um enfrentamento mais forte quanto aos aspectos negativos do processo civilizatório em marcha.

À visão dos processos percebidos por Dreifus, acrescente-se que, paralelamente, está ocorrendo a "satelitização" de países em torno de poucos "sois". Ou seja, as mais fortes lideranças dos países centrais estão impelindo os países retardatários no desenvolvimento a gravitarem em torno dos mesmos, os "sois" de cada sistema planetário, complementando e ampliando assim o seu Poder Potencial, com reflexos positivos no Poder Efetivo[21]. São os chamados "blocos econômicos" regionais ou sub-regionais, dos quais os mais importantes são: os EUA liderando o NAFTA e propondo a ALCA, e a União Européia-EU, liderado tecnologicamente pela Alemanha, Inglaterra e França e avançando para o Leste Europeu e, possivelmente, projetando-se para a África.

Longo [7] observando o cenário estratégico mundial no início dos anos 90 do Século XX, apresenta uma explicação para a racionalidade embutida na formação de blocos de poder nos níveis global ou regional.

O Poder Potencial (PP) de um país num dado instante de sua história, comparativamente a de outros países, representa a sua disponibilidade de condições físicas capazes de propiciar a geração de riqueza e poder. A sua avaliação não leva em consideração análise subjetiva: trata-se de uma fotografia do país. Refere-se a uma condição estática, semelhante à de uma caixa d'água: quanto mais volume e maior a altura em que estiver colocada, maior a energia disponível para ser transformada em trabalho (Figura 2). Ele está associado, basicamente, ao território nacional e à população existente sobre o mesmo ou capaz dele vir a suportar, sendo passível de mensuração objetiva. Exemplo de análise do território seria: extensão total (Tabela 4), forma e relevo, localização geográfica, fronteiras terrestres e marítimas, águas internas, extensão de desertos e de geleiras, terras apropriadas à agricultura e à pecuária, disponibilidade de matérias-primas e de fontes de energia, etc. Quanto à população: número de habitantes, sua distribuição e mobilidade espacial, etnias, línguas, religiões, etc. Dentre os parâmetros listados, alguns valorizam (Ex: fronteiras bem definidas e estabilizadas) e outros depreciam o Poder Potencial (Ex: afastamento dos centros dinâmicos da economia mundial).

O Poder Efetivo (PE) de um país, num dado instante, está associado à sua capacidade em transformar em riqueza e poder as disponibilidades físicas, próprias ou de terceiros. Uma caixa d'água grande e bem elevada (alto PP), ligada a uma turbina eficiente, gera trabalho útil (alto PE), como esquematizado na Figura 2. Ele pode ser avaliado por parâmetros econômicos (PIB e renda per capita, exportações e importações, consumo de energia elétrica ou de aço/habitante, dispêndio nacional em C&T e P&D , etc.), psico-sociais (dispêndios com educação e saúde, expectativa de vida da população, médicos e leitos hospitalares/habitante, grau de escolaridade da população, etc.), políticos (regime político, estabilidade interna, presença internacional, etc.) e militares (dispêndio nacional com defesa, efetivo das Forças Armadas, capacidade de produção autônoma de material de emprego militar, grau de atualização tecnológica do equipamento, etc.). As Tabelas 5 e 6, apresentam alguns dados referentes ao PE de alguns países.

A exigência para que um país se torne Pólo de Poder Mundial (PPM) é que o seu PF não seja vulnerável a fatores externos, principalmente pouco susceptível a embargos ao acesso a necessidades estratégicas imprescindíveis à sua soberania, à sua auto-determinação. Ou seja, exige PE dotado, em princípio, de PP próprio ou complementado de maneira confiável. Esta condição pode ser alcançada por um país ou por um bloco de países estrategicamente associados.

Conforme salientado anteriormente, os avanços da ciência e da tecnologia causaram alterações na visão e no valor relativo das vantagens comparativas tradicionais entre países, ou seja, o domínio e o uso de C&T na criação de inovações pode criar vantagens que superam as disponibilidades físicas e até financeiras. Assim, tem sido possível a alguns países construírem, isoladamente, um elevado PE, sem possuírem PP, desde que tenham alta capacidade científica e tecnológica, que exige alto nível educacional da sua população. Exemplo dessa situação é o Japão que, hoje, tem extraordinário PE, graças à sua competência em CT&I, mas que é totalmente dependente de complementaridade externa essencial no que diz respeito ao seu PP (energia, matérias-primas industriais, alimentos, etc.) e que, além disso, tem uma mão-de-obra das mais bem pagas do mundo. Trata-se, portanto de PE extremamente vulnerável, pois não resistiria a um bloqueio, a um cerceamento comercial. Assim, isoladamente, não é, e nem será, um PPM. Outros exemplos poderiam ser dados em suporte à afirmativa de que é possível estrategicamente a um país mal dotado de PP, constituir um elevado PE, desde que disponha de um eficiente sistema nacional de inovação que, como vimos, requer elevado nível educacional da população e capacidade científica e tecnológica.

Ao contrário, a história não registra nenhum país que dispondo de alto PP, tenha construído elevado PE sem que tivesse, ao mesmo tempo, população altamente educada e elevada capacidade em C&T para os padrões da época. A história mostra, ainda, que países dotados de PP mas sem capacidade de transformá-lo autonomamente em PE, acabam cedendo seu PP para ser explorado por outros países, ou seja, complementam o PP de terceiros. Essa cessão pode se dar de diversas maneiras: exportando suas matérias-primas de valor industrial (exploradas por empresas estrangeiras ou nacionais), permitindo e facilitando desmedida desnacionalização de seu setor produtivo, inclusive de setores estratégicos para a sua segurança, etc... Os leitores certamente serão capazes de deduzir bons exemplos dessa situação.

A conclusão dessas constatações é que a transformação de PP próprio ou de terceiro (caixa d'agua disponível) em PE (turbina) se dá através da capacidade endógena em ciência, tecnologia e inovação, que exige alto grau educacional da população (Figura 2).

Os EUA são, no momento, o mais poderoso PPM, Dotados de PP dos maiores do planeta, e tendo uma população com elevado padrão educacional capaz de manter consistente e prolongada liderança em CT&I, os EUA construíramum PE que se pode considerar, nas condições atuais, não vulnerável. Sob o ponto de vista geoestratégico, são privilegiados com uma posição geográfica que lhes permite projetar suas ações políticas, econômicas e militares

tanto através do Oceano Pacífico quanto do Atlântico No momento, procuram reforçar o seu PP através do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA), após grande avanço nessa direção com o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), um típico exemplo de "satelitização".

Quanto à União Européia, esta se enquadra perfeitamente como mais um exemplo em favor da argumentação exposta. A considerável competência científica e tecnológica européia achava-se espalhada em países de baixo PP, tais como a Alemanha, a Inglaterra, a França, a Itália, Holanda, Suíça, Bélgica e Áustria, todos abrigando populações com elevado grau de escolaridade. Ao unirem-se, passaram a ter todas as condições para erigirem um PPM. A tendência de "satelitização", neste caso, é na direção dos países relativamente menos desenvolvidos da própria Europa, e do Leste Europeu e da África.

A nível global, pode-se deduzir que países sem PP e, simultaneamente, sem capacidade científica e tecnológica, tenderão, inexoravelmente, a orbitar em torno de algum "sol".

E o Brasil?

O Brasil é a letra B dos países chamados de BRICs, ou seja, o conjunto de países com enorme Poder Potencial (PP) e que tem possibilidades de terem grande Poder Efetivo (PE) não vulnerável, ou seja, no nosso entendimento, tornarem-se Pólos de Poder Mundial (PPM). São eles: Brasil, Rússia, China e Índia, às vezes também referidos como "baleias". Os quatro, em maior ou menor escala, já se posicionam como "sóis" regionais ou sub-regionais.

A situação do Brasil é clara: dotado de extraordinário PP, um dos maiores do planeta, falta-lhe disposição política em EC&T para construção de PE soberano, e determinação estratégica visando ser um PPM. A determinação estratégica deve se traduzir entre outras coisas, na busca da superação de vulnerabilidades que enfraquecem o seu PE ou, em caso de conflito, afetar diretamente a sua população, como é o caso dos fármacos, apenas para dar um exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] KNELLER, G.F., "A ciência como atividade humana", Zahar Editores e EDUSP, São Paulo, 1980.

[2] LONGO, W.P., "O desenvolvimento científico e tecnológico e seus reflexos no sistema educacional", Revista TC Amazônia, ano 01, no 01, pgs 08-22, Manaus,2003.

[3] LONGO, W.P., "Ciência e Tecnologia: evolução, inter-relação e perspectivas". Anais do 9º

Encontro Nacional de Engenharia de Produção, vol. 1, 42, Porto Alegre, 1989.

[4] LONGO,W.P., "Ciência e Tecnologia e a Expressão Militar do Poder Nacional", TE- 86 DACTec, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1986.

[5] PRICE, D.S., "Little science, big science", Columbia University Press, New York, 1963.

[6] "The Hart-Rudman Presidential Commission on the future of national security", Phase II, Washington D.C., E.U.A, 2000.

[7] LONGO, W.P., "Desenvolvimento científico e tecnológico: conseqüências e perspectivas", Escola Superior de Guerra, CAESG TI-91, Rio de Janeiro, 1991.

[8] OLIVEIRA, J.M.A., "Origem e evolução do pensamento estratégico", Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1986.

[9] "The technological revolution", Marubeni Economic Report , Marubeni Corporation Economic Research Institute, Dezembro 2002.

[10] LONGO,W.P., "O desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e suas perspectivas frente aos desafios do mundo moderno", coleção Brasil: 500 anos, vol. II, Editora da Universidade da Amazônia, Belém, 2000.

[11] LONGO, W.P., "A visão internacional e os institutos de pesquisa", Longo, W.P., Anais do Congresso ABIPTI 2000 da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica , p. 21 a 36, Fortaleza, 2000.

[12] De MASI, D., Entrevista, Correio do Livro, Abril/Junho, Rio de Janeiro, 1999.

[13] O.N.U., "Novas tecnologias e desenvolvimento humano", Relatório, 2001.

[14] LONGO, W.P., "A viável democratização ao acesso ao conhecimento", Revista Lugar Comum/UFRJ 9-10, p. de 195 a 207, Rio de Janeiro,Setembro 1999 a Abril 2000.

[15] BACON, F., "Meditationes Sacrae. De Haeresibus.", Londres, 1597.

[16] GOLBERY do Couto e Silva,"Conjuntura política nacional , o poder executivo & geopolítica do Brasil", José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1981.

[17] SACHS, J., "A new map of the world", The Economist, Abril de 2000

[18] LONGO W.P. e BRICK, E.S., "Entraves ao acesso à tecnologia", Anais do IV Seminário Internacional de Transferência de Tecnologia, Rio de Janeiro, 1992.

[19] DREIFUSS, R. A., "A época das perplexidades", Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1997.

[20] DREIFUS, R.A., "Transformações: matrizes do Século XXI", Editora Vozes, Petrópolis, 2004.

SOBRE O AUTOR / ABOUT THE AUTHOR:

Waldimir Pirró e Longo: wlongo@nitnet.com.br

Engenheiro Metalúrgico [IME], Master of Engineering e Ph.D. [University of Florida], Livre Docente [UFF]. Atualmente consultor em educação, ciência, tecnologia e inovação.

TABELA 1: Expectativa de vida e população mundial

Período/ano	Expectativa (anos)	População (milhões)
4.000.000 a 1.000.000 aC	14 - 15	0,07-1,00
900.000 a 400.000 aC	14 - 15	1,70
100.000 a 15.000 aC	18 - 20	
15.000 a 5.000 aC	20 - 27	4
10.000 a 3.000 aC	25	10
3.000 a 1.000 aC	28	50
500 aC a 500 dC*	25 - 28	100 – 190
800 -1300	30*	220 – 360
1700	32 - 36	545
1800	34 - 38	720
1860		1.200
1900	48**	
1950		2.500
1970		
1975		3.900

Fonte: 21th Century Review (1995, fall)

Período/ano	Expectativa (anos)	População (milhões)
1980	72,6	
1990	74,9	
1995		5.760
2000	77,2	
2002		6.215
2003	77,8	

Fontes: OECD (expectativa de vida) e Population Reference Bureau (população)

TABELA 2: Expectativa de vida e trabalho

Países	Expectativa de Vida (anos)			Trabalho anual (horas)	
	1960	1970	2003	1970	2003
Noruega	73,6	74,2	79,5	1775	1337
Alemanha	69,6	70,4	78,4	1950	1434
França	70,3	72,2	79,4	2012	1532
EUA	69,9	70,9	77,2	1861	1731
Coréia	52,4	62,6	76,9	-	2384

Fonte: OCDE

Ano	Expectativa de vida (anos)	Trabalho total (horas)	Lazer (horas)
1800*	36	95.000 a 110.000	20.000 a 25.000
1980**	72	82.000 a 87.000	130.000 a 147.000
2003	79,4	64.000 a 69.000	190.000 a 215.000

Obs.:
* Horas calculadas a partir de 10 anos e 12 horas/dia de trabalho durante 26 anos.
** Horas calculadas a partir de 18 anos e 8 horas/dia de trabalho durante 45 anos.
*** Idem e 6 horas /dia

FIGURA 1

BY INVITATION, THE ECONOMIST, April 2000

A new map of the world

Today's world is divided not by ideology but by technology. This demands, Jeffrey Sachs argues here, bold new thinking on development

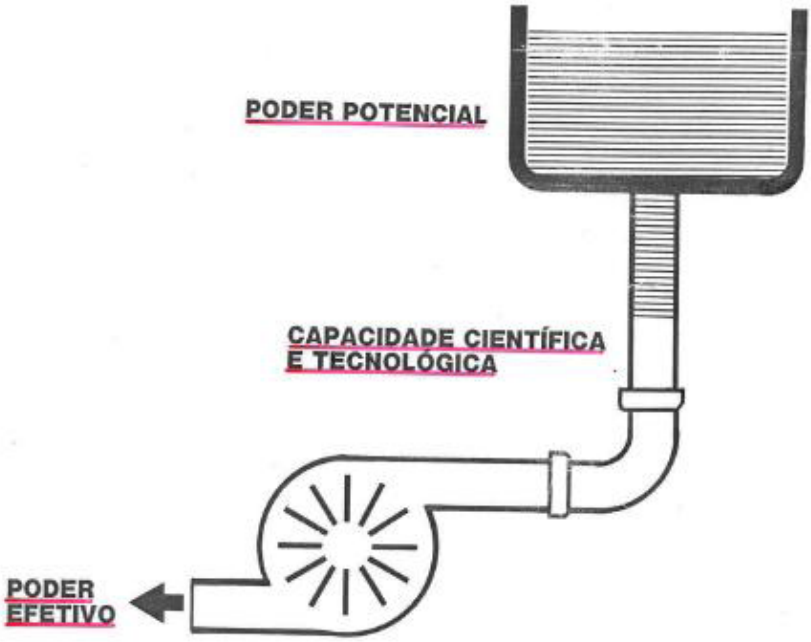

TABELA 4: Poder Potencial
Comparação parcial (2005): População e área

País	População (milhões)	Área (mi Km²)
Rússia	143	17,0
Estados Unidos	296	9,6
China	1.304	9,3
Canadá	32	9,2
Brasil	186	8,5
Austrália	20	7,6

Fonte: Banco Mundial

TABELA 5: Poder Efetivo
Comparação parcial (2005): Produto Interno Bruto e Renda per Capita

País	PIB (US$ bi)	Renda per capta (US$)
1-EUA	12.455	43.740
2-Japão	4.505	36.980
3-Alemanha	2.781	34.580
4-Reino Unido	2.228	37.600
5-França	2.110	34.580
6-Itália	1.723	30.010
7-China	1.649	1.740
8-Espanha	1.123	25.360
9-Canadá	1.115	32.600
10-Brasil	794	3.460
11-Coréia do Sul	787	15.830
12-Índia	785	710
13-México	768	7.310
14-Rússia	763	4.460
15-Austrália	700	32.220
16-Holanda	594	36.620

Fonte: Banco Mundial

TABELA 6: Poder Efetivo
Comparação parcial (2003): Pesquisa e desenvolvimento experimental

País	P&D (% PIB)	% Financiamento	
		Governo	Indústria
1-EUA	2,60	31,20	63,11
2-Japão	3,15	17,69	74,52
3-Alemanha	2,55	31,14	66,12
4-Reino Unido	1,89	31,29	43,90
5-França	2,19	38,36	52,11
6-Itália	1,16	50,80	43,00
7-China			
8-Espanha	1,10	40,07	48,36
9-Canadá	1,94	34,50	47,52
10-Brasil*	0,97	58,70	41,30
11-Coréia do Sul	2,64	23,86	74,01
12-Índia			
13-México**	0,39	59,05	29,84
14-Rússia			
15-Austrália	1,62	44,39	46,43
16-Holanda	1,80	37,06	50,01

Fonte: Banco Mundial. *Indicadores nacionais de C&T do MCT. **2001.

REST é uma publicação do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense